

PORTAL ANARQUISTA

ARQUIVO MENSAL - 1 - ANO 1 - JANEIRO DE 2014 - COLECTIVO LIBERTARIO EVORA. WORDPRESS.COM/





Capa adaptada de obra do pintor equatoriano Eduardo Kingman

Este folheto reproduz um conjunto de textos publicados durante o mês de Janeiro de 2014 no blogue Portal Anarquista (<http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/>)

Nem todos os textos ali publicados integram esta resenha, apenas os que têm um carácter mais perene. É esse o nosso objectivo: tentar que os textos que um dia foram publicados enquanto posts “durem” mais tempo e, disponibilizados em PDF, possam servir para alimentar o debate e a informação em torno das questões libertárias.

Esta primeira recolha abrange um conjunto diversificado de assuntos, num mês que foi também muito rico em iniciativas. Outros meses terão menos material, mas tentaremos em todos eles, no final, editar uma pequena colectânea de textos publicados no blogue.

Gostaríamos que o “Portal Anarquista” fosse um espaço aberto de debate e informação sobre o anarquismo, onde cada um, se o quiser, possa publicar livremente os seus textos, análises e informações de agenda, independentemente da tendência ou da sensibilidade particular que decida partilhar.

O Grupo Editor de “Portal Anarquista”

ÍNDICE

UM MILITANTE LIBERTÁRIO :MOISÉS SILVA RAMOS, PERSONAGEM SABIAMENTE POLÉMICO	Pág. 7
NOVA LEI DO ABORTO EM ESPANHA: RETROCESSO CIVILIZACIONAL	Pág. 11
MIQUELINA SARDINHA (1902-1966), UMA ANARQUISTA DE AVIS	Pág. 13
RALLY DAKAR: INVASÃO MOTORIZADA E NEOCOLONIALISMO DESPORTIVO	Pág. 14
UM CARTOON DA COLECÇÃO DE “A BATALHA”	Pág. 17
DAVID GRAEBER: SOBRE O FENÓMENO DOS EMPREGOS DE MERDA	Pág. 18
RELEMBRANDO AS JORNADAS DE LUTA DOS HERÓIS DE ALJUSTREL	Pág. 21
(FLYER) DEITA O LIXO NO LIXO	Pág. 23
BURGOS (ESPANHA): SEGUNDA NOITE DE CONFRONTOS	Pág. 24
18 DE JANEIRO DE 1934: MUITO MAIS DO QUE A MARINHA GRANDE	Pág. 25
NOTA DA CGT SOBRE O 18 DE JANEIRO DE 1934	Pág. 27
A propósito de uma efeméride que se aproxima O 18 DE JANEIRO EM SILVES.	Pág. 29
“DEVEMOS MANTER AS CARACTERÍSTICAS LIBERTÁRIAS DA AIT”	Pág. 31
DAVID GRAEBER : “A MANEIRA MAIS SIMPLES DE DESOBEDECER AO MUNDO FINANCEIRO É RECUSAR PAGAR AS DÍVIDAS”.	Pág.32
CARLOS TAIBO: “AFIRMAR UM PROJECTO ANARCO-SINDICALISTA É HOJE UMA TAREFA VITAL”	Pág. 36
PARAFRASEANDO O ANTÓNIO BOTTO: FEDELHOS...	Pág. 38
CHILE PATRÕES ACUSAM ANARQUISTAS DE ESTAREM “A IMPULSIONAR” A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS	Pág. 39
2014: BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE BAKUNIN	Pág. 40
UCRÂNIA “A CLASSE OPERÁRIA, COMO CLASSE, NÃO PARTICIPA DE MODO ALGUM NESTES ACONTECIMENTOS”	Pág.41
A PROPÓSITO DAS REFORMAS EM CURSO: PORQUE NO MEIO DESTA CRISE AFLITIVA OS CORTES NAS BOLSAS DE DOUTORAMENTO SÃO ASSUNTO DE INTERESSE PÚBLICO?	P ág. 44
UCRÂNIA: DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DE TRABALHADORES SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA	Pág. 46
A ACÇÃO DIRECTA É...	Pág. 47
RELATÓRIO DA OIT: AUMENTA O FOSSO ENTRE TRABALHO E CAPITAL	Pág. 48
CHOMSKY: AS DEMOCRACIAS EUROPEIAS CHEGARAM AO COLAPSO TOTAL	Pág.,50
NA MORTE DE JOSÉ LUÍS FÉLIX: DOIS TESTEMUNHOS	Pág. 51
(AIT) SOBRE OS ACONTECIMENTOS ACTUAIS NA UCRÂNIA	Pág. 52
JOSÉ LUÍS FÉLIX (F. LISBOA, 25. JAN. 2014): MAIS UM TESTEMUNHO	Pág. 53
SER GOVERNADO É...	Pág. 54
A HISTÓRIA DO «A» ANARQUISTA	Pág. 55
JOSÉ LUÍS FÉLIX: UM OUTRO TESTEMUNHO	Pág. 58
ANARQUISTAS BRASILEIROS APOIAM GREVE DOS RODOVIÁRIOS DE PORTO ALEGRE	Pág. 59
AFEM2014: UMA CONFERÊNCIA ANARCO-FEMINISTA EM LONDRES...	Pág. 60
LEMBRANÇAS AVULSAS DE GONÇALVES CORREIA (1886–1967) E DO SEU FILHO FERRER	Pág. 62

UM MILITANTE LIBERTÁRIO

MOISÉS SILVA RAMOS, PERSONAGEM SABIAMENTE POLÉMICO

(Texto da autoria de José Hipólito Santos e lido no passado dia 14 de Dezembro no espaço Grandella, em Lisboa, aquando da apresentação do número duplo 71/72 da revista de expressão libertária “A IDEIA”)

Um dever de memória continua a estimular-me a rebuscar nas minhas memórias para escrever/falar sobre pessoas, quase sempre, esquecidas e que tiveram uma vida de dedicação a uma causa para além de si. Esse é o caso de Moisés que procurei abordar escrevendo sobre ele, a partir de ângulos diversos: a pessoa, o engenheiro, o empresário, o cooperativista, o anarquista, opositor a um regime de ditadura. A sua vivência libertária é bem visível no seu todo e em cada aspecto tratado.

1 – A pessoa

Moisés Silva Ramos deixou-nos em 21 de Outubro de 2000, depois de ter passado 80 anos entre nós, viventes ! 80 ou 82 anos ?[1]

Ele gostou sempre de esconder a sua idade, fazendo-se parecer mais velho ou mais novo conforme as circunstâncias...

Quando o conheci em 1955, ele era para mim o mais novo daquela plêiade de «velhos» anarquistas e ex-comunistas do Ateneu Cooperativo – Emídio Santana, Germinal de Sousa, Acácio Tomás de Aquino, José de Sousa, Vasco de Carvalho. A diferença de idades entre mim e ele seria apenas de 12 ou 14 anos, ele teria 35 ou 37, um jovem, mas para mim era um velho; falava a linguagem daqueles velhos, contava histórias dum passado que me eram completamente estranhas, parecendo vir de épocas imemoriais.

Quase sempre bem-disposto, de risada fácil e contagiante, gostava de contar histórias engraçadas (mas não era homem de anedotas) e adorava a ironia e conversas de duplo sentido.

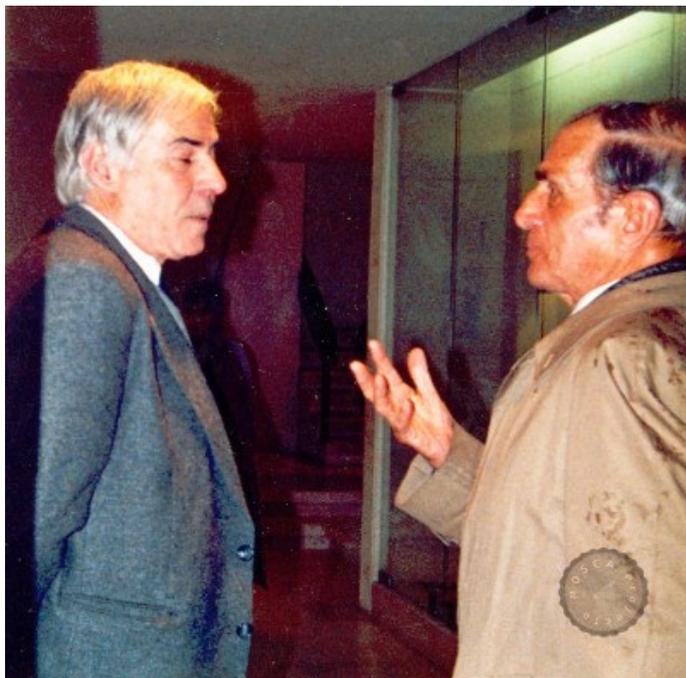
Educado por um pai anarquista, fez a sua instrução escolar na Escola Oficina, (no Largo da Graça) muito influenciada por um “modelo educativo libertário” com uma pedagogia do tipo Escola Moderna – uma educação integral, juntando os aspectos técnicos, científicos, literários, artísticos.

Era claramente um homem culto, um leitor compulsivo de livros de história política e social, de crítica social, de literatura, de ciências físicas e da natureza, de livros policiais e de ficção científica, mas também tinha uma apreciável colecção de literatura técnica relativa às áreas em que trabalhava.

O saber implicava conhecer os vários ângulos duma questão importante – por exemplo, a Revolução Francesa, a Revolução Russa, a Guerra de Espanha, o nazismo, o comunismo soviético.

Era uma leitura/cultura onde entravam autores significativos e portadores duma reflexão profunda, ainda que ideologicamente se pudessem situar em posições muito diferentes da sua – Pietro Neni, Ernest Mandel, Isaac Deutcher, Arthur Koestler, Herbert George. Welles, André Gorz, René Dumont, Camus e Jean Paul Sartre, Ferreira de Castro, Mário Dionísio, José Saramago, Aquilino Ribeiro, Soeiro Pereira Gomes.

E era um leitor assíduo e crítico das obras de António



Fotografia de Lúcia de Oliveira: Moisés da Silva Ramos (à esquerda) e Manuel Gomes de Matos no Colóquio Internacional de Estudos ‘Tecnologia e Liberdade’, realizado em 1987 em Belém.

Sérgio.

Era uma biblioteca riquíssima constituída de obras em português e francês ou ainda em castelhano, desde os anos 30 do século passado – livros da editora COSMOS, livros e revistas sobre cooperativismo e autogestão ou sobre os kibutz que se instalavam na Palestina, mas também obras posteriores sobre a revolução cubana ou a autogestão jugoslava.

Onde foi parar essa biblioteca cheia de preciosidades ? E a documentação que tão zelosamente guardava ?

A viúva decidiu entregar-me a documentação para eu classificar, ver o que era do foro pessoal e a guardar pela família e o que seria de ordem política, que, depois doaria à Biblioteca Nacional. Mas essa entrega nunca se fez e, um dia, anunciou-me que tudo fora destruído por uma ruptura na canalização dos esgotos !

Entretanto, na pesquisa para esta comunicação, fui surpreendido por uma referência no site de Pacheco Pereira do seguinte teor :

Entraram, por aquisição, mais livros do espólio de Moisés da Silva Ramos tendo também conseguido alguns papéis relativos ao Ateneu Cooperativo e à Associação de Inquilinos Lisbonenses (...) E depois acrescentava: Têm aparecido no mercado de livros e velharias um conjunto de papéis, documentos, revistas, jornais e livros, com origem no espólio do anarquista e cooperativista Moisés da Silva Ramos, falecido

em 2000. O espólio fragmentou-se e parece estar disperso em várias mãos, quer de vendedores, quer de compradores.

É com profunda tristeza que relato aqui este episódio! Ele não merecia isso!

Moisés, foi um frequentador, no final dos anos 30, da Universidade Popular Portuguesa, que funcionava na cooperativa A Padaria do Povo, em Campo d’Ourique. E, mais tarde, nos anos 90, fez parte dum grupo, Zé Maria Carvalho Ferreira, Madeira Luís, José Luís Félix e eu próprio, para relançar no mesmo local uma nova Universidade Popular, o que não conseguimos.

Era um racionalista, suportava mal discussões que saíssem desse campo. Teve alguma dificuldade em integrar-se na cooperativa SEIES, bem mais tarde, porque aí se tomava em consideração factores não estritamente racionais, mesmo quando se estava num campo eminentemente técnico. “Psicologizava-se” muito, como dizia.

Discreto, praticava um certo requinte, quase burguês, no vestir e no comer... embora andasse frequentemente sem dinheiro, ou quase, reflectindo as suas dificuldades em gerir os negócios...

Sempre depurado no seu cachimbo, nunca bebia água para não enferrujar o estômago, segundo dizia, só cerveja!

Teve um ou mais carros, em enésima mão, com contínuos problemas mecânicos e falta de gasolina... Abastecia o depósito com o mesmo valor e não se dava conta de que entretanto o preço do combustível tinha aumentado.

O espírito de abertura crítica e de solidariedade que o caracterizavam levaram-no, já nos anos 80, a dar apoio pessoal a um activista responsável das FP25, na clandestinidade, permitindo-lhe um estágio profissional na Tecnicalor. E estava bem consciente dos riscos que então corria! E isso apesar de reprovar a radicalidade dessa organização.

2 – O engenheiro

Era engenheiro especialista em termodinâmica, projectando e montando sistemas de ar condicionado, já com grandes preocupações ecológicas a nível de utilização de painéis solares, e de desperdícios de madeiras para sistemas de secagem de madeiras e até de produção de biomassa como fonte energética e reutilização na agricultura.

A sua curiosidade e procura de informação fazia com que estivesse sempre a par do que de mais avançado se ia fazendo pelo mundo, nomeadamente em países a querer sair do subdesenvolvimento sem passar por soluções industriais clássicas – a Índia, a China e Israel eram referências importantes nas suas pesquisas.

Foi assim que, já em colaboração estreita com a SEIES, preparou um plano de secagem de madeiras para a indústria de mobiliário de Moçambique e também um plano de instalação de alguns dispositivos de produção de biogás para o desenvolvimento rural e cooperativo desse país. Chegou a deslocar-se ali, as suas propostas foram bem aceites, a SEIES teve um contrato assinado para o biogás, mas... os conselheiros búlgaros e da RDA rejeitaram a sua aplicação – nos seus países avançadíssimos não se consideravam sérias tais tecnologias simplistas.

3 – O empresário

Desde que o conheci e a nossa relação começou a sair do âmbito cooperativo, fazíamos encontros na Rua Sousa Martins (mais tarde na Av. Almirante Reis) onde estava a sua empresa, a Tecnicalor, que criara com Eurico Costa como desenhador.

Mas o Moisés e o Eurico não eram vocacionados para o negócio !

Não só as relações com as instituições públicas – finanças, segurança social, licenças camarárias, Direcção Geral das Industrias – eram descuradas, pondo-os sempre em situações complicadas de coimas, penhoras, etc., mas também com os próprios clientes, facilitando na contratação que muitas vezes era apenas verbal e se voltava sempre contra eles.

Tinha uma grande paixão pela inovação, mas as numerosas invenções e aperfeiçoamentos que ia fazendo não eram registados pelo que eram copiadas, desenvolvidas e comercializadas por outros...

Interessante referir que durante bastantes anos teve dois clientes inabituais – os conventos das “carmelitas”, no Alentejo e em Carcavelos/Cascais, onde instalou sistemas de ar condicionado e de aquecimento de águas, com base em painéis solares. Ele gostava de falar disso, naqueles conventos, fechados aos homens, só ele podia entrar!

Apesar duma grande aparência de organização burocrática, quando um novo projecto comercial se iniciava abria dossiers com os vários itens que a sua gestão requeria, mas depois não tinha paciência para guardar devidamente os papéis nos sítios adequados !

4 – O cooperativista

Antes do trabalho de Emídio Santana, em 1955, para convencer velhos anarquistas a aderir ao Ateneu Cooperativo, sendo que a posição ideológica anarcossindicalista, nos anos 30 e 40, fosse de rejeição do reformismo cooperativista, Moisés conheceu a sua história e a forma como era praticado em alguns países. Numa lista de livros adquiridos por Pacheco Pereira encontram-se revistas sobre as cooperativas operárias em França, livros de Waldiqui Moura, um activista e historiador do cooperativismo brasileiro, ou os kibutz israelitas, entre outros. E no início de 1954, defendia, no Boletim da Associação dos Inquilinos Lisbonenses a necessidade de se criar um centro de estudos cooperativos.

Em finais de 1956, torna-se no primeiro presidente da direcção do Ateneu Cooperativo (aliás ainda com o nome de Fraternidade Operária de Lisboa). Nessa qualidade participou na Reunião Magna das Cooperativas (1956), que juntou dezenas de cooperativas de todo o país e decidiu criar a Unicoope, com uma actividade essencialmente económica de abastecimento, visando alargar a cooperação concreta entre as cooperativas, ponto de partida indispensável para se avançar para uma federação.

Apoiante do Boletim Cooperativista, não deixou de criar um boletim Cooperação interno ao Ateneu, procurando fazer dele uma revista, com informação sobre o que se ia fazendo no mundo, e teórico-doutrinária do Movimento Cooperativo e a reflexão que se fazia no Ateneu sobre tudo isso e propostas de acção consequentes. Por seu lado, o Boletim Cooperativista, controlado pelo PCP, através de militantes seus e de «companheiros de caminho» dava escassas e deformadas informações do que se ia passando ou de perspectivas dum futuro muito pouco estimulante.

Moisés tornou-se colaborador da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, pelo menos desde 1950, com vários artigos sobre cooperativismo no seu Boletim Habitação. É apoiante dum grande projecto de cooperativa de transportes em Lisboa – a Auto-Mecânica de Portugal, a que a AIL aderira desde a sua fundação em 1937 e que atraíra grande apoio popular e, assim, juntara um capital para encomendar 100 autocarros. Iniciativa contrariada naturalmente pela Carris e pelo regime, acabando por ser impedida de funcionamento, no início dos

anos 50.

Eleito presidente da AIL em 1957, levou a cabo uma Exposição Habitacional no Mundo, fruto de uma grande colaboração com os jovens arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas. A Exposição teve grande projecção atraindo 10 000 visitantes (na época, um grande acontecimento) ao Salão das Belas Artes e, no ano seguinte, igual sucesso no Porto. A Exposição foi pretexto para preparar propostas de alojamento cooperativo que a própria AIL pretendia concretizar, propostas trabalhadas com aqueles arquitectos e jovens economistas como José Silva Lopes ou Eugénio Mota. Facilidades de obtenção de empréstimo bancário e de acesso a terrenos de custo moderado para a sua realização foram evidentemente recusadas.

Foi novamente presidente da AIL no triénio 1962/64 e manteve sempre uma colaboração próxima com as sucessivas direcções.

Depois do 25 de Abril acompanhou de forma crítica a orientação que eu dei à acção da AIL, com um apoio estreito às comissões de moradores e às ocupações de casas devolutas. Temia muito a eventualidade de o PCP tomar o poder no país, e via as comissões de moradores controladas por elementos comunistas enquanto as ocupações seriam obra de oportunistas...

EM 1958, António Sérgio incentivado por Orlando Costa, lançou a produção do livro « O Cooperativismo, Objectivos e Modalidades », uma obra colectiva, publicada em fascículos, de que Moisés foi um dos co-autores, escrevendo um magnífico capítulo sobre o Cooperativismo Habitacional.

Ainda no âmbito cooperativo, e já depois do 25 de Abril, em 1980, sob minha iniciativa foi criada uma cooperativa de trabalhadores, a SEIES, virada para o estudo e intervenção sócio-económica local. Funcionava em autogestão dos associados, com levantamentos/salários iguais, práticas ainda seguidas 33 anos depois.

Moisés não integrou o grupo fundador mas rapidamente foi envolvido na preparação de projectos de secagem de madeiras para a indústria de mobiliário de Moçambique e outro de instalação de dispositivos de produção de biogás para o desenvolvimento rural e cooperativo, como já foi referido

Colaborou intensamente com a Cooperativa COCAMABE, uma experiência autogestionária com grande projecção, na indústria do mobiliário, em Valongo, sendo que os pagamentos dos serviços prestados se faziam inicialmente numa base de trocas – a SEIES fornecia apoio técnico e a Cocamabé fornecia mobiliário para a instalação da SEIES. Isso antes da chegada dos dinheiros de Bruxelas. Depois, Moisés assegurou a montagem dum sistema de secagem de madeiras.

Durante algum tempo, integrou o grupo de trabalho que, na SEIES, acompanhava o seu representante na direcção da Federação das Cooperativas de Serviços. Esta preferiu lançar-se num vasto trabalho de marketing, apoiado por universitários partidários “duma gestão moderna ao serviço dos trabalhadores”... e rapidamente foi tomada pela febre dos dinheiros. A proclamação de grandes sucessos não convencia a SEIES, que depois de grandes discussões internas, decidiu



Sessão na sede do Centro de Estudos Libertários e jornal “A Batalha”, na Rua Marquês de Ponte de Lima, nº 37, 2º Dº, em Lisboa, realizada em data incerta (nos anos 80/90) em colaboração com a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, reconhecendo-se na mesa João Freire e Moisés Silva Ramos.

abandonar a direcção federativa denunciando práticas dum mero capitalismo anti-cooperativo. Autênticas vigarices continuadas levaram-na à falência arrastando muitas cooperativas e deixando outras em situação difícil... Entretanto, os referidos professores tranquilamente desapareceram (um, acabo de o ver eleito como reitor do ISCTE)!

5 – O anarquista e revolucionário

Filho de Álvaro da Costa Ramos, anarcossindicalista muito activo, deportado em Angola com Mário Castelhamo e que participou na preparação da greve insurreccional de 18 de Janeiro de 1934. Moisés falava das suas visitas ao pai, quando vivia clandestinamente num moinho perto de Odivelas, onde funcionava uma tipografia da organização.

Assim, Moisés envolveu-se muito novo no movimento anarquista, militando activamente nas Juventudes Libertárias, nos anos 30 e 40. Viveu algum tempo numa comuna em Albarraque, onde com outros companheiros procuravam refazer uma micro-comuna, um micro-kibutz, falando com entusiasmo desse tipo de experiência de vida colectiva, de judeus laicos que se instalavam na Palestina. Ali, o trabalho era igualmente distribuído por homens e mulheres, praticava-se a gestão colectiva, amor livre, crianças educadas em creches e escolas comunitárias, não havia dinheiro, nem bancos!

Tornou-se num dos mais convictos defensores do “amor livre” e da utilização de métodos contraceptivos para evitar a gravidez. Isso ia contra o moralismo e conservadorismo reinante na sociedade portuguesa. Faziam a divulgação de métodos, tanto os preservativos masculinos, como femininos. Ainda guardava em casa (onde foram parar?) alguns exemplares de pessários (diafragmas) e de fossetes, fabricados com um metal muito leve colocado na vagina. E de tudo isso falava com entusiasmo.

Entretanto, a vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha deu uma tônica mais revolucionária às actividades das Juventudes Libertárias, com uma participação muito activa do Moisés, organizando “passeios de confraternização ideológica” em pinhais na zona de Almada e do Seixal, envolven-

do muitos outros jovens anarquistas (mas também não jovens) onde se discutiam formas para travar a acção do ditador Salazar na sua ajuda a Franco. Faziam treinos na Costa da Caparica para utilização de armas e de explosivos, e também de orientação no terreno e de marcha.

Emissões duma Rádio Fantasma lançado por anarquistas portugueses envolvidos na guerra civil de Espanha e que interferia com as emissões da Rádio Club Português, a rádio portuguesa que assegurava a propaganda franquista, permitiram conhecer notícias de sucessos revolucionários, republicanos e anarquistas, que eram escondidas em Portugal.

Através de manifestos e jornais clandestinos difundiam essas notícias e denunciavam a presença de fascistas espanhóis em Portugal de onde orientavam o movimento militar falangista; por outro lado, realizavam acções de sabotagem – com incêndios, descarrilamentos de vagões e de camiões – em depósitos de munições e de combustíveis, armazéns de alimentação ou de fardas para as tropas franquistas.

Também deu apoio a fugas de barco para Marrocos, Inglaterra ou França.

Participou ainda na preparação dum plano de fuga de Emídio Santana, quando este se encontrava na Penitenciária de Lisboa.

Moisés militou activamente na defesa duma orientação confederal anarquista, que possibilitasse a criação de condições para, no fim da guerra, entrarem em alianças para derrubar o regime salazarista.

Depois do 25 de Abril, empenhou-se no relançamento de A Batalha e também na dinamização do Centro de Estudos Libertários.

6 – Homem da Oposição

O Ateneu Cooperativo permitiu o estabelecimento de relações políticas de confiança, levando ao envolvimento de um conjunto de pessoas em actividades contra o regime – casos de Moisés Silva Ramos, Emídio Santana, outros velhos anarquistas mas também de alguns jovens. Ali, no Ateneu, tive a possibilidade de contar e ser questionado sobre o meu envolvimento em actividades oposicionistas, como a Comissão Promotora do Voto ou as discussões na Seara Nova. E o Moisés era sempre muito crítico!

Mas também as relações permitiram saídas menos pacíficas, como a participação nas manifestações em Santa Apolónia para esperar Humberto Delgado e que depois de uma investida policial levou o Moisés e eu próprio a tomar a cabeça da manifestação reagrupada que subiu a Rua da Prata na direcção da Avenida da Liberdade, onde fomos recebidos a tiro pela PSP.

O mesmo se passou, em 1960 na passagem dos 50 anos da República. Depois da tradicional romagem ao Cemitério do Alto de S. João, e de uma brutal carga, à espadeirada, por parte da GNR a cavalo, sobre os manifestantes pela Rua Moraes Soares abaixo. Reagrupando-nos no Rossio, Moisés e eu arrancámos com uma manifestação pela Rua do Ouro até à Câmara Municipal de Lisboa. O advogado republicano Adão e Silva, com escritório naquela rua, atirou-nos uma bandeira nacional com a qual desfilámos. A PSP recebeu-nos a tiro, provocando dois feridos, quando nos aproximávamos novamente do Rossio, subindo a Rua Augusta.

Mas já antes disso, Moisés (e Emídio Santana) foram sendo informados da preparação duma tentativa revolucionária, com forte componente de gente nova não militar, aquilo que veio a ser conhecido como o Movimento da Sé.

Moisés e Emídio Santana compareceram, como combinado, no anexo da Sé a partir de onde deviam ser distribuídas

armas. Comunicaram com outros elementos anarquistas preparando-se para dar seguimento à acção revolucionária que foi suspensa quando já estava em andamento.

O mesmo sucedeu aquando da chamada Revolta de Beja, na passagem do ano de 1961 para 1962. Moisés e Emídio Santana deram a sua adesão ao que se preparava e mobilizaram outros elementos anarquistas para, uma vez tomado o quartel de Beja, fazerem o necessário para ser cortada a corrente de electricidade à cidade de Lisboa, paralisando transportes e fábricas. Entretanto, Germinal de Sousa e Correia Pires encarregavam-se da produção de panfletos de agitação, a ser distribuídos em Lisboa – Alcântara e Sacavém – e na Margem Sul.

Alguns meses antes deste envolvimento Moisés fora preso durante algumas semanas pela PIDE, metido num curro onde entrou com o cabelo preto e saiu com ele branco...

A prisão não o amedrontou, como sucedia frequentemente.

Entretanto, a minha prisão e posterior exílio teve um certo efeito desmobilizador na organização que se estava a criar a partir do Ateneu.

Pude montar um sistema de comunicação, difícil e irregular, com o Moisés. Foi assim que soube da sua adesão ao MAR – Movimento de Acção Revolucionária. Chegámos mesmo a realizar um encontro clandestino em Madrid, já numa situação de abandono progressivo do MAR, mas onde as consequências da guerra colonial e da saída massiva de jovens para a guerra e a emigração mostravam que o regime agonizava. Pudemos aí discutir um pouco sobre o que poderia ser o futuro do país com base na linha do MAR – reforma agrária, nacionalização das grandes empresas, desenvolvimento do cooperativismo, poder descentralizado assente no municipalismo.

Moisés deu alguma colaboração à revista “O Tempo e o Modo” no início de 1970, com artigos sobre a autogestão na antiga Jugoslávia e na Catalunha dos tempos anteriores à vitória franquista.

Envolveu-se depois, com Emídio Santana, na criação da Associação de Defesa dos Consumidores – DECO.

Gostando de se levantar cedo e passear pela cidade, acompanhou e participou nas movimentações populares do dia 25 de Abril de 1974, no Terreiro do Paço e depois em frente do quartel do Carmo, onde assistiu eufórico à prisão de Marcelo Caetano.

Assistiu, em directo, ao ruir dum regime contra o qual se batera ao longo da sua vida!

Oeiras, 14 de Dezembro de 2013

José Hipólito Santos [2]

[1] Nasceu em 13.10.1920, como indica João Freire, ou em 1918, como referido por outras fontes?

[2] Nasceu no Porto, em 1932. Sócio-economista, ex-dirigente cooperativista, antigo colaborador da Seara Nova e dos Cadernos de Circunstância. Membro do MUD-Juvenil, participante na Revolta da Sé e no Golpe de Beja, ex-presos político e antigo exilado em Argel, ex-dirigente do MAR, LUAR e PRP. Membro do Comité de Acção da EPHE (Sorbonne) em Maio 68. Quadro superior da CUF, presidente do Ateneu Cooperativo e da Associação dos Inquilinos Lisboenses. Professor universitário em Paris-XIII, no ISE e no IS-PA. Perito das N. U., fundador da SEIES, membro da Alliance Pour Un Monde Responsable, Pluriel et Solidaire e DRD-Démocratiser Radicalement la Démocratie. Participante na Assembleia Mundial de Cidadãos (2001).

1/1/2014

NOVA LEI DO ABORTO EM ESPANHA: RETROCESSO CIVILIZACIONAL

Por questões ideológicas e de manutenção do poder, por parte dos sectores mais reaccionários de ambos os países, os governos português e espanhol pretendem através da alteração da legislação laboral, de segurança, dos direitos civis e humanos, da lei do aborto, etc. fazer pender ainda mais para o seu lado a correlação de forças na sociedade. Em Portugal têm sido as alterações à legislação laboral, à abolição de feriados, aos cortes, ao aumento do horário de trabalho. Em Espanha, nas últimas semanas o governo aprovou leis que significam um autêntico retrocesso civilizacional (como é a lei da segurança pública, com penas pesadas para actos normais de protesto) ou a aprovação do anteprojecto da nova lei do aborto, como sublinha a CGT anarco-sindicalista num comunicado recente que publicamos um pouco mais abaixo. São sinais de um tempo que, de um lado e outro da fronteira, cada vez mais nos convoca para a luta conjunta..



Em defesa do direito da mulher a decidir sobre o seu corpo e a sua maternidade

A reforma da lei do aborto do ministro da justiça Gallardón elimina o direito conquistado pelas mulheres de abortarem no sistema de saúde público nas primeiras 14 semanas e tornará, ao nível prático, impossível abortar em Espanha. Na situação da actual crise económica, especialmente entre as mulheres, a nova lei provocará abortos clandestinos e por isso aumentará o risco da morte de mulheres.

Na sexta feira, dia 20 de dezembro de 2013, o Conselho de Ministros aprovou o anteprojecto de reforma da lei do aborto proposto pelo ministro da justiça, Alberto Ruiz-Gallardón, obedecendo às determinações da Conferência Episcopal da Igreja Católica e abolindo o direito das mulheres a decidirem sobre a interrupção da sua gravidez.

Depois do processo legal e do debate parlamentar, a Lei

entrará em vigor no prazo de um ano. Desde a CGT continuaremos a lutar lado a lado com as plataformas feministas, movimentos colectivos, assembleias de mulheres... para que o atentado reaccionário que esta reforma supõe não chegue a ser levado à prática, continuaremos a lutar contra este abuso de poder, contra esta ditadura parlamentar, contra esta submissão da sociedade civil a uma igreja transtornada e a um governo retrógrado.

O nome desta nova lei não é gratuito. A Lei Orgânica de Protecção da Vida do Concebido e dos Direitos da Mulher Grávida, como o seu nome indica, coloca à frente os direitos do feto aos da mulher e representa o maior atentado contra a dignidade das mulheres, contra a sua luta pela igualdade, dos últimos trinta anos, ao negar-lhes a sua capacidade de decidir.

Que novidades apresenta esta reforma da lei do aborto?

A primeira é ideológica. A interrupção da gravidez deixa de ser um direito da mulher nas primeiras 14 semanas, como acontecia com a lei anterior de 2010 e volta a ser um delito que se despenaliza apenas em duas situações e com maiores restrições.

As únicas situações são: violação (alegável nas primeiras 12 semanas) e “grave perigo para a vida ou saúde física ou psíquica” da mulher (alegável nas primeiras 22 semanas). Este perigo será determinado por especialistas médicos mas com maiores restrições das que estavam contempladas na Lei de 1985 e com processo mais burocratizado.

A presença de malformações fetais gravíssimas ou doenças do feto não serão motivo legal de aborto, ainda que o seja o efeito psicológico que isso provoque na grávida. Quem determinará esse efeito psicológico? Este suposto efeito psicológico poderá ser alegado, mas através dum procedimento mais exigente, mais complicado e mais demorado do que o actual.

Para se avaliar o grave efeito psicológico sobre a mulher será preciso um relatório de dois médicos (antes era um) e alheios à clínica em que teria lugar o aborto, não podendo ser de quem o vá praticar (como na lei actual), nem trabalhe no mesmo centro hospitalar (esta é a novidade).

Amplia-se o prazo de reflexão de três para sete dias para que a mulher seja informada sobre o aborto e as suas consequências e decida abortar.

Volta-se à situação de que as menores de idade com 16-17 anos precisem da permissão da família para poderem

abortar. Em caso de litígio, será um tribunal, no prazo de 15 dias, que determina a quem dar a razão.

Ser anteriormente o direito de objecção de consciência era só para o médico que ia praticar o aborto, com esta reforma a objecção de consciência generaliza-se e amplia-se a todas e todos os possíveis profissionais sanitários que participem, colaborem ou cujo trabalho seja necessário para realizar um aborto, como o pessoal administrativo, de segurança, auxiliar, de cirurgia.

O aborto fora destes pressupostos legais é considerado um delito, mas quem se castiga vai ser o profissional médico e não a mulher (até três anos de prisão e até seis de inabilitação profissional, como agora) já que o nosso heróico cavalheiro, paternalista e machista ministro Gallardón, como protector da débil mulher, considera a mulher como sendo menor de idade, considera a mulher como uma vítima do aborto.

Finalmente, esta concepção da lei do aborto torna desnecessários, acaba com todas as medidas e políticas sociais, como a educação sexual e afectiva, o fomento do acesso aos métodos anticoncepcionais, os programas de planificação familiar, de formação para a juventude.

Desde a CGT consideramos que sem respeito pelos direitos da mulher, gera-se uma violência institucional que se generaliza por toda a sociedade e que coloca a mulher numa situação de inferioridade, submissão e desigualdade que perpetuarão o patriarcado e a violência machista.

ABORTAR É UM DIREITO, NÃO UMA OBRIGAÇÃO!

NÓS PARIMOS, NÓS DECIDIMOS!

PELO ABORTO LIVRE E GRATUITO!

**Secretaria da Mulher. Secretariado Permanente.
Comité Confederal da CGT/Espanha)**

Aqui: <http://www.cgt.org.es/noticias-cgt/comunicados/en-defensa-del-derecho-decidir-de-la-mujer-sobre-su-cuerpo-y-su-maternidad>



2/1/2014

MIQUELINA SARDINHA (1902-1966), UMA ANARQUISTA DE AVIS

Devido às fracas condições do meio português, tanto cultural como socialmente, as manifestações da Mulher, no campo libertário, nunca atingiram foros de movimento de sucesso. Nas cidades de Lisboa e Porto conhecemos algumas camaradas que, geralmente, acompanharam o movimento sindical como companheiras de militantes operários, e este ou aquele intelectual, dando-se o mesmo noutras cidades como Setúbal ou Coimbra. Seria difícil, porém, considerar que tal pudesse acontecer em regiões desviadas dos grandes centros, como o Alentejo e outros locais então faltos de comunicações.

Em 11 de Setembro de 1902, nasceu em Avis, Miquelina Maria Possante Sardinha, que teve por pai Manuel dos Santos Sardinha, carpinteiro de carros, profissão que se achava intimamente ligada à agricultura, sofrendo intensamente a exploração dos proprietários e rebelando-se ao lado do povo oprimido. Sardinha era inculto mas dotado de espírito ágil, vivo, e nunca aceitou nem nunca serviu, a não ser como proletário explorado, a sociedade opressora. Sua filha teve pois o berço apropriado onde principiou a enfrentar a vida e a formar-se o seu destino conspirativo.

Ao tempo, estávamos em plena regência franquista, presidida por um rei caçador saudoso do absolutismo dos seus maiores. O protesto, republicano e anarquista, adensava-se nas capitais e chegava mais longe como um eco redentor. Na província pontificavam os padres enfurecidos quando, aqui e ali, passavam os propagandistas fazendo comícios. O Registo Civil lutava então contra a supremacia clerical e todos se submetiam à Igreja para não perder o pão. Mas Sardinha não se submetia. Casou-se pelo registo civil. Impondo-lhe um cacique que fosse votar a seu favor, entrou na Igreja ostentando de braço alto o voto republicano. Cito estes pormenores para mostrar o quanto pode na formação do carácter o berço inicial.

Com o andar dos anos, o espírito do carpinteiro foi evoluindo e quando um dia veio a estabelecer-se na vila de Ponte de Sor o movimento anarquista estava lançado a alargado a todo o país. Sardinha, já como anarquista conhecido no seu meio, tinha a seu lado agora a sua filha, e assim, juntos, e com a simpatia da companheira, é numa sala da sua própria casa que é instalado o Sindicato da Construção Civil, aderente à Federação, onde são recebidos delegados e conferentes, onde é vendida “A Batalha”, “A Comuna” e vão ter os manifestos e proclamações a distribuir. Miquelina Sardinha é a secretária, a escrevente, a oradora. Educada ao contacto de uma professora ilustre, Vitória Pais de Andrade, conhecida combatente liberal, ou talvez melhor, libertária, e que tanto combateu os espectáculos repugnantes das touradas, fez-se professora de ensino livre, e nesta arte, amorosamente aceite, ensinou crianças e adultos, dando mais do que recebia.

Inevitavelmente, foi acusada pelos reaccionários monárquicos, e pelos não menos temíveis republicanos. Proprietários



locais, de desviar a educação infantil, tudo comprovado pelo facto iniludível de ser amiga do sistema educativo de Ferrer e, ainda pior, de ter fundado, nada mais nada menos, que um grupo anarquista, e escrever na “Batalha” crónicas denunciadoras contra os atropelos da G.N.R., conhecida então por “guarda pretoriana”. Um dia os reaccionários encerraram-lhe a escola. Era então ministro o poeta João de Barros. Atendeu uma delegação que veio a Lisboa protestar. O poeta, metido na embrulhada estatal, compreendeu, no entanto, a situação e mandou reabrir a escola. Mais tarde foi professora na Escola do Sindicato da Construção Civil, na Calçada do Combro, em Lisboa.

Ligada a um jovem camarada anarquista, Miquelina acompanhou-o, fiel na propaganda, na luta, nas perseguições. Constituiu família. Nunca se submeteu aos preconceitos religiosos. Foi indeclinavelmente atea. O padre, esse embrião da estúpida erudição religiosa, nunca conseguiu dominá-la. Morreu como viveu: espiritualmente pura, em 27 de Novembro de 1966.

Meridional

Publicado no nº 13, da Revista A Ideia, (Primavera de 1979).

5/1/2014



Evo Morales en el prólogo publicitario del Rally Dakar en Bolivia; abril 2013

O presidente da Bolívia e executivos da empresa Amaury Sport Organizations, no passado mês de Abril de 2013 no anúncio da inclusão da Bolívia no Rally Dakar. Longe estão os dias em que a imagem de Evo Morales se associava ao ambientalismo e à defesa da identidade cultural. Agora os recursos propagandísticos do governo vinculam-se aos campeonatos de futebol, aos concursos de beleza e às provas motorizadas.

RALLY DAKAR:

INVASÃO MOTORIZADA E NEOCOLONIALISMO DESPORTIVO

Começou ontem em Rosário (Argentina) o Rally Dakar 2014. Tal como em África, o Dakar é contestado no Cone Sul do continente americano pelos danos ambientais e sociais que causa. Uma prova de algumas dezenas de aventureiros e de ricos para quem nada importa: nem a cultura, nem os sítios arqueológicos ou a estrutura das comunidades que atravessam. Este ano preparam-se para devastar o maior deserto do Sal do mundo, na sua primeira passagem pela Bolívia. Fica aqui a denúncia.

Antonio Pérez (*)

Em 1898, o capitão Voulet e o tenente Chanoine saíram de Dakar (Senegal) à conquista do lago Chade. A invasão foi chamada de Missão África Central e, desde o ponto de vista cristão, foi de facto uma missão e com bastante êxito, pois que exportou para o céu milhares de africanos. A outrora bendita “coluna Voulet-Chanoine”, agora chamada coluna infernal ou

das trevas, era composta por uns 70 africanos armados, 30 interpretes e 1200 carregadores escravos. À passagem pelos territórios indígenas subsaarianos que, um século depois, seria percorrido pelo rally Paris-Dakar, deixaram um rasto de aniquilação a que não escaparam nem as mulheres – esquartejadas e enforcadas – nem as crianças – queimadas – . Mas os oficiais franceses não se contentaram com praticar a tática da guerra queimada, mas submergiram numa orgia genocida em

que competiram entre si para verem quem era o assassino mais imaginativo. Segundo parece ganhou o capitão Voulvet graças a ter inventado um suplício original: pendurou vários dos seus guias em árvores de tal maneira que as hienas lhes comeram os pés e os abutres o resto. Pois bem: o antes chamado rally Paris-Dakar é a versão neocolonial daquela invasão colonial.

O Paris-Dakar (para a frente, PD) começou em 1979 como uma empresa privada do aventureiro T. Sabine e está agora em mãos da sua sucessora, a Amaury Sports Organization (ASO). Até agora e segundo os cálculos oficiais – sempre muito inferiores à realidade – os heróis do volante assassinaram a 28 africanos e a quatro sul-americanos. Os pilotos e o festival de apoio falecidos, creio, que chegaram aos 26, mas não é número que tenha verificado porque nenhuma hiena lhes devorou os pés e que metam de acordo entre as suas companhias de seguro. Fora duas edições, sempre causou mortes.

O PD começou bordejando o Atlântico mas, devido à decidida oposição da Frente Polisário em permitir que atravessasse o Sahara Ocidental (1992-1994) foi progressivamente deslizando para o Oriente, até ao Mali e ao lago Chade. Ou seja, seguiu a rota da coluna Voulet-Chanoine. A partir de 1992, os camponeses saarianos e subsarianos começaram a opor-se activamente a que esse exército de ricos adictos à gasolina continuasse a arrasar os seus territórios. Em 2008, o rally teve que ser suspenso. Os habitantes do Saara e do Sahel – segundo a ASO, vários milhões de fanáticos islamitas sedentos de sangue cristão – conseguiram que o PD fosse trasladado para a América Latina. Assim, e em 2009 os heróis do volante reiniciaram as suas façanhas noutra hemisfério: nesse mesmo ano três chilenos pagaram-nas com a vida.

O Dakar no Cone Sul

Durante as suas últimas quatro edições (2009-2013), o PD vandalizou territórios indígenas do Chile, Perú e Argentina. Faltava Bolívia, precisamente a república plurinacional que se prepara para conquistar em 2014. Sebemos que o PD deixou em África um rastro de morte, corrupção, enriquecimento passageiro e arrogância duradoura de umas poucas élites, destroços sociais e ambientais, excitação da violência, etc. Depois da sua passagem pelo Sahel: aqueles países são agora mais ricos e mais modernos? Basta recordar as actuais invasões europeias contra o Mali e o Níger e a ocupação permanente do Chade para se responder a essa pergunta. Mas também sabemos que o Cone Sul não é o Saara nem sequer o Sahel. Por isso, terá sentido augurar o mesmo destino às re-



El rally Dakar, que enorgullece al gobierno plurinacional de Bolívia, es producto directo del rally Paris - Dakar, el cual tiene filiación directa con la expedición colonialista francesa de 1898 en tierras africanas. De esta manera y curiosamente, las quimeras descolonizadoras de Evo Morales se relacionan con la fiesta neocolonial más detestada en los últimos años.

públicas sul-americanas? Claro que não. Por isso, limitar-nos-emos a observar como se comportou o PD na sua passagem pelo Cone Sul.

Até à data, e deixando de parte o tema crucial dos falecidos na prova, que benefícios trouxe aos povos latino-americanos? E se não for nenhum o benefício para esses povos, o que é que melhorou na imagem dessas repúblicas? Vejamos só três exemplos:

a) Em 2011, uma comissão de arqueólogos chilenos demonstrou que o PD tinha devastado “45% do património arqueológico” desse país: em 2009, foram destruídos 6 sítios arqueológicos com uma antiguidade superior a 4000 anos; em 2010, foram pelo menos 52, já que o inventário não foi acabado e, em 2011, ascenderam a 126 sítios. A percentagem de destruição de uma matéria tão simbólica como o passado é sempre discutível, mas tão pouco se necessitam mais cálculos para deduzir que uma colossal coluna motorizada, que luta ao contra-relógio, não tem tempo para admirar as ruínas alegadamente “pré-históricas” – nem sequer para evitar atropelos ao presente.

b) Em 2013, antes que começasse a prova, o organizamos

turístico peruano, CANATUR vendeu as suas maravilhas assegurando que, graças ao PD, o país receberia 600 milhões de dólares norte-americanos (em 2012, esse valor foi calculado em 100 milhões). Segundo os cálculos mais optimistas, o maná automobilístico não chegou aos 75 milhões, quase todos eles gastos pelos 10.000 trabalhadores e fanáticos do PD. Os turistas dos países fronteiriços não ultrapassaram os 15.000.

c) A verdadeira face das tropas motorizadas fica clara quando vemos que no Cone Sul o PD serviu para que os narcotraficantes lavassem a cara, como aconteceu com Transpino SL, a empresa patrocinadora da equipa da Guardia Civil espanhola!, que entrou na competição no ano de 2011. Narcotraficantes, ladrões, brigões ou, pior ainda, membros de milícias como Mark Zambon, um sargento dos marines, veterano do Iraque e do Afeganistão que corria sem pernas, que tinham sido cortadas por uma bomba da resistência afegã e que justamente por essa chamada “heroicidade” foi o personagem do ano de 2013.

O Dakar na Bolívia

Nos dias 12 e 13 de Janeiro de 2014 o PD pisará o Salar de Uyuni (o maior deserto de sal do mundo) numa etapa considerada como a apoteose da sua “razzia” (incursão) contra a Bolívia. Será um crime que não só contará com o beneplácito das autoridades, diz-se que plurinacionais, mas sim inclusivamente com o seu financiamento. Mas, como acontece com as contas de qualquer Estado, o dinheiro gasto pelo governo para trazer à Bolívia o PD é uma matéria profundamente resvaladiça. Os números oscilam entre os 2 e os 20 milhões de US\$. Dizem que, com igual propósito, Chile “investiu” 6 milhões, – mas como perceber isso de investir? Pagou esses 6 milhões à ASO ou essa quantidade incluiu outras alíneas?

Não menos ilusório é o alcance do Pano de Mitigação que, dizem, o governo da Bolívia elaborou. Incluirá nos seus objectivos ressuscitar os mortos ou apenas se limitará a varrer o pó deixado pela invasão? O seu diminuto orçamento será suficiente para compensar os danos sofridos ou destinar-se-á a pagar integralmente rituais pachamamistas? Por agora, a ASO diz ter-se ocupado do assunto; segundo a propaganda, “os aymaras, urus, muratos e chipayas, pediram o consentimento a Pachamama e esta concedeu-o”. Ou a ASO já penitenciou os seus pecados e conseguiu um contacto directo com a Pachamama ou esta Divina Senhora sofre um delírio de permissividade.

Seja como for, é óbvio que atravessar o Salar de Uyuni tem um enorme custo sócio-ecológico, senão não teriam limitado nest edição de 2014 a sua passagem apenas a motos e às motos 4, ainda que se mantenha a ameaça de que na edição de 2015 possa ser permitida a circulação de camiões e automóveis. Uyuni recebe cerca de 60.000 turistas por ano que aumentam, e em nada diminuem os estragos produzidos pela exploração de lítio e de sal. Quanto acrescentará p PD 2014 ao desastre? Como ficará a retórica pachamamista e, mais ainda, como ficarão os territórios indígenas e, muito em especial, os habitantes que sobrevivam à incursão da coluna motorizada?

Conclusão

O PD é o arquétipo dessa espécie de capitalismo que devemos chamar de selvagem, pirata ou aventureiro – quer dizer, marginal e explorador antes que duradouramente ganancioso – . O PD é uma empresa nómada que não tem nenhum interesse em investir em nenhum país; hoje está no Cone Sul e amanhã, quando tiver queimado estas terras, vai para a África do Sul ou para a Mongólia. Infelizmente este tipo de vampiros especializou-se em farejar presas fáceis, neste caso os governantes terceiro-mundistas que sofrem de uma ânsia tão incontrollável de “modernidade” e de cosmopolitismo – ou globalização – que os leva a desmaiarem frente à primeira miragem que lhes aparece.

Mas poderá considerar-se moderna uma “razzia” (incursão) herdeira das que, há um século, levava parisienses a Pequim? É-se mais cosmopolita pondo a Bolívia “no mapa” da algumas marcas de automóveis, combustíveis e acessórios caríssimos que são arquiconhecidas desde há décadas? Ou havia outra maneira de se integrar no mundo desenvolvido e, mais ainda, é possível e racional tal integração? Em que medida as transnacionais, de que vive o PD e a que faz propaganda, vão utilizar as suas etapas bolivianas como cavalo de tróia para incrementar a invasão deste país?

Para mais, o PD é devastador e estéril inclusive no Primeiro Mundo. Por exemplo, apesar de estar proibido, os seus pilotos treinam nas montanhas europeias publicitando marcas sem garantias científicas nem sanitárias e consumindo artificiosas bebidas “energéticas” que expulsam do mercado as energias naturais. Em Bolívia, a sua coluna motorizada, menos sangrenta do que a Voulet-Chanoine, mas mais numerosa e mais pernicioso a médio prazo, esconde-se atrás da máscara do desporto quando é uma vulgar competição entre motores e robots humanóides que exalta o esbanjamento de combustíveis fósseis e o individualismo pago pelas multinacionais de sempre. Tudo isto sem mencionar sequer os danos sociais (1) que se podem resumir no insano rasto de uma grotesca emulação que deixa nos grupos mais propensos à fatuidade e ao consumo desenfreado de produtos estrangeiros, caríssimos e inúteis, mas disfarçados de modernidade.

O Equador já disse não ao Dakar 2015! É um bom exemplo para outras repúblicas que dizem ser irmãs.

- (1) Encontrámos poucas referências cibernéticas sobre o impacto social dos rallies. Apesar disso, no Google Scholar/Académico, podem consultar-se : P.F. Porto Leopoldino (sobre o rally Dos Sertões, 2010, em ufj.br), María Soledad Ramati (ver Revista Gioja, 2011, em derecho.uba.ar/), Lisiunia Romanienko (em IRSR Geopolitics 2012) e também como observação indirecta, C. Echeverría (sobre a Mauritânia e a organização al-qaediana AQMI).

[Publicado originalmente no periódico PUKARA (Bolivia), Nº 89, janeiro 2014]

6/1/2014

(MEMÓRIA LIBERTÁRIA)

UM CARTOON DA COLECÇÃO DE “A BATALHA”



Cartoon da colecção do jornal anarco-sindicalista "A Batalha", da autoria de Eduardo Faria, pertencente ao espólio de E. Santana. Sem data.

Aqui: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=901

7/1/2014



Nos últimos anos na Europa e nos Estados Unidos o horário de trabalho tem vindo a aumentar. Em Portugal a jornada de trabalho para a Função Pública amentou das 35 para as 40 horas perante a passividade quase total dos sindicatos oficiais. Em Espanha, a CNT e a CGT reivindicam há muito as 30 horas semanais. Há pouco mais de 80 anos os economistas acreditavam que na viragem do século XX para o XXI, devido aos progressos tecnológicos (que continuam a verificar-se) o tempo de trabalho diário não ultrapassaria as 3 ou as 4 horas. O antropólogo anarquista e membro do Occupy Wall Street, David Graeber, explica a inutilidade dos empregos (e dos trabalhos) de merda criados nas últimas décadas. Que só servem para nos prender aos locais de trabalho, não para produzir ou fazer quaisquer trabalhos socialmente relevantes.

SOBRE O FENÓMENO DOS EMPREGOS DE MERDA

David Graeber

No ano de 1930 John Maynard Keynes previu que, até ao final do século XX, a tecnologia teria avançado o suficiente para que países como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos pudessem implementar a semana laboral de 15 horas. Não faltam motivos para acreditar que tinha razão, dado que a nossa tecnologia actual o permitiria. E, no entanto, isso não aconteceu. Em vez disso, a tecnologia inventou novas formas para que trabalhemos mais. A fim de alcançar este objectivo, foram criados novos trabalhos, que não têm, efectivamente, nenhum sentido. Enormes quantidades de pessoas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, passam toda a sua vida profissional na execução de tarefas que, no fundo, consideram completamente desnecessárias. É uma situação que provoca um dano moral e espiritual profundo. É uma cicatriz que marca a nossa alma colectiva. Mas quase ninguém fala disso.

Por que é que nunca se materializou a utopia prometida por Keynes – uma utopia ainda aguardada com grande expectativa nos anos 60? A explicação mais generalizada hoje em dia é que Keynes não soube prever o aumento massivo do Consumismo. Face à alternativa entre menos horas de trabalho ou mais brinquedos e prazeres, teríamos escolhido colectivamente a segunda opção. É uma fábula muito bonita, mas basta apenas um momento de reflexão para vermos que isso

não pode ser realmente verdade. De facto temos assistido à criação de uma variedade infinita de novos empregos e indústrias, desde a década de 20, mas muito poucos têm alguma coisa a ver com a produção e distribuição de sushi, iPhones ou de calçado desportivo de moda.

Então, quais são, precisamente, esses novos postos de trabalho? Um relatório comparando o emprego nos EUA entre 1910 e 2000, dá-nos uma imagem muito clara (que, sublinho se vê praticamente reflectida no Reino Unido). Ao longo do século passado, diminuiu drasticamente o número de trabalhadores empregados no serviço doméstico, na indústria e no sector agrícola. Ao mesmo tempo, “a nível profissional, os directores, os administrativos, os vendedores e os trabalhadores dos serviços” triplicaram, crescendo de um quarto a três quartos do emprego total. Por outras palavras, os empregos no sector produtivo, tal como previsto, muitos trabalhos produtivos automatizaram-se (ainda que se conte a totalidade dos trabalhadores da indústria a nível mundial, incluindo a grande massa de trabalhadores explorados da Índia e da China, estes trabalhadores já não representam uma percentagem da população mundial tão elevada como era habitual).

Mas ao contrário de possibilitar uma redução massiva do horário laboral de maneira a que todas as pessoas tenham tempo livre para se ocuparem dos seus próprios projectos, prazeres, visões e ideias, temos visto um aumento do tempo

de trabalho tanto no “sector de serviços” como no administrativo. Isto inclui a criação de novas indústrias, como os serviços financeiros ou de telemarketing e a expansão de sectores como o direito empresarial, a gestão do ensino e da saúde, os recursos humanos e as relações públicas. E estes números nem sequer reflectem todas as pessoas cujo trabalho é fornecer serviços administrativos, técnicos, ou de segurança para essas indústrias, para não mencionar toda uma gama de sectores secundários (tratadores de cães, entregadores de pizza 24 horas) que devem a sua existência ao facto do resto da população passar tanto tempo a trabalhar noutros sectores.

Estes são os trabalhos a que proponho chamar de “empregos de merda.”

É como se alguém estivesse a inventar trabalhos apenas para nos terem ocupados. É aqui, precisamente, que reside o mistério. E isso é exactamente o que não devia acontecer no capitalismo. Claro que, nos antigos e ineficientes estados socialistas como a União Soviética, onde o emprego era considerado tanto um direito como uma obrigação sagrada, o sistema criava todos os empregos que fizessem falta, (era este o motivo que levava a que nas lojas soviéticas fossem “precisos” três empregados para vender um só bife). Mas, é claro, este é o tipo de problema que é suposto ser corrigido com a concorrência dos mercados. De acordo com a teoria económica dominante, desperdiçar dinheiro em postos de trabalho desnecessários é o que menos interessa a uma companhia que queira ter lucro. Mas ainda assim, e sem se perceber muito bem porquê, é isso que acontece.

Ainda que muitas empresas se dediquem a reduzir o número de trabalhadores de forma cruel, estes despedimentos – e o aumento de responsabilidade para os que permanecem –, recaem invariavelmente sobre os que se dedicam a fabricar, transportar, reparar e manter as coisas.

Devido a uma estranha metamorfose, que ninguém é capaz de explicar, o número de administrativos assalariados parece continuar a aumentar. O resultado, e isto acontecia também com os trabalhadores soviéticos, é que cada vez há mais empregados que, teoricamente, trabalham 40 ou 50 horas semanais, mas que, na prática, só trabalham as 15 horas previstas por Keynes, já que levam o resto do dia a organizarem ou a participarem em seminários motivacionais, actualizando os seus perfis do Facebook ou fazendo downloads de vídeos e musica.

É claro que a resposta não é económica, mas sim moral e política. A classe dirigente descobriu que uma população feliz e produtiva com abundante tempo livre nas suas mãos representa um perigo mortal (recordemos o que começou a

acontecer na primeira vez em que houve uma pequena aproximação a algo deste tipo, nos anos 60). Por outro lado, o sentimento de que o trabalho é um valor moral em si mesmo e que quem não esteja disposto a submeter-se a uma disciplina laboral intensa durante a maior parte da sua vida não merece nada, é algo que lhes é muito conveniente.

Certa vez, ao contemplar o crescimento aparentemente interminável de responsabilidades administrativas nos departamentos académicos britânicos, imaginei uma possível visão do inferno. O inferno é um conjunto de indivíduos que passam a maior parte do seu desempenhando tarefas de que nem gostam nem fazem especialmente bem. Imaginemos que se

contratam uns marceneiros altamente qualificados e que, de repente, descobrem que o seu trabalho consistirá em passarem grande parte do dia a fritarem peixe. Não é que a tarefa realmente necessite de ser feita – há apenas um número muito limitado de peixes que é preciso fritar. Ainda assim, todos eles tornam-se obcecados com a suspeita de que alguns dos seus companheiros possam passar mais tempo a talhar madeira do que a cumprirem as suas responsabilidades como fritadores de peixe que, rapidamente, vamos encontrar pilhas intermináveis de inútil peixe mal frito, acumulado por toda a oficina, acabando, todos eles, por se dedicarem exclusivamente a isso.

Acho que esta é realmente uma descrição bastante precisa da dinâmica moral da nossa própria economia.

Estou consciente de que argumentos como este vão ter objecções imediatas. “Quem és tu para determinar quais os trabalhos que são ‘necessários’? O que é necessário, afinal? És professor de antropologia, explica-me a ‘necessidade’ disso?” (E, na verdade muitos leitores de imprensa cor-de-rosa classificariam o meu trabalho como a definição por excelência de um investimento social desperdiçado). E, em certo sentido, isso é obviamente verdadeiro. Não há uma forma objectiva de medir o valor social.

Não me atreveria a dizer a uma pessoa que está convencida de estar a contribuir com algo importante para a humanidade, de que, na verdade, está equivocada. Mas o que se passa com aqueles que têm a certeza de que os seus trabalhos não servem para nada? -Não há muito tempo atrás retomei o contacto com um amigo de escola que não via desde os meus 12 anos. Fiquei espantado ao descobrir que nesse intervalo de tempo, ele se tinha tornado poeta, e, foi vocalista de uma banda de rock indie. Inclusivamente, tinha ouvido algumas das suas músicas na rádio sem ter ideia que o cantor era meu



JOHN JORDAN: WWW.JOHNJORDAN.CO.UK

amigo de infância. Ele era, obviamente, uma pessoa inovadora e genial, e o seu trabalho tinha, sem dúvida, melhorado e alegrado a vida de muitas pessoas em todo o mundo. No entanto, depois de um par de álbuns sem sucesso, perdeu o contrato com a editora e atormentado com dívidas e uma filha recém-nascida, acabou, como ele descreveu, por “tomar a opção que, por exclusão, muitas pessoas sem rumo escolhem: a Faculdade de Direito”. Agora é um advogado de negócios e trabalha numa proeminente empresa de Nova York. Ele foi o primeiro a admitir que o seu trabalho era totalmente sem sentido, não contribuindo em nada para a humanidade e que, na sua própria opinião, nem sequer deveria existir.

Chegados aqui há uma série de perguntas que podemos fazer. A primeira seria: o que é que isto revela sobre a nossa sociedade que parece gerar uma procura extremamente limitada para poetas e músicos talentosos, mas uma procura aparentemente infinita de especialistas em direito empresarial. (Resposta: Se 1% da população controla a maior parte da riqueza disponível, o denominado “mercado” reflectirá o que essa infima minoria, e ninguém a não serem eles, acha que é útil ou importante). Mas, ainda mais, isto mostra que a maioria das pessoas nesses empregos estão conscientes desta realidade. Na verdade, creio que nunca conheci nenhum advogado corporativo que não achasse que o seu trabalho é uma estupidez. O mesmo é válido para quase todos os novos sectores anteriormente mencionados. Há toda uma classe de profissionais assalariados que se os encontrarmos numa festa e lhes confessarmos que nos dedicamos a algo que pode ser considerado interessante (como, por exemplo, a antropologia) evitam falar da sua profissão. Mas, depois de algumas bebidas, é vê-los a fazerem discursos inflamados sobre a estupidez e a inutilidade do seu trabalho.

Há aqui uma profunda violência psicológica. Como é que podemos fazer uma discussão séria sobre a dignidade laboral quando há tanta gente que, no fundo, acha que o seu trabalho nem sequer deveria existir? Inevitavelmente, isto dá lugar ao ressentimento e a uma raiva muito profunda. No entanto, é no engenho peculiar da nossa sociedade que os governantes encontraram uma maneira – como no exemplo dos fritadores de peixe – de garantir que a raiva é dirigida precisamente contra aqueles que realizam tarefas úteis. Parece mesmo haver na nossa sociedade uma regra geral segundo a qual quanto um trabalho é mais benéfico para os outros, pior é a sua remuneração. Mais uma vez é difícil encontrar uma avaliação objectiva, mas uma maneira fácil de ter uma ideia seria perguntarmo-nos: que aconteceria se todo este grupo de trabalhadores simplesmente desaparecesse? Diga o que se disser sobre enfermeiros, empregados do lixo ou mecânicos, é óbvio que se eles desaparecessem numa nuvem de fumo, os resultados seriam imediatos e catastróficos. Um mundo sem professores ou trabalhadores portuários não tardaria a estar em apuros e um mundo sem escritores de ficção científica ou músicos de ska seria, sem dúvida, um mundo pior. Ainda não está totalmente claro quanto sofreria a humanidade se todos os investidores de capital

privado, lobbyistas, investigadores, seguradores, operadores de telemarketing, oficiais de justiça ou consultores legais se esfuassem da mesma forma. (Há quem suspeite que tudo melhoraria sensivelmente). No entanto, para além de um punhado de bem elogiadas excepções, como, por exemplo, os médicos, a “regra” mantém-se com surpreendente frequência.

Ainda mais perversa é a noção generalizada de que é assim que as coisas devem ser. Este é um dos segredos do êxito do populismo de direita. Podemos comprová-lo quando a imprensa sensacionalista suscita o ressentimento contra os trabalhadores do metro por paralisarem Londres durante um conflito laboral. O simples facto de que os trabalhadores do metro possam paralisar toda a cidade de Londres demonstra a necessidade do trabalho que desempenham, mas é precisamente isso que parece incomodar tantas pessoas. Nos Estados Unidos vão ainda mais longe; os Republicanos tiveram muito êxito propagando o ressentimento relativamente aos professores ou aos operários do sector automóvel ao chamar a atenção para os seus salários e prestações sociais supostamente excessivos (e não contra os administradores escolares e gestores da indústria automóvel que são quem realmente causa os problemas, o que é significativo).

É como se eles nos estivessem a dizer: “mas sim, tens a sorte de poder ensinar crianças! Ou fazer carros! Fazeis trabalhos de verdade! E, como se fosse pouco, tendes a desfaçatez de reclamar pensões de reforma e cuidados de saúde equivalentes às da classe média!?”

Se alguém tivesse desenhado um regime de trabalho com o fim exclusivo de manter os privilégios do mundo financeiro dificilmente podia ter feito melhor. Os trabalhadores que realmente produzem sofrem uma exploração e uma precariedade constantes. Os restantes dividem-se entre o estrato aterrorizado e universalmente desprezado dos desempregados e outro estrato maior, que basicamente recebe um salário em troca de não fazer nada, em lugares desenhados para que se identifiquem com a sensibilidade e a perspectiva da classe dirigente (directores, administradores, etc.) – e em particular dos seus avatares financeiros – a qual, ao mesmo tempo, promove o crescente ressentimento contra aqueles cujo trabalho tem um valor social claro e indiscutível. Evidentemente que este sistema não é fruto de um plano inicialmente previsto, mas emergiu como o resultado de quase um século de tentativas e erros. E é a única explicação possível para o facto de, apesar da nossa capacidade tecnológica, não se ter implantado ainda a jornada laboral de três ou quatro horas.

“On the Phenomenon of Bullshit Jobs” by David Graeber, aqui <http://www.strikemag.org/the-summer-of/>

Traduzido pelo CLE a partir da versão espanhola. <http://guerrillatranslation.com/2013/09/24/el-fenomeno-de-los-curros-inutiles/>

8/1/2014



A BATALHA, 1985

RELEMBRANDO AS JORNALAS DE LUTA DOS HERÓIS DE ALJUSTREL

Lígia Oliveira (*)

Solidariedade, onde estás? Só no passado?

Chegámos num lindo dia de Outubro à vila de Aljustrel, onde a brancura das suas casinhas baixas era somente entrecortada pelos “malacates” da mina.

Era nossa intenção encontrar velhos mineiros de Aljustrel para que nos falassem da greve de 1922 e, também, dialogar com homens e mulheres de 60 e 70 anos que, nessa época, tenham sido crianças, filhos dos mineiros em greve, e que foram abrangidos pelo movimento de solidariedade lançado pela CGT, central sindical anarco-sindicalista, no sentido de ajudar os mineiros e continuar a greve e a salvar os seus filhos da miséria e aflições.

Recentemente, em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul, com sede em Aljustrel, em evocação das passadas lutas de classe, publicou um livro a CRÓNICA DA ORDEM PÚBLICA, de que transcrevemos esta nota muito expressiva. “Nesse dia, no jornal dos operários deste país (como referência ao jornal A Batalha) vinha em primeira página, em letras gordas, o seguinte:

*“Lutas Épicas
OS HERÓIS DE ALJUSTREL
Recebi em vossas casas os filhos dos mineiros em Greve!
É demasiado, já, o sacrifício dos adultos,
evite-se o sofrimento dos pequeninos!”*

Já há muito que a ideia de pôr em evidência o problema da solidariedade perante actos de luta e situações graves do operariado nos tentava e dizíamos: é necessário informar as novas gerações destes gestos de apoio e amor.

Será que actualmente os sindicatos conhecem ou praticam actos de solidariedade tão cheios de calor humano como estes que se produziram durante a greve dos mineiros de Aljustrel? Não tenho conhecimento.

Depois de termos dado uma volta pela vila, perguntando aqui e ali, encontrámos o Tio Peleja, de 82 anos, sentado num canto fresco da sua casa rodeado pela ternura da sua companheira, que cheia de simpatia, nos ajudou bastante completando o que o seu marido, por vezes, não conseguia relembrar.

O Tio Peleja trabalhou no exterior e no interior da mina de sol-a-sol. Recorda-se da greve de 1922 pois viveu os acontecimentos. Dizia: “Sabe, isto aqui era uma miséria, nós andávamos descalços até à idade de namorar”. Por ele soube-mos a quem nos havíamos de dirigir, pois, na sua opinião, o Tio Manuel Patrício era a pessoa que mais podia falar sobre essa greve.

O Tio Patrício apresentou-se: “Tenho 89 anos e nasci em Aljustrel na madrugada do dia 17 de Março de 1896. Assim o disse a minha mãe que era uma santa sem ser virgem”.

Estava tão entusiasmado o Tio Patrício quando lhe falei no jornal A BATALHA que até tremia. “Conheci o Santana, o Santos Arranha, o M.J.Sousa, Mário Domingues, Francisco

SOLIDARIEDADE, ONDE ESTÁS? SÓ NO PASSADO?

Chegámos num lindo dia de Outubro à vila de Aljustrel, onde a brancura das suas casinhas baixas era somente entrecortada pelos “malacates” da mina. Era nossa intenção encontrar velhos mineiros de Aljustrel para que nos falassem da greve de 1922 e, também, dialogar com homens e mulheres de 60 e 70 anos que, nessa época, tenham sido crianças, filhos dos mineiros em greve, e que foram abrangidos pelo movimento de solidariedade lançado pela CGT, central sindical anarco-sindicalista, no sentido de ajudar os mineiros e continuar a greve e a salvar os seus filhos da miséria e aflições.

Recentemente, em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul, com sede em Aljustrel, em evocação das passadas lutas de classe, publicou um livro a CRÓNICA DA ORDEM PÚBLICA, de que transcrevemos esta nota muito expressiva. “Nesse dia, no jornal dos operários deste país (como referência ao jornal A BATALHA) vinha em primeira página, em letras gordas o seguinte:

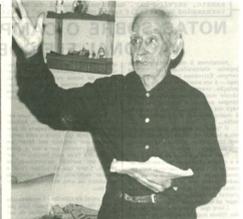
**Lutas Épicas
OS HERÓIS DE ALJUSTREL**
Recebi em vossas casas os filhos dos mineiros em Greve!
É demasiado, já, o sacrifício dos adultos,
evite-se o sofrimento dos pequeninos!”

de 82 anos, sentado num canto fresco da sua casa rodeado pela ternura da sua companheira, que cheia de simpatia, nos ajudou bastante completando o que o seu marido, por vezes, não conseguia relembrar.

O Tio Peleja trabalhou no exterior e no interior da mina de sol-a-sol. Recorda-se da greve de 1922 pois viveu os acontecimentos. Dizia: “Sabe, isto aqui era uma miséria, nós andávamos descalços até à idade de namorar”. Por ele soube-mos a quem nos havíamos de dirigir, pois, na sua opinião, o Tio Manuel Patrício era a pessoa que mais podia falar sobre essa greve.

O Tio Patrício apresentou-se: “Tenho 89 anos e nasci em Aljustrel na madrugada do dia 17 de Março de 1896. Assim o disse a minha mãe que era uma santa sem ser virgem”.

Estava tão entusiasmado o Tio Patrício quando lhe falei no jornal A BATALHA que até tremia. “Conheci o Santana, o Santos Arranha, o M.J.Sousa, Mário Domingues, Francisco



Tio Patrício em Outubro de 1985 falando da C.G.T. e da greve dos mineiros de Aljustrel

A FRANCA O TERROR DO PACÍFICO

GRANDIA em 1985 quando no dia 10 de Julho, cerca da meia-noite o navio RAINBOW-WARRIOR, da organização GREENPEACE é afundado na costa sul das minas magnéticas, provocando a morte de Fernando Pereira, fotógrafo português, tripulante daquele barco.

De imediato este explosivo aconteceu a propósito. Quem quer ria a atenção contra um navio de uma organização ecologista com o nome do Greenpeace?

A resposta parecia não ser a linha do que levava o navio a encontrar-se naquele lugar do Pacífico Sul, e não se faria tardar a resposta.

Em 1984, a França iniciou um ataque aéreo com bombas nucleares na região do atol de Mururoa, apesar dos protestos políticos de diversos países do mundo, principalmente os da qual a área do Clólo, e de uma nota feita da “missão pública mundial”.

OS GREENPEACE, QUEM SÃO?
QUE FAZEM?

O Greenpeace, organização fundada há 15 anos no Canadá, do encontro de dez pacifistas canadenses e de dois americanos, nasceu da guerra de Vietnam, onde os jovens homens de guerra estavam a ser mortos em quantidades cada vez maiores.

Com o crescimento da organização, passaram-se a manifestar-se em vários países: Reino Unido, França, Suécia, Austrália, por nome, onde foram realizadas acções de protesto específicas.

O Greenpeace diz que as suas actividades principais são:

“A central sindical CGT, ajudou-nos muito a organizar a greve e a levar as crianças para fora daqui”.

“Eu simpatizava com os socialistas reformistas mas a nível da organização estava com a CGT” – disse-nos este velho mineiro.

Conversando mostrava-nos o livro Crónica da Ordem Pública – 1861 a 1932 – “Esse livro foi dedicado a meu irmão Valentim Adolfo João, um anarco-sindicalista puro. Trabalhava como químico na mina de São Domingos e esteve na Guerra de Espanha. Quando esta terminou teve de esconder-se nuns cortiços na ‘raia’ onde vivia com a sua companheira e filhos. Era procurado pelos ‘carabineros’ e pela polícia portuguesa para o prenderem. Então, ele, escondeu-se sob um monte de roupa das mulheres que estavam lavando na ribeira e às quais os ‘carabineros’ perguntaram se tinham visto o Valentim (no texto, o Vicente) . Elas responderam: “Lo hemos visto pero se fué”.

Contava o Tio Patrício: “O meu irmão foi preso e esteve 10 anos na prisão por estar implicado no atentado ao Salazar”.

O Tio Patrício pareceu-nos um mundo a descobrir de tanto que sabia e que viveu. Deixámo-lo, com pena, mas satisfeitos por termos ficado com a bela imagem de um velho



Lígia Oliveira com cooperantes da Cooperativa Agrícola do Vimieiro (Alentejo) em 1975

mineiro, todo vestido de preto, magro e com duas brasas por olhos e as mãos em movimento, sempre bem abertas para a vida na saudade da luta.

Aqui, em Aljustrel, terra natal de Brito Camacho, tivemos a sorte de encontrar as duas irmãs Candeias que, com simpatia, nos ajudaram também através do Sr. Fialho a encontrar, enfim, uma das crianças que saíram de Aljustrel durante a greve de 1922. Porfirio da Silva, que tinha então 14 anos, contou-nos que foi recebido por um casal residente na Cova da Piedade: “Receberam-me com muito carinho e vestiram-me dos pés à cabeça, e durante os seis meses que permaneci na sua companhia meteram-me numa oficina de serralheiro para aprender o ofício e à noite ia à escola. A senhora Ilda e o seu marido Plágio, carregador de mar e terra, queriam que eu ficasse com eles, mas os meus pais, depois da greve, mandaram-me ir. Andei descalço até aos 14 anos e as primeiras botas que o meu pai me comprou custaram 2.500 réis (2 \$50)”.

O Tio Porfirio é um homem ainda relativamente novo. Os seus olhos azuis, cheios de timidez, revelavam-nos também muita bondade.

“Entrei para a mina aos 16 anos – disse o Tio Porfirio – mas tive que dizer que já tinha 17, pois era proibido trabalhar na mina antes dessa idade”.

Perguntámos ao Tio Porfirio se tinha conhecido algum ou alguns homens que tivessem com o seu exemplo influído na formação do seu carácter e ele mencionou o nome de dois mineiros: Francisco Batalha e F. Nilha. “Eram homens muito bons, colegas excelentes, e que só nos davam bons exemplos”.

No desfiar de tantas recordações notámos estas palavras de uma das irmãs Candeias: “As mulheres dos mineiros durante a greve dos 10 tostões (1931), já no tempo do Salazar, viam-se obrigadas a vender a sua única riqueza, a máquina de costura e ainda algumas o seu ‘ourito’. Quando não tinham mais que vender, andavam a pedir esmola de dia e de noite, pois os que queriam ajudar as famílias dos mineiros tinham receio que a Pide viesse a saber. Ela andava então a prender, por aqui, a torto e direito”.

“Nós tínhamos uma padaria no Carregueiro, isto por altu-

ras da última Guerra Mundial, e vínhamos com os cestos vender o pão para Aljustrel mas a miséria era tão negra (termo que nesta vila se emprega frequentemente quando se referem às greves da mina) que à noite voltávamos a casa sem pão e sem dinheiro!”

Ao terminar estes modestos apontamentos, no desejo de relembrar as jornadas de luta dos heróis de Aljustrel, quero agradecer às famílias Peleja, Patrício, Candeias, Sr. Fialho, Tio Porfirio e ainda outros a ajuda na procura de elementos de informação acerca, especialmente, da greve dos mineiros de Aljustrel de 1922.

Espero que tudo quanto escrevi seja como uma mensagem dessas crianças, filhos dos mineiros de todo o mundo e que o gesto de solidariedade da CGT, em 1922, venha a ser para as actuais centrais sindicais, o exemplo que infelizmente jamais foi seguido e continuado.

(jornal A Batalha, Outubro/Nov./Dezembro de 1985)

Relacionadas:

<http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/01/26/mina-de-aljustrel-ha-90-anos-uma-greve-de-quatro-meses-obrigou-os-mineiros-a-enviarem-os-filhos-para-outras-familias-operarias-de-beja-barreiro-e-lisboa/>

<http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/02/02/valentim-adolfo-joao-nao-tenho-vagar-amor/>

(*) Lígia de Oliveira, foi uma militante anarquista de Lisboa, iniciando-se nas Juventudes Libertárias nos anos 30. Cabeleireira de profissão, trabalhando por conta própria, decidiu emigrar para a Suécia nos anos 50, onde trabalhou em meio hospitalar. Esteve presente em inúmeros encontros libertários, nacionais e internacionais, tendo relações privilegiadas na Suécia, Suíça, França, Espanha, etc. Ajudou à reorganização do movimento libertário em Portugal após 1974, particularmente na publicação do jornal “A Batalha”. Faleceu em 1999.

10/1/2014

(FLYER) DEITA O LIXO NO LIXO



Políticos corruptos, mentirosos e ladrões não são recicláveis.

**deita
o lixo
no lixo !**



PORQUE OUTRO MUNDO É POSSÍVEL



BURGOS (ESPAÑA):

SEGUNDA NOITE DE CONFRONTOS

Pela segunda noite consecutiva houve protestos e confrontos em Gamonal, um bairro da cidade de Burgos (Espanha), de que resultaram 23 detidos (entre eles 8 menores) e 12 feridos, a somar aos 17 detidos da primeira noite.

A origem do conflito tem a ver com a recusa dos moradores do bairro em aceitarem o projecto que o Ayuntamiento (Câmara) tem para construir uma zona pedonal (bulevar).

Dos 12 feridos, todos eles sem gravidade, oito são manifestantes, três agentes da polícia e um bombeiro, segundo o Diário de Burgos, citado pela Europa Press.

A jornada decorreu marcada pela celebração de várias concentrações e uma manifestação pacífica que percorreu algumas das ruas principais do bairro de Gamonal até à esquadra da Polícia da avenida de Castilla e León e em que participou mais de um milhar de pessoas que pediam a libertação dos 17 detidos do primeiro dia de distúrbios.

Depois da manifestação, que voltou para junto da rua Vitória, perto do lugar onde já começou a ser construída a obra, registaram-se alguns actos de contestação, pontuais, protagonizados por um reduzido número de pessoas, que lançaram lixo e derrubaram parte da cerca que rodeia o perímetro das obras.

Às 21 horas a concentração foi-se pouco a pouco dissolvendo, ainda que um grupo de mais de 200 pessoas permanecessem junto das obras, pelo menos, durante mais uma hora.

A partir das 22 horas registaram-se os primeiros actos de

destruição na rua Vitória por um grupo de pessoas, com gorros e cachecóis, que começaram a voltar e a incendiar contentores de lixo.

As cargas policiais e os actos violentos sucederam-se durante várias horas, originando importante destruição no mobiliário urbano e nas montras das entidades bancárias. Foram incendiados mais de 30 contentores e muitas paredes e estabelecimentos comerciais apareceram com frases pintadas.

O Ayuntamiento de Burgos pretende reconverter parte da rua Vitória numa zona pedonal, limitando o trânsito e priorizando a passagem de pessoas a pé ou de bicicleta. As obras, que começaram na passada quinta-feira, contam com um orçamento perto dos 8 milhões de euros e um prazo de execução de 14 meses. Vai ser também construído um parque de estacionamento subterrâneo na rua Vitória.

Aqui: <http://www.publico.es/actualidad/494652/23-detidos-y-12-heridos-en-la-segunda-noche-de-disturbios-en-gamonal-burgos?src=lmvn>

Fotos e vídeo aqui: <http://www.soynadie.com/2014/01/11/fotos-2da-noche-de-disturbios-en-burgos-en-contra-del-boulevard-de-8-millones-en-gamonal/>

Também aqui: <http://www.soynadie.com/2014/01/10/vecinos-de-burgos-se-manifiestan-por-brutal-represion-policial-a-marcha-pacifica/>

12/1/2014



Presos do 18 de Janeiro, a caminho da prisão em Angra do Heroísmo (a bordo do Carvalho Araújo).

18 DE JANEIRO DE 1934: MUITO MAIS DO QUE A MARINHA GRANDE

Comemoram-se este sábado os 80 anos do 18 de Janeiro de 1934, um movimento grevista, de carácter insurreccional, convocado pelo movimento sindical para protestar contra a fascização dos sindicatos e tendo em vista o derrube do regime fascista. O movimento fracassou e não teve a adesão esperada, apesar de em diversas localidades os trabalhadores terem feito ouvir a sua voz e o seu protesto. Marinha Grande, Almada, Silves... foram alguns desses locais que ficaram simbolicamente no imaginário revolucionário português.

Com o fascismo já implantado em Portugal, a publicação do “Estatuto do Trabalho Nacional e Organização dos Sindicatos Nacionais, em Setembro de 1933 (com efeitos a partir de Janeiro de 1934) foi a gota que fez transbordar o movimento sindical.

Com a nova legislação acabavam os sindicatos livres, colocando-os sob a tutela do Estado. A CGT anarco-sindicalista propõe uma greve geral revolucionária aos outros sectores oposicionistas que se movimentavam no meio sindical – à Federação das Associações Operárias de Lisboa (socialista), à Comissão Intersindical (comunista) e aos sindicatos autónomos.

Grande parte da direcção do movimento e do fornecimento de bombas e outro material ficou nas mãos da CGT.

Nas véspera de 18 de Janeiro um elemento do PCP (na altura, um partido claramente putchista e com pouca influência entre os trabalhadores) fez explodir uma bomba na estrada de Chelas, sem objectivo aparente e, mais tarde, nessa madrugada, um levantamento da linha férrea perto de Santa Iria da Azóia provocou o descarrilamento de um comboio. (1)

Dias antes, a 15 de Janeiro, tinha sido preso Mário Castelhana, coordenador da CGT, profundamente empenhado na direcção da greve, devido a uma denúncia de alguém que nun-

ca se conseguiu identificar. (1)

Custódio da Costa, do Sindicato dos Manipuladores de Pão, que ficara encarregue de fazer explodir uma bomba na Senhora do Monte (Graça) em Lisboa, para anunciar o início do movimento aos vários grupos sediados na capital, suspende a acção, agendada para a madrugada do dia 18, numa altura em que o Governo e a polícia já estavam de sobreaviso e na posse de informações sobre a eclosão do movimento.

Em Lisboa, no entanto, há vários grupos de trabalhadores que avançam para as tarefas que lhes competiam, mas a polícia já está na rua e, em termos gerais, a greve geral tem pouca adesão na cidade, ao mesmo tempo que, durante todo o dia são presos centenas de activistas e militantes.

A greve geral que inicialmente devia atingir todo o país é, a pouco e pouco, desmobilizada, ainda que, na manhã do dia 18, “registam-se sabotagens das comunicações telefónicas, nas máquinas da Fábrica de Material de Braço de Prata, paralisações de trabalho em várias áreas industriais e aglomerações de trabalhadores que começaram a ser dispersas pelas forças armadas. Em Coimbra, às 4,30 h. da manhã a cidade ficava sem luz e energia. Os transformadores e os compressores da central eléctrica foram inutilizados. Na Marinha Grande, os trabalhadores dominam a povoação e submetem a força local da GNR

para depois ainda resistirem ao ataque de fortes contingentes militares que foram sitiar e atacar. Em Almada, Setúbal, Cova da Piedade, Barreiro, Montijo e Vendas Novas (...). Em Leiria as comunicações são cortadas a sul e a norte da cidade. No Porto e em muitas localidades do país houve paralisações” (1)

Na imprensa fascista, de todos estes acontecimentos, no dia 19 de Janeiro, o mais relatado é o da Marinha Grande, onde o movimento insurreccional, limitado a pequenos grupos de militantes, durou um par de horas, servindo “às maravilhas” a propaganda do regime autoritário, mas poucas foram as notícias relativamente, por exemplo, a Almada, Barreiro ou Cacilhas, onde o movimento foi secundado por milhares de trabalhadores, o mesmo acontecendo em Silves onde a povoação esteve – aí sim – durante vários dias em “pé-de-guerra”.

Poucas semanas depois da eclosão do movimento o PCP publica uma nota onde refere que nos locais onde o movimento teve expressão “ele tinha seguido as orientações do partido”, a que a CGT responde com uma violenta nota na primeira edição da “Batalha” clandestina pós 18 de Janeiro (em Abril). Posteriormente, o PCP viria a desvalorizar o movimento grevista e insurreccional do 18 de Janeiro de 1934 (tendo mesmo Bento Gonçalves, na altura secretário-geral, considerado que foi “uma anarquizada”) para depois o vir reivindicar, sobretudo devido ao facto de na Marinha Grande



Embarque dos insurrectos do 18 de Janeiro (entre os quais muitos anarquistas e anarco-sindicalistas, nomeadamente o coordenador da CGT e director da “Batalha”, Mário Castelhana) com destino aos Açores (Angra do Heroísmo (a bordo do Carvalho Araújo).

Apesar disso outros estudos embarcam na versão oficialista do PCP (como é o caso de uma tese divulgada por estes dias no Esquerda.Net em que apenas é valorizada no 18 de Janeiro a participação do PCP e, nomeadamente, os acontecimentos da Marinha Grande).

Polémicas à parte, o 18 de Janeiro assinala, no entanto, de forma clara, a última grande machadada sobre o movimento sindicalista revolucionário e autónomo, com a prisão de centenas de militantes, a sua deportação e a desarticulação da maioria das estruturas organizativas. A partir daqui fica o caminho aberto para a fascização dos sindicatos e o seu controlo pelo Estado Novo, mas também ao trabalho que dentro deles os comunistas começaram desde logo a fazer, praticando o “entrismo”, que levou posteriormente à criação da Intersindical Nacional, a actual CGTP, reformista e, muitas vezes, um mero apêndice da estratégia comunista.

a.

1) “O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes” – depoimento colectivo de intervenientes no movimento – Regra do Jogo, 1978

Links importantes para compreender o 18 de Janeiro:

Depoimento Colectivo: “Como a verdade ressalta”

Maria de Fátima Patriarca: O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura

Paulo Guimarães - Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)

Irene Pimentel: 18 de Janeiro de 1934

Almada: <http://largodamemoria.blogspot.pt/2007/01/o-18-de-janeiro-em-almada.html>

Coimbra: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/04/o-18-de-janeiro-de-1934-em-coimbra.html>



Famílias dos presos da Marinha Grande numa manifestação junto ao Governo Civil de Leiria, em 1935, pedindo a sua libertação .

de os comunistas terem na altura alguma implantação.

Esquecem, no entanto, que foi ali que o movimento teve características mais claramenteputchistas e que, ao contrário de outras zonas do país, onde os anarco-sindicalistas eram quase hegemónicos, foi muito restrita a mobilização de trabalhadores e a sua adesão à greve geral.

Ao longo dos últimos anos diversos estudos têm ajudado a desmistificar a propaganda do PCP – que sempre visou combater e diminuir a acção anarco-sindicalista para se arrogar como “único defensor das classes trabalhadores”.

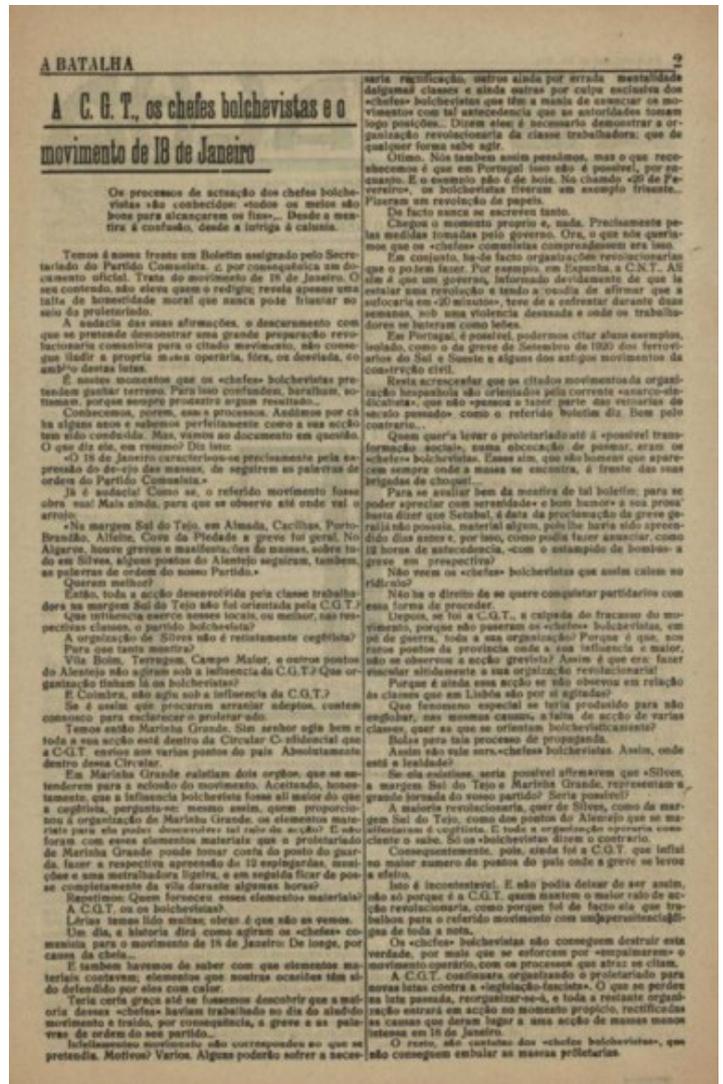
13/1/2014

MEMÓRIA LIBERTÁRIA

NOTA DA CGT SOBRE O 18 DE JANEIRO DE 1934

PUBLICADA EM “A BATALHA” CLANDESTINA DE ABRIL/1934

Com os 80 anos do 18 de Janeiro a serem assinalados no próximo sábado temos vindo a publicar diversos textos relevantes para a compreensão daquilo que esta data significou para o movimento operário, em geral, e para o movimento anarco-sindicalista português, em particular. É uma data importante em que a participação dos diversos actores – e o modo como o fizeram – ainda é motivo de polémica e controvérsia. Hoje publicamos a primeira tomada de posição da CGT (logo em Abril de 1934, numa edição clandestina de “A Batalha”) sobre uma nota do Secretariado do PCP em que este partido afirma, de forma mentirosa, que “o 18 de Janeiro caracterizou-se precisamente pela expressão do desejo das massas de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista” e de que “na margem Sul do Tejo, em Almada, Cacilhas, Porto Brandão, Alfeite, Cova da Piedade a greve foi geral. No Algarve, houve greves e manifestações de massas, sobretudo em Silves, alguns pontos do Alentejo seguiram, também, as palavras de ordem do nosso Partido”. Ou seja, onde houve movimentação de massas ali esteve o PCP, então quase inexistente em termos de militantes... Os métodos mentirosos, contra a verdade e de pura propaganda, afinal são a matriz fundadora de um partido que, primeiro, com financiamento da URSS, depois com as verbas do Estado, tem partidariado e anesthesiado, desde há décadas, a luta dos trabalhadores portugueses.



A C.G.T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro

Os processos de actuação dos chefes bolchevistas são conhecidos: «todos os meios são bons para alcançarem os fins»... Desde a mentira à confusão, desde a intriga à calúnia.

Temos à nossa frente um Boletim assinado pelo Secretariado do Partido Comunista. É por consequência um documento oficial. Trata do movimento de 18 de Janeiro. O seu conteúdo não eleva quem o redigiu; revela apenas uma falta de honestidade moral que nunca pode triunfar no seio do proletariado.

A audácia das suas afirmações, o descaramento com que se pretende demonstrar uma grande preparação revolucionária comunista para o citado movimento, não consegue iludir a própria massa operária, fora, ou desviada, do âmbito destas lutas.

É nestes momentos que os «chefes» bolchevistas pretendem ganhar terreno. Para isso confundem, baralham, sofisgam, porque sempre produzirá algum resultado...

Conhecemos, porém, esses processos. Andamos por cá há

alguns anos e sabemos perfeitamente como a sua acção tem sido conduzida. Mas vamos ao documento em questão. O que diz ele, em resumo? Diz isto:

«O 18 de Janeiro caracterizou-se precisamente pela expressão do desejo das massas de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista».

Já é audácia! Como se o referido movimento fosse obra sua! Mais ainda, para que se observe até onde vai o arrojo:

«Na margem Sul do Tejo, em Almada, Cacilhas, Porto Brandão, Alfeite, Cova da Piedade a greve foi geral. No Algarve, houve greves e manifestações de massas, sobretudo em Silves, alguns pontos do Alentejo seguiram, também, as palavras de ordem do nosso Partido».

Querem melhor?

Então, toda a acção desenvolvida pela classe trabalhadora

na margem Sul do Tejo não foi orientada pela C.G.T.?

Que influência exerce nesses locais, ou melhor, nas respectivas classes, o partido bolchevista?

A organização de Silves não é retintamente cegétista?

Para quê tanta mentira?

Vila Boim, Terrugem, Campo Maior e outros pontos do Alentejo não agiram sob a influência da C.G.T.? Que organização tinham lá os bolchevistas?

E Coimbra, não agiu sob a influência da C.G.T.?

Se é assim que procuram arranjar adeptos, contem connosco para esclarecer o proletariado.

Temos então Marinha Grande. Sim senhor agiu bem e toda a sua acção está dentro da Circular Confidencial que a C.G.T. enviou aos vários pontos do país. Absolutamente dentro dessa Circular.

Em Marinha Grande existiam dois órgãos que se entenderam para a eclosão do movimento. Aceitando, honestamente, que a influência bolchevista fosse ali maior do que a cegétista, pergunta-se: mesmo assim, quem proporcionou à organização da Marinha Grande os elementos materiais para ela poder desenvolver tal raio de acção? E não foram com esses elementos materiais que o proletariado da Marinha Grande pôde tomar conta do posto da guarda, fazer a respectiva apreensão de 12 espingardas, munições e uma metralhadora ligeira, e em seguida ficar de posse da vila durante algumas horas?

Repetimos: quem forneceu esses elementos materiais?

A C.G.T. ou os bolchevistas?

Lérias temos lido muitas; obras é que não as vemos.

Um dia, a história dirá como agiram os «chefes» comunistas para o movimento de 18 de Janeiro. De longe, por causa da cheia...

E também havemos de saber com que elementos materiais contavam; elementos que noutras ocasiões têm sido defendidos por eles com calor.

Teria certa graça até se fossemos descobrir que a maioria desses «chefes» haviam trabalhado no dia do aludido movimento e traído, por consequência, a greve e as palavras de ordem do seu partido...

Infelizmente o movimento não correspondeu ao que se pretendia. Motivos? Vários. Alguns poderão sofrer a necessária rectificação, outros ainda por errada mentalidade dalgumas classes e ainda outras por culpa exclusiva dos «chefes» bolchevistas que têm a mania de anunciar os movimentos com tal antecedência que as autoridades tomam logo posições... Dizem eles: é necessário demonstrar a organização revolucionária da classe trabalhadora; que de qualquer forma sabe agir.

Óptimo. Nós também assim pensamos, mas o que reconhecemos é que em Portugal isso não é possível, por enquanto. E o exemplo não é de hoje. No chamado «29 de Fevereiro» os bolchevistas tiveram um exemplo frisante... Fizeram uma revolução de papéis.

De facto nunca se escreveu tanto.

Chegou o momento próprio e, nada. Precisamente pelas medidas tomadas pelo Governo. Ora, o que nós queríamos que os «chefes» comunistas compreendessem era isso.

Em conjunto, há de facto organizações revolucionárias que o podem fazer. Por exemplo, em Espanha, a C.N.T.. Ali sim é que um governo, informado devidamente de que ia estalar uma revolução e tendo a ousadia de dizer que a sufocaria em «20 minutos», teve de a enfrentar durante duas semanas, sob uma violência desusada e onde os trabalhadores se bateram como leões.

Em Portugal, é possível podermos citar alguns exemplos, isolados, como o da greve de Setembro de 1920 dos ferroviários do Sul e Sueste e alguns dos antigos movimentos da construção civil.

Resta acrescentar que os citados movimentos da organização espanhola são orientados pela corrente «anarcosindicalista», que não «passou a fazer parte das velharias do século passado» como o referido boletim diz. Bem pelo contrário...

Quem queria levar o proletariado até à «possível transformação social», numa obcecação de pasmar, eram os «chefes» bolchevistas. Esses sim, que são homens que aparecem sempre onde a massa se encontra, à frente das suas brigadas de choque!...

Para se avaliar bem da mentira de tal boletim; para se poder apreciar com serenidade «e bom humor» a sua prosa, basta dizer que Setúbal à data da proclamação da greve geral já não possuía material algum, pois lhe havia sido apreendido dias antes e, por isso, como podia fazer anunciar com 12 horas de antecedência, – com o estampido das bombas – a greve em perspectiva?

Não vêem os «chefes» bolchevistas que assim caem no ridículo?

Não há o direito de se querer conquistar partidários com essa forma de proceder.

Depois, se foi a C.G.T. a culpada do fracasso do movimento, porque não puseram os «chefes» bolchevistas, em pé de guerra, toda a sua organização? Porque é que nos raros pontos da província onde a sua influência é maior, não se observou a acção grevista? Assim é que era: fazer vincular nitidamente a sua organização revolucionária!

Porque é (que) ainda essa acção se não observou em relação às classes que em Lisboa são por si agitadas?

Que fenómeno especial se teria produzido para não englobar, nas mesmas causas, a falta de acção de várias classes, quer as que se orientam bolchevisticamente?

Bolas para tais processos de propaganda.

Assim não vale snrs. «chefes» bolchevistas. Assim, onde está a lealdade?

Se ela existisse, seria possível afirmarem que Silves, a margem Sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do vosso partido? Seria possível?

A maioria revolucionária, quer de Silves, como da margem Sul do Tejo, como dos pontos do Alentejo que se manifestaram, é cegétista. E toda a organização operária consciente o sabe. Só os bolchevistas dizem o contrário.

Consequentemente, pois, ainda foi a C.G.T. que influi no maior número de pontos do país onde a greve se levou a efeito.

Isto é incontestável. E não podia deixar de ser assim, não só porque é a C.G.T. quem mantem o maior raio de acção revolucionária, como foi de facto ela que trabalhou para o referido movimento com uma persistência digna de nota.

Os «chefes» bolchevistas não conseguem destruir esta verdade, por mais que se esforcem por «empalmarem» o movimento operário, com os processos que atrás se citam.

A C.G.T. continuará organizando o proletariado para novas lutas contra a «legislação-fascista». O que se perdeu na luta passada, reorganizar-se-á, e toda a restante organização entrará em acção no momento propício, rectificadas as causas que deram lugar a uma acção de massas menos intensa em 18 de Janeiro.

O resto são cantatas dos «chefes bolchevistas», que não conseguem embalar as massas proletárias.

Em “A Batalha” (clandestina), série III, nº 1, de Abril de 1934. (A grafia do texto foi actualizada).

Aqui: <http://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/batalha-abril-de-1934.pdf>

14/1/2014

A propósito de uma efeméride que se aproxima

O 18 DE JANEIRO EM SILVES

Alfredo Canana (*)

Acerca da organização da greve revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, em Silves, e das razões porque se gorou a tomada da cidade pelos trabalhadores, tal como acontecera na Marinha Grande, pouco se sabe. Apenas os que viveram os acontecimentos conservam na memória os factos, enquanto os mais curiosos os conhecem por relatos parciais e até mistificados, saídos na imprensa burguesa da época. Há, no entanto, motivos que merecem notícia mais circunstanciada, de modo a permitir a correcção de certas «verdades» ditas oficiais, sobre o que na realidade se passou em Silves no dia 18 de Janeiro.

Dois homens, dois operários corticeiros participantes nessa luta, deram-nos o ensejo de concretizar tal objectivo e, mesmo à distância de 46 anos, dar a notícia.

São eles: Francisco Nicolau, que na altura foi julgado e condenado à revelia, mas teve a felicidade e a inteligência de poder fugir às masmorras do fascismo e viver em «liberdade» a época do salazarismo; e Manuel Pessanha, que cumpriu 12 anos de prisão em Angra do Heroísmo e Tarrafal. Para além da participação activa no dia 18 de Janeiro, algo de comum uniu estes dois homens: ambos conseguiram fugir para a serra. Por lá andar uns dias e refugiar-se em Espanha algum tempo.

«Depois de regressar de Espanha andei de terra em terra, mas nunca permanecendo muito tempo em qualquer delas. A localidade onde estive mais tempo foi Ponte de Sor. Fixei-me alguns anos e constitui família. Depois, morei em Sacavém, Lisboa, Barreiro, Grândola e, por último, definitivamente na Cova da Piedade.

Quanto ao Manuel Pessanha acabou por ser apanhado numa vila do Alentejo, onde se tornou popular e facilmente a polícia o localizou. Foi julgado e enviado, com outros camaradas, para o Tarrafal onde consegui sobreviver. Reside, actualmente, em Silves.»

Comunistas e anarquistas a mesma luta

No movimento do 18 de Janeiro, em Silves, os anarquistas estavam organizados por um lado e os comunistas por outro lado mas, apesar dessa divisão, ambas as partes colaboravam e procediam mesmo à distribuição conjunta de panfletos. Existia um comité de ligação com Lisboa e os dois grupos mantinham os contactos através desse comité, que integrava, entre outros: Domingos Passarinho, Manuel Pessanha e Abatino Luís da Rocha.

«Na noite de 17 de Janeiro reunimo-nos, comunistas e anarquistas, no campo, debaixo das árvores para acertarmos definitivamente os nossos planos de acção. Nessa mesma noite



foram cortadas as ligações com o exterior. Como o grupo encarregado dessa tarefa se tivesse esquecido de cortar alguns fios, eu, o Pessanha e outro camarada fomos incumbidos de tal missão.»

Completando as palavras de Chico Nicolau, o Manuel Pessanha recorda: «Já era dia quando cortámos os últimos fios. Subi a uma alfarrobeira e com um cinto cortei a ligação. Lembrou-me como se fosse hoje.»

Isolada a cidade, os trabalhadores puseram o plano em marcha. A «não chegada» do comboio correio, às 7 horas, à estação de Silves constituía o sinal «verde» para o começo da luta. Era o indicativo de que a revolução estava na rua, em Lisboa, que os ferroviários tinham aderido e que os trabalhadores poderiam tomar a cidade.

E o comboio não chegou. Os operários assaltaram o edifício da Associação de Classe dos Operários Corticeiros, encerrada pelos fascistas e con-

daram a população a ocupá-la. Seguidamente dirigiram-se para o quartel da GNR, disposto a tomá-lo de assalto, quando chegou a notícia de que o comboio estava na estação. Tinha chegado com enorme atraso. Masi alguns minutos bastariam para que os trabalhadores concretizassem a ocupação do quartel da GNR, onde os soldados daquela corporação se tinham barricado. Existiam bombas suficientes para os assustar e levá-los a render-se.

Nas palavras de Manuel Pessanha, os ferroviários traíram, naquela época, o movimento operário ao condicionar a sua adesão à greve revolucionária à participação dos homens do «revirinho» (conspiradores que tinham como único objectivo o simples retorno às instituições da democracia burguesa), os quais prometeram um apoio que não chegou a aparecer.

O traidor Fernando Boi escapou e denunciou

Na jornada de luta do 18 de Janeiro houve apenas um traidor em Silves; um único operário que foi trabalhar nesse dia. Chamava-se Fernando Francisco da Silva, mas era mais conhecido por Fernando Boi.

Francisco Nicolau conta-nos como reagiram os trabalhadores em luta quando souberam que esse trãnsfuga, ao serviço do salazarismo, estava na fábrica do Pinheiro, a trabalhar:

«Fomos todos lá para correr com o tipo, este apercebeu-se e tentou fugir por uma janela, mas depressa foi apanhado. O Manuel Pessanha tentou intimidá-lo, com uma pistola. Houve tiros. O fulano estava armado, tentou disparar, mas a pistola encravou-se. O Pessanha ainda disparou um tiro, mas não lhe acertou, foi então que pularam sobre ele alguns camaradas e lhe demos uma valente sova. Pensámos, ainda, liquidá-lo, mas ou por falta de coragem ou medo das consequências, o tipo

safou-se e acabou por denunciar muitos camaradas.»

Passadas algumas dezenas de anos, Manuel Pessanha acha que o tipo deveria ser liquidado:

«Se o tipo morresse ali aos meus pés ninguém tinha visto, era muita a gente que nos rodeava. O gajo tinha ficado ali e não fazia falta a ninguém. Um traidor que leva os camaradas à prisão, não olhando pelos filhos de cada um, é um indivíduo que não tem o direito de viver em sociedade.»

Espalhada a notícia da chegada do comboio, o calor revolucionário arrefeceu um pouco, mas o espírito de luta proletária manteve-se vivo. A GNR ao tomar conhecimento de que a revolução falhara passou logo ao ataque a bater e a prender a torto e a direito. Foram muitos os indivíduos presos, mas apesar disso ninguém retomou o trabalho. Nem com medidas repressivas. Durante 21 dias as fábricas mantiveram-se encerradas por ordem do ditador Salazar e seus lacaios. Só depois da prisão de Vergílio Barroso, devido a denúncia, foi dada ordem aos industriais para reabrirem as portas das fábricas.

Foram 21 dias de luta clandestina, de perseguições, e de sofrimento, sofrimento que para muitos deles se estendeu até às prisões atlânticas de Angra do Heroísmo e do Tarrafal.

Em alternativa ao fracasso do movimento revolucionário, os operários tinham acordado transformar os acontecimentos numa greve para protestar contra o assalto dos sindicatos pelo salazarismo, mostrando assim o seu descontentamento pela fascização das organizações dos trabalhadores.

Isso aconteceu em Silves, durante 21 dias. Primeiro pelo «não dos trabalhadores» em pegar ao trabalho, depois pelo «lock-out» imposto aos industriais pelo governo fascista.

«O Século» aludia na sua edição de 21 de Janeiro que «as autoridades administrativas, em ofício-circular comunicaram aos industriais que, por ordem superior, não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que não compareceram ao serviço no dia da greve revolucionária.»

Como a adesão foi total (excluindo o já citado Fernando Boi), toda a população operária corticeira sofreu os efeitos da paralisação das fábricas durante três semanas.

Algumas questões a corrigir em defesa da verdade

Para os estudiosos ou mesmo os curiosos da história, algumas questões urge corrigir, na defesa da verdade dos factos, sobre o que se passou em Silves.

A primeira «verdade» a corrigir prende-se com a maneira como os acontecimentos surgem na imprensa burguesa da época, nomeadamente «O Século», então dominado pela família Pereira da Rosa, o jornal que mais espaço ocupou sobre o 18 de Janeiro e mais ódio vomitou contra os trabalhadores em luta.

Assim, não nos admiremos encontrar na edição de 19 de Janeiro algumas dessas «verdades» salazarentas que «O Século» noticiou:

«Hoje, de manhã (18 de Janeiro) apareceram nos lugares mais frequentes, alguns grupos de operários corticeiros que tinham abandonado o trabalho.

A GNR estabeleceu, porém, um serviço de patrulhas, nas ruas e locais mais concorridos e a cavalaria e infantaria postaram-se, principalmente, nas embocaduras das ruas, que davam acesso aos respectivos quartéis e dissolveram os ajuntamentos.

Não houve manifestações.

A autoridade administrativa afixou um edital a convidar os proprietários dos estabelecimentos que, com receio de qualquer acontecimento grave, os tinham encerrado, a reabrirem as portas, o que foi, prontamente, feito.

De resto, poucos estabelecimentos tinham as suas portas fechadas. O mesmo edital estabelece que não é permitido o trânsito, nas ruas, depois das 21 horas a não ser em casos especiais.»

A realidade, porém, desmentiu algumas dessas «verdades», como também a do jornal citar que «têm sido feitas prisões de alguns elementos considerados agitadores ou ligados aos extremistas.» Quando se sabia que o número de prisões, somente em Silves, atingia mais de uma centena de trabalhadores, alcunhados pelo «Século» como agitadores e ligados aos extremistas.

A outra «verdade» que me parece oportuno corrigir prende-se com o comportamento dos comunistas de Silves antes e depois dos acontecimentos e tem origem em afirmações de Vergílio Barroso, contidas numa carta que escreveu a José António Machado, incluída no livro «18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes»

Textualmente pode ler-se:

«E se os comunistas não metessem no seu seio alguns tarados não estariam aqui (prisão de Angra do Heroísmo) cinco deles, condenados entre 10 a 12 anos. Afirmo-o com conhecimento de causa.»

Estas palavras escritas em 1934 e vindas a lume em 1976 enxovalham a memória de alguns comunistas já falecidos (entre eles o meu próprio pai) ao mesmo tempo insultam camaradas ainda vivos, que por pudor se recusaram a revelar as razões porque os comunistas de Silves foram presos, nomeadamente António Estrela, um dos cinco da carta.

Mas eu posso revelar, mesmo traindo o compromisso para quem me contou os factos e eles são claros, de quem denunciou os comunistas ou os comprometem, dando pistas às autoridades.

Em 18 de Fevereiro «O Século» dava notícia da prisão de Vergílio Barroso e da apreensão de oito bombas e sete cartuchos de dinamite. Nesse mesmo dia António Estrela é avisado para comparecer no quartel da GNR. Como nada o ligasse ao Barroso foi confiante, mas a surpresa acolheu-o: ficou detido, Vergílio Barroso tinha-o denunciado como possuidor de bombas, como se apurou depois.

Manuel Pessanha tinha pedido a António Estrela para lhe guardar, por pouco tempo, umas bombas na casa do cunhado e inadvertidamente ou opara assegurar que as bombas estavam em lugar seguro comunicou o caso ao Barroso e este não teve relutância em denunciar à Polícia onde estas se encontravam e o nome do camarada comunista que as guardara. Isso valeu a António Estrela 12 anos de prisão. Mas, mesmo sentindo-se traído o então jovem revolucionário de Silves, não quis criar, àquele que o traiu, problemas ainda maiores no seu cativeiro.

Mais se poderia evocar, mas o que aqui fica dito ilustra bem o que se passou em Silves, no dia 18 de Janeiro de 1934. Um acontecimento que a história do movimento operário nem sempre relata com o rigor que ele merece. Fala-se muito da Marinha Grande, mas tem-se esquecido evocar outras localidades, como Barreiro, Almada e Silves, onde o operariado teve igualmente à altura do momento antifascista e alguns melhores filhos da classe operária, sofreram e morreram no Tarrafal, por participação na greve revolucionária.

É tempo de prestar homenagem a todos esses homens que lutaram e deram a vida pela defesa dos seus ideais e de os colocar no lugar exacto que merecem na história.

(1)Edição «Regra do Jogo» – 1978.

(*)Texto publicado na edição do “Diário de Lisboa” de 6 de Janeiro de 1980, pág. 9) Aqui: http://www.fmsoares.pt/aeb_onlinevisualizador.phpbd=IMPRESA&nome_da_pasta=06832.182.28636&numero_da_pagina=9

14/1/2014

“DEVEMOS MANTER AS CARACTERÍSTICAS LIBERTÁRIAS DA AIT”

Laure Akai, da secção polaca da AIT (ZSP) – organização a que ficou entregue o Secretariado Internacional depois do [XXV Congresso](#) celebrado recentemente em Valência – é a nova secretária-geral da AIT. O jornal “CNT” deste mês de Janeiro entrevistou-a.

Aran y Nines RP | Periódico CNT

Fotografia: Carlos Martín

Pergunta: Como decorreu o Congresso? De que modo pode servir para o desenvolvimento da AIT? Na tua opinião, quais são os objectivos e desafios que a Internacional deve enfrentar a curto e médio prazo?

Resposta: Na Internacional podemos ver sinais de progresso relativamente às nossas actividades. Nos diversos lugares, as nossas secções começaram a travar lutas nos locais de trabalho e conquistaram coisas concretas. Algumas organizações têm feito acções importantes no seu desenvolvimento enquanto secções e algumas melhoraram ou foram aceites como membros. Sem dúvida que temos muito trabalho que fazer para enfrentarmos os desafios que temos pela frente e se colocam no futuro.

Uma coisa que foi aprovada no Congresso e que espero que possa fazer avançar a AIT é a ideia de desenvolvermos redes de trabalho por ramo profissional. Isto é muito importante, porque mais do que tomarmos a ofensiva é preciso termos campanhas próprias, de maneira a que possamos organizar-nos a um nível mais profundo para avançarmos de maneira coordenada. Esta é uma decisão que é difícil sermos nós a implementar e para a qual necessitamos de uma grande participação das secções.

Creio que será também positivo passarmos mais tempo a discutir, de modo a podermos desenvolver algumas boas ideias e aplicá-las à realidade do que tentar fazer uma dúzia de coisas para uma impressionante lista de planos. A verdadeira meta para nós é fazer, destas ideias, algo viável e positivo. Se o pudermos fazer, faremos progredir melhor a AIT.

Quanto aos desafios que enfrentamos enquanto trabalhadores em todo o mundo, é um assunto muito complicado. O capitalismo está concentrado na utilização dos povos explorados de todo o mundo para reforçar a sua posição e isto significa que, à escala mundial, certas áreas jogam um papel importante no estado das coisas. Mas esses locais podem também ser aqueles onde a classe operária está mais desesperada ou pior organizada. Para dar um exemplo: os capitalistas estão a usar os trabalhadores da Europa de Leste contra as conquistas dos trabalhadores da Europa ocidental. De forma que, mesmo quando os trabalhadores estão organizados, os capitalistas têm uma maneira fácil de minarem as suas lutas, como aconteceu com os trabalhadores da Amazon, na Alemanha. Os chefes decidiram simplesmente transferir os postos de trabalho para a Polónia, onde os trabalhadores vão trabalhar por um quarto dos salários e não estão organizados.

O outro desafio que devemos reconhecer é o de mantermos as características libertárias da AIT num momento em que as práticas mais autoritárias estão a ganhar popularidade em todo o mundo.



P: Que papel pode desempenhar a secretária-geral nesta tarefa?

R: O funcionamento eficaz da AIT depende, antes de tudo, da participação activa das secções. A secretária pode animar a participação e ajudar na coordenação a nível geral. Mas, em última instância, o êxito está determinado pela participação das secções.

A secretária também recebeu a tarefa de desenvolver os contactos com o sudeste asiático. Temos pessoas nas secções da AIT que podem ajudar neste objectivo, mas devemos recordar que a nossa influência é limitada sobre o que sucede noutros locais, sobretudo tão afastados. A secretária deve assegurar-se que são feitos todos os esforços para alcançar esta e todas as outras tarefas decididas pelas secções.

P- Na tua opinião, tem importância o facto duma mulher se ter convertido em secretária-geral?

R: Regra geral, há um desequilíbrio de género no movimento. Nalguns locais as posições de maior responsabilidade, ou nacionais, são levadas a cabo na sua maioria por homens. E as mulheres podem encontrar atitudes sexistas por parte de algumas pessoas. Estes problemas não se podem resolver por uma só pessoa, ou por haver uma mulher como secretária, uma vez que são questões colectivas. Mas, claro, ver uma mulher a desempenhar estas funções, apesar de todos os problemas, pode animar outras mulheres a serem mais activas ou a superarem qualquer atitude discriminatória que exista. Pode ser uma coisa positiva. (tradução Portal Anarquista)

aqui: <http://cnt.es/noticias/debemos-mantener-el-aspecto-libertario-de-la-ait>

relacionada: entrevista com o anterior secretário-geral da AIT, Rolf Larsen

AIT: <http://www.iwa-ait.org/>

15/1/2014

Esta entrevista do antropólogo, economista, militante libertário e um dos elementos fundadores e integrantes do “Occupy Wall Street”, David Graeber, actualmente professor na London School of Economics, foi publicada ontem no site de informação alternativa “Basta!”. O pretexto é o livro “Dívida: os primeiros 5.000 anos”, publicado em Julho passado, mas ainda não traduzido para português.



DAVID GRAEBER :

“A MANEIRA MAIS SIMPLES DE DESOBEDECER AO MUNDO FINANCEIRO É RECUSAR PAGAR AS DÍVIDAS”.



A dívida? Uma construção social, fundadora de um poder arbitrário, considera David Graeber, antropólogo e economista norte-americano, considerado pelo New York Times como um dos intelectuais mais influentes da actualidade. Os países pobres e as pessoas endividadadas estão acorrentados aos sistemas de crédito. Estão presos a relações baseadas na violência, nas desigualdades e justificadas pela moral, descreve o autor num livro que traça 5.000 anos de história da dívida. “Reembolsar as dívidas” tornou-se um dogma, impossível de contestação. Mas se, apesar de tudo, decidissemos pôr as contas a zero? Com o movimento “Occupy Wall Street”, David Graeber promove acções de desobediência civil para demonstrar o absurdo do actual sistema capitalista. Entrevista.

Agnès Rousseaux

Fotos : CC A. Golden (Une) e CC Gonzalo

Basta! : Em que momento da história apareceu o crédito? O que é uma dívida?

David Graeber: A dívida é uma promessa que foi pervertida pelos matemáticos e pela violência. Contaram-nos uma história: “Era uma vez as pessoas usavam a troca. Vendo que não funcionava muito bem, criaram a moeda. E o dinheiro trouxe-nos o crédito”. Portanto, da troca ao crédito haveria uma espécie de linha a direito que nos conduziria à situação actual. Se olharmos a história com mais atenção, ela passou-se de forma muito diferente! O crédito foi criado primeiro. A moeda física apareceu alguns milhares de anos mais tarde. Isto permite colocar as perguntas de maneira diferente : como passámos de um sistema onde as pessoas diziam “devo -te uma vaca ” até um sistema onde o valor exacto de uma dívida pode

ser medido? Ou que se possa garantir, apoiados numa fórmula matemática, que “340 frangos são equivalentes a cinco vacas” ? Como é que uma promessa, uma obrigação de reembolso, se tornou numa “dívida”? Como é que a ideia de que devemos um favor foi quantificada?

Em que é que quantificar uma dívida é um problema ?

Quantificável, a dívida torna-se fria, impessoal e sobretudo transferível: a identidade do credor não tem qualquer importância . Se eu prometer encontrá-la amanhã às cinco horas, você não pode dar essa promessa a qualquer outra pessoa. Como a dívida é impessoal, porque pode ser exigida através de mecanismos impessoais, pode ser transferida para outra pessoa. Sem esses mecanismos, a dívida é qualquer coisa de muito diferente. É uma promessa baseada na confiança. E uma promessa, não é a negação da liberdade, pelo contrário, é a essência da liberdade ! Ser livre é precisamente ter a capacidade de fazer promessas. Os escravos não as podem fazer, não podem criar compromissos em relação a outras pessoas, por-



que não têm certeza de as poderem cumprir. Ser livre significa ser capaz de se comprometer com o outro.

Em vez disso, o " reembolso da dívida " tornou-se um dogma moral...

A dívida converteu-se numa questão de aritmética impessoal, ao nível da própria obrigação moral. É este processo que é preciso desfazer. É também fascinante ver os laços entre o conceito de dívida e o vocabulário religioso, para constatar como as principais religiões começam com a linguagem da dívida: a sua vida é uma dívida que deve a Deus. A Bíblia, por exemplo, começa com o resgate dos pecados ... Transformada num dogma moral, a dívida justifica as mais terríveis dominações. Não se pode perceber o que ela hoje representa sem um desvio por esta longa história da dívida como justificação moral de relações de poder desiguais. A linguagem da dívida permite justificar uma relação arbitrária de poder. E é muito difícil argumentar com um poder arbitrário sem adoptar a mesma linguagem.

Você cita o exemplo da mafia...

Falar da dívida torna-se um meio para descrever relações desiguais. Os mafiosos compreenderam isso: utilizam o termo dívida, mesmo quando aquilo que fazem é na realidade extorsão. Quando anulam ou adiam certas dívidas, isso passa por generosidade! É como os exércitos que obrigam os vencidos a pagarem um tributo: uma taxa em troca de vidas poupadas. Com a linguagem da dívida, parece que as vítimas são os culpados . Em numerosas línguas, dívida , culpa e pecado são a mesma palavra ou têm a mesma raiz.

A moeda, que permite quantificar com precisão o valor de uma dívida aparece também em situações de violência potenci-

al. O dinheiro nasceu também da necessidade de financiar guerras. A moeda foi inventada para permitir aos Estados pagarem exércitos profissionais. No Império Romano, a moeda aparece exactamente nos locais as legiões param. Da mesma forma, o actual sistema bancário foi criado para financiar a guerra. Violência e quantificação estão intimamente ligadas. E isso transforma as relações humanas: um sistema que reduz o mundo a números só pode ser mantido pela força .

Há também uma inversão : o credor parece ter-se tornado a vítima . A austeridade e sofrimento social são, então, considerados como um sacrifício necessário, ditado pela moral...

Absolutamente . Isso permite , por exemplo, entender o que está em jogo hoje na Europa. A Europa é uma comunidade de parceiros iguais? Ou há uma relação de poder entre entidades desiguais ? Tudo pode ser renegociado? Quando uma dívida é estabelecida entre iguais, ela ainda é tratada como uma promessa. Nós renegociáramos promessas a todo o momento, porque as situações mudam: ainda que prometa encontrar-me consigo amanhã às cinco horas, se a minha mãe morrer, não sou obrigado a manter a minha promessa.

Os ricos podem ser incrivelmente compreensivos relativamente à dívida dos outros ricos: os bancos norte-americanos Goldman Sachs e Lehman Brothers podem ser concorrentes, mas quando alguma coisa ameaça a posição geral da sua classe, frequentemente esquecem todas as dívidas contraídas, se assim o quiserem. Foi o que se passou em 2008. Triliões de dólares de dívida desapareceram, porque isso convinha aos poderosos.

Da mesma forma, os pobres são também muito compreen-

sivos uns com os outros. Os empréstimos que fizeram a familiares, acabam, no fim, muitas vezes, por serem oferecidos. Quando existem estruturas de desigualdade é que a dívida, de repente, se torna numa obrigação moral absoluta. A dívida para com os ricos é a única que é realmente “sagrada”. Porque é que Madagáscar está em dificuldades quando deve dinheiro aos Estados Unidos, mas quando são os Estados Unidos que devem dinheiro ao Japão é o Japão que está em dificuldades? O facto dos Estados Unidos terem um exército poderoso muda a relação de forças...

Hoje, tem-se a impressão que a dívida substituiu os direitos : os direitos à educação ou à habitação transformaram-se em direito ao crédito?

Alguns usam a casa para financiar a sua vida, contratando cada vez mais hipotecas. As suas casas transformam-se em caixas multibanco. Multiplicam os micro- créditos para fazer face às despesas do dia-a-dia, em substituição da segurança anteriormente dada pelo Estado-Providência, que dava garantias sociais e políticas. Hoje, o capitalismo não pode oferecer bons “negócios” a todos. Abandona-se a ideia que cada de nós poderia possuir um pedaço do capitalismo: nos Estados Unidos, cada pessoa era convidada a investir em empresas, que na verdade exploram cada um nós. Como se a liberdade consistisse em possuir uma parte da nossa própria exploração.

Depois, os banqueiros transformaram a dívida em produtos bancários, negociáveis como se fossem moeda ...

É incrível! Há seis anos atrás, mesmo pessoas muito inteligentes, diziam: “Como são brilhantes, criaram dinheiro a partir do nada”. Ou, a maior parte das vezes, com algoritmos tão complexos que apenas os astrofísicos podiam compreendê-los. Mas esta incrível sofisticação veio a provar-se que era uma vigarice! Encontrei-me recentemente com diversos astrofísicos, que me disseram que estes números não querem dizer nada. Todo este trabalho parece muito sofisticado, mas, de facto, não o é. Um grupo de pessoas conseguiu convencer toda a gente de que eles eram os únicos que podiam compreender (o que estava a acontecer). Eles mentiram e as pessoas acreditaram neles. De repente, uma parte da economia foi destruída e vimos que nem mesmo eles compreendiam os seus instrumentos financeiros.

Por que é que esta crise não mudou a nossa relação com a dívida?

Devido a um profundo défice intelectual. O seu trabalho ideológico foi tão eficaz que toda a gente está convencida de que o actual sistema económico é o único possível. Nós não sabemos fazer de forma diferente. Portanto, colocamos um pedaço de fita adesiva sobre o assunto, pretendendo que nada aconteceu. Onde é que isto vai nos levar? A um novo desastre. Para mais estamos agora a entrar numa nova etapa: a do jogo defensivo. Como a maior parte das justificações intelectuais do capitalismo estão a entrar em colapso, os seus promotores atacam agora todas as alternativas possíveis. Na Grã-Bretanha, depois da crise financeira, a primeira coisa que os responsáveis económicos quiseram fazer foi reformar o sistema de ensino para torná-lo mais competitivo. Na realidade, para o tornar mais semelhante ao sistema financeiro! Por quê? Sem dívida porque o ensino superior é um dos poucos espaços onde outras ideias, outros valores, podem surgir. Daí a necessidade de cortar pela base qualquer alternativa, ainda antes dela poder emergir. Contudo, este sistema de ensino funcionou muito bem até agora, enquanto que o sistema financeiro falhou de maneira espectacular. Seria, portanto, mais adequado tornar o sistema financeiro semelhante ao sistema de ensino e não o inverso!

Hoje nos Estados Unidos há pessoas que estão presas por serem incapazes de pagar as suas dívidas. Você cita o

exemplo de um homem condenado à prisão em 2010, no Estado do Illinois, por um período indefinido, porque não conseguiu pagar 300 dólares...

Nos Estados Unidos há pessoas que estão presas porque não conseguiram pagar as taxas de justiça. Quando é quase impossível processar os bancos por execuções ilegais! Os bancos podem sempre ir à polícia e pedir-lhe que vos prenda por falta de pagamento, mesmo que todos saibam que se trata de uma acção ilegal. O poder financeiro e o poder político estão em vias de se fundirem. A polícia, cobradores de impostos, pessoas que vos expulsam das vossas casas, agem directamente no interesse das instituições financeiras. Independentemente dos vossos rendimentos, um robot dita a vossa expulsão e a polícia obriga-vos a sair das vossas casas.

Nos Estados Unidos todos acreditavam que faziam parte da classe média. Esta não é, na verdade, uma categoria económica, mas sim uma categoria social e política: pode-se considerar que fazem parte da classe média os cidadãos que se sentem mais seguros quando veem um polícia, e não o contrário. E, por extensão, com todas as outras instituições, bancos, escolas... Hoje, menos de metade dos americanos consideram que fazem parte da classe média, contra três quartos há algum tempo atrás. Se é pobre, você supõe que o sistema está contra si. Se é rico, tende a acreditar que o sistema está consigo. Até este momento, nenhum banqueiro foi preso por actos ilícitos durante a crise financeira. E centenas de manifestantes foram presos por tentarem chamar a atenção para estes factos.

A Dívida provoca sempre contestação e desordem nas sociedades, escreve você. E que desde há 5.000 anos as insurreições populares começam muitas vezes pela destruição dos registos de dívida...

A dívida parece ser a mais poderosa das linguagens morais jamais criadas para justificar as desigualdades e torná-las “morais”. Mas quando tudo explode, é com uma grande intensidade! O historiador britânico Mouldy Finley defendia a tese de que, no mundo antigo, havia apenas uma exigência revolucionária: abolir as dívidas, e depois redistribuir as terras. Da descolonização da Índia à América Latina, os movimentos de abolição das dívidas parecem uma prioridade por todo o lado. Aquando das revoluções camponesas, uma das primeiras acções dos insurgentes é encontrar os registos de dívidas para os queimar. Logo de seguida os registos de propriedade das terras. O motivo? A dívida é pior do que se disser a alguém que ele é inferior, escravo, intocável. Porque isso significa: “Nós não somos fundamentalmente diferentes, você devia ser meu igual, mas celebrámos um contrato de negócio e você perdeu”. É uma falha moral. E isso pode causar ainda mais raiva. Há algo de profundamente insultuoso, degradante, com a dívida, que pode causar reacções muito violentas.

Você reivindica um jubileu, ou seja, um perdão das dívidas – dívidas soberanas dos Estados, mas também dívidas individuais. Que impacto económico teria isso hoje?

Deixo os detalhes técnicos aos economistas... Isso supunha, nomeadamente, um regresso a um sistema público para as pensões de reforma. Os perdões anteriores de dívida nunca envolveram todas as dívidas. Mas alguns tipos de dívida, como a dívida do consumo ou a dívida soberana dos Estados podiam ser anulados sem grandes efeitos sociais. A questão não é saber se o cancelamento da dívida vai ocorrer ou não: as pessoas que conhecem bem a situação admitem que isso vai, obviamente, acontecer. A Grécia, por exemplo, nunca poderá pagar a sua dívida soberana e ela será gradualmente anulada. Seja com a inflação – que é uma forma de limpar a dívida, mas que tem efeitos nocivos – seja por fomas de anulação directa. Será que isso acontecerá a partir “de baixo”, sob a pressão dos

movimentos sociais, ou “de cima” por acção dos dirigentes de maneira a tentar preservar o sistema? E como vão eles fazê-lo? É importante fazê-lo de forma explícita, e não através de uma simples alegação de “resgate” da dívida. A maneira mais fácil seria dizer que uma parte da dívida é impagável, que o Estado já não garante o pagamento, a cobrança dessa dívida. Já que, em grande medida, esta dívida apenas existe porque é garantida pelo Estado.

A anulação da dívida dos Estados significa a bancarrota. Os especialistas do FMI ou do Banco Mundial vão alguma vez concordar com esta opção ?

O FMI está a cancelar actualmente as dívidas em África. Os peritos sabem que a situação actual não é sustentável. Estão conscientes de que, para preservar o capitalismo financeiro e a viabilidade a longo prazo do sistema, deve acontecer alguma coisa radical. Fiquei surpreendido ao ver que os relatórios do FMI têm referências ao meu livro. Mesmo no seio dessas instituições há pessoas que propõem soluções muito radicais.

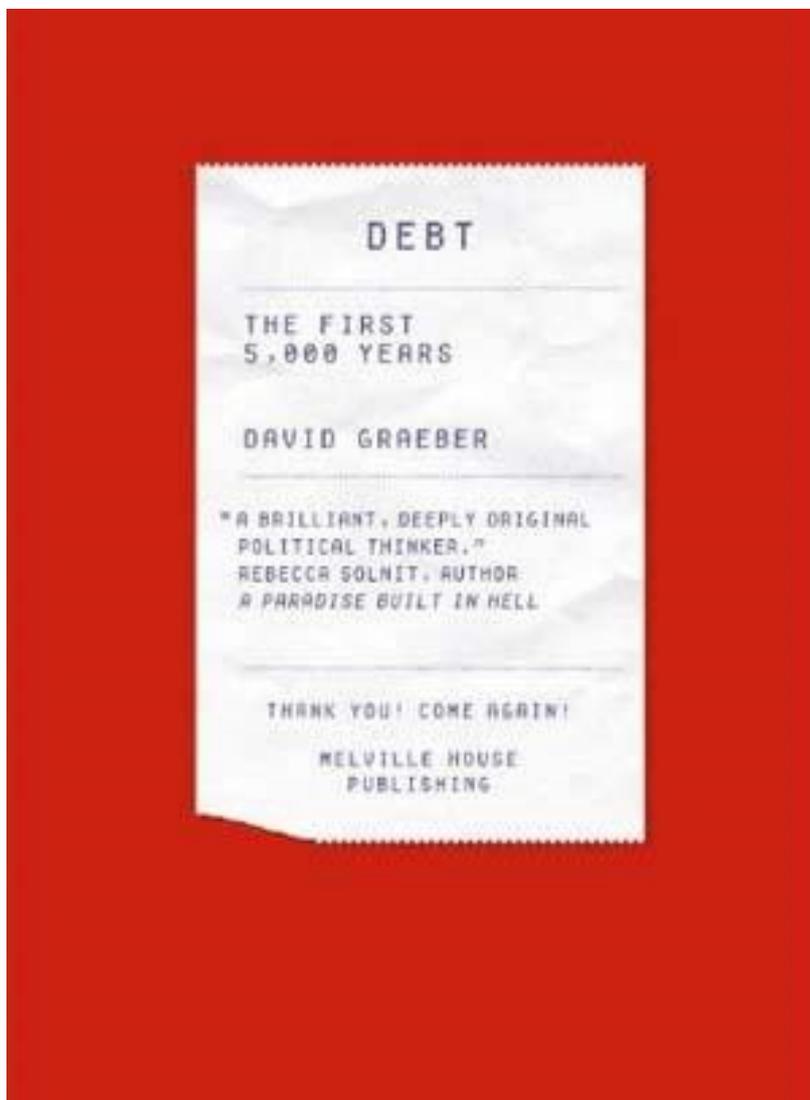
O cancelamento da dívida significa a queda do capitalismo?

Não necessariamente. A anulação da dívida pode ser também uma forma de preservar o capitalismo. Mas, a longo prazo, estamos a ir em direcção a um sistema pós-capitalista. Isso pode parecer espantoso, uma vez que o capitalismo venceu a guerra ideológica e a maior parte das pessoas estão convencidas de que nada mais pode existir senão esta forma particular de capitalismo financeiro. No entanto, vai ser preciso inventar outra coisa, senão em 20 ou 30 anos, o planeta será inabitável. Eu penso que o capitalismo já não existirá daqui a 50 anos, mas temo que o que vem a seguir possa ser ainda pior. Temos que construir algo melhor.

No quadro do movimento Occupy Wall Street , você é um dos iniciadores da campanha “Rolling Jubilee” . Quais são os seus objectivos e o seu impacto?

É uma maneira de mostrar até que ponto este sistema é ridículo. Nos Estados Unidos, os “cobradores” compram a dívida, a 3% ou 5% do valor da dívida original, e depois vão tentar cobrar a totalidade do dinheiro através da cobrança às pessoas endividadas. Com a campanha “Rolling Jubilee” nós fazemos como aqueles cobradores de dívidas : nós mesmos compramos colectivamente a dívida – o que é perfeitamente legal – e então, em vez de exigir o reembolso, anulamos essas dívidas ! Quando chegarmos a um nível em que isto comece a ter um efeito real sobre a economia, sem dúvida que irão encontrar uma maneira de torná-lo ilegal. Mas, por enquanto, é uma boa maneira de pôr em evidência o absurdo do sistema (nesta campanha, leia a nossa página ” Strike debt “ um resgate do povo pelo povo). Em complemento, desenvolvemos o manual de operação do projecto ” Drom ” (Debt resisters operation manual), que presta assessoria jurídica e prática para as pessoas endividadas.

A maneira mais simples de desobedecer ao mundo financeiro é recusar a pagar as dívidas. Para iniciar um movimento de desobediência civil contra o capitalismo podemos começar por aí. Mas as pessoas já o fazem! Um em cada sete americanos está a ser processado por um cobrador de dívidas. Pelo menos 20% dos empréstimos estudantis estão em situação de incumprimento. Se se adicionarem os empréstimos hipotecá-



rios de 80 % da população que está em dívida nos Estados Unidos, entre um quarto e um terço já estão em falta de pagamento! Milhões de americanos já estão a praticar a desobediência civil relativamente à dívida. O problema é que ninguém quer falar sobre isso. Ninguém sabe que toda a gente está a fazer isto! Como juntar todas essas pessoas isoladas? Como organizar um movimento social se toda a gente tem vergonha de não ser capaz de pagar as suas dívidas? De cada vez que você recusa pagar a dívida médica, uma dívida “odiosa” criada pelo conluio entre o governo e os meios financeiros – que torna as pessoas reféns de dívidas para as quais não há outra escolha, senão pagá-las – você pode gastar o seu dinheiro nalguma outra coisa socialmente importante. Nós queremos incentivar os “coming-out” nesta forma de resistência ao sistema. Federar este exército invisível de pessoas que fazem falta, que já estão no campo de batalha, opondo-se ao capitalismo através da resistência passiva. (Tradução Portal Anarquista)

Aqui: <http://www.bastamag.net/David-Graeber-La-forme-la-plus>

Ver também: <https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/01/08/sobre-o-fenomeno-dos-empregos-de-merda/>

<http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/01/20/novas-vozes-libertarias-david-graeber/>

17/1/2014



CARLOS TAIBO:

“AFIRMAR UM PROJECTO ANARCO-SINDICALISTA É HOJE UMA TAREFA VITAL”

[Carlos Taibo](#) é um escritor e professor titular de Ciência Política e da Administração na Universidade Autónoma de Madrid. Firme partidário do decrescimento, da autogestão e da democracia directa, Carlos Taibo define-se como anarquista e colabora, desde há muito, com as organizações libertárias do Estado Espanhol, nomeadamente a CNT e a CGT. Tem editadas várias dezenas de livros. Em meados do ano passado publicou um novo livro dedicado ao pensamento libertário “Repensar la anarquía. Acción directa, autogestión, autonomía”. (Los Libros de la Catarata, Madrid, 2013)” a pretexto do qual deu a entrevista, que a seguir reproduzimos, ao site alternativo [Rebellion](#). Em português tem publicado o livro “Parecia Não Pisar o Chão , 13 Ensaios Sobre as Vidas de Fernando Pessoa” ([Através | Editora](#)) e na web o livro “Decrecimiento, Crise, Capitalismo”.

“O projecto libertário nunca foi imaginável sem a luta de classes”

Pedro Maceiras/Rebellion

- Há três anos publicaste uma antologia do pensamento libertário. O que é que este livro tem a ver com aquele?

- São trabalhos com objectivos diferentes. Se em “Libertari@s”, publicado pela editora Del Lince, o meu propósito era mostrar que os clássicos anarquistas, e com eles um punhado de pensadores afins, tinham muito a dizer-nos quando quiséssemos compreender o mundo em que vivemos, neste trabalho pretendo tocar, a partir duma perspectiva que não pode ser senão pessoal e não dogmática, nos grandes debates que rodeiam o pensamento libertário: o Estado, o capitalismo, a luta de classes, a democracia e a acção directas, a autogestão, as eleições e os parlamentos, a própria questão nacional...

- Nas páginas de “Repensar a anarquia” voltas à distinção entre anarquistas e libertários.

- Volto a essa distinção porque serve-me para chamar a atenção para uma ideia importante, mas que não me empenho em forçar. O adjetivo ‘anarquista’ tem uma condição ideológico-doutrinal mais forte do que a que corresponde ao adjetivo ‘libertário’. Ainda que saiba que estou a forçar o argumento, um anarquista é alguém que leu Bakunin e Kropotkin e que se identifica com as suas ideias. Ainda que essas leituras sejam muito recomendáveis, o libertário tem um sentido mais amplo, na medida em que remete para a situação de muitas pessoas que, anarquistas ou não, apostam nas assembleias, na demo-



cracia directa e na autogestão, e recusam hierarquias e lideranças. Acredito firmemente que cada vez há mais libertários, algo que se pode comprovar nomeadamente na expansão que entre nós estão a ter os espaços autónomos que se reclamam da autogestão e da desmercantilização.

- Crês que, na realidade, assistimos a um renascimento das ideias e das práticas libertárias?

- Parece-me que isso salta à vista e que tem, pelo menos, duas explicações principais. A primeira é configurada pela derrota total das propostas trazidas pela socialdemocracia e pelo leninismo. A segunda, é a meu ver, sem dúvida, mais

importante: para fazer frente aos problemas de um capitalismo que está a entrar numa fase de corrosão terminal, e que nos conduz ao colapso, a proposta libertária, que não é senão a da organização da sociedade a partir de baixo, em clara defesa da autogestão e da desmercantilização que acabo de mencionar, tem hoje mais actualidade que nunca. Creio que essa proposta se justifica mais pelo que nos pode acontecer no futuro do que aquilo que também nos possa ter acontecido no passado.

- O teu livro é uma alegação contra quem continua a acreditar em eleições, partidos e parlamentos.

- Continua a fascinar-me o eco que a via eleitoral, e com ela a figura dos dirigentes políticos, tem em pessoas, para mais, inteligentes e respeitáveis. Não sei se o devo atribuir ao poderosíssimo ascendente que a cultura ao serviço do sistema que padecemos conseguiu alcançar ou a uma espécie de cegueira temporária derivada do desespero. Mas esclareço que tão pouco me sinto muito cómodo nessa batalha: que cada qual faça o que ache conveniente. Embora tenha a certeza de quais são os becos sem saída a que nos conduz a via eleitoral, e em particular o que se traduz num esquecimento inevitável de tudo o que cheire a democracia directa e a autogestão, interessa-me mais a parte positiva da proposta libertária. E permito-me resgatar um argumento que Ricardo Mella usava com frequência: se querem, votem, mas trabalhem pela emancipação, desde baixo, os restantes 364 dias do ano. Se é que o feitiço por eleições e representações o permite.

- Pode-se imaginar um projecto libertário sem que a luta de classes corra constantemente pelas suas veias?

- Obviamente que não. Nunca foi imaginável sem a luta de classes e menos agora em que assistimos a uma manifestação ostentosa da luta de classes desencadeada pelos de cima. Outra coisa distinta é que discutamos acerca dos desafios que hoje coloca a luta de classes. A este respeito sinto-me tão incomodado com os que consideram que a classe operária é um artefacto do passado de que se pode prescindir, como com aqueles que julgam que essa mesma classe operária não experimentou qualquer mudança no decurso do último século. Seja como for, afirmar um projecto anarco-sindicalista, que tenha o seu núcleo principal no mundo do trabalho, parece-me uma tarefa vital num cenário em que as relações laborais estão a regressar ao século XXI. É-o, pelo menos, se o nosso objectivo não for procurar uma saída social para a crise, mas sim deixar para trás, com urgência, o capitalismo.

- Há que rever o papel do Estado na tradição anarquista?

- Sobretudo há que actualizá-lo. Creio que nessa tradição existem duas percepções que merecem reflexão. A primeira é uma certa obsessão pelo Estado que esquece que este é, ao fim e ao cabo, um instrumento, ainda que central, de dominação ao serviço do capital. Muitas das opressões que hoje sofremos não passam necessária e claramente pelo leito do Estado. A segunda é, contudo, mais delicada, na medida em que assenta

numa ingénuo identificação de uma suposta função protectora do Estado, bem materializada nos chamados Estados de bem-estar.

É importante questionar o que eles significam como instâncias exclusivas do capitalismo, hostis a qualquer perspectiva autogestionária, estreitamente vinculados à socialdemocracia e ao sindicalismo oficial, apenas liberalizantes – devido a duras batalhas – relativamente aos problemas das mulheres, ecologicamente insustentáveis e não solidários com os problemas dos países do Sul. E é importante recordar, em paralelo, a dimensão repressiva e controladora que corresponde, desde sempre, ao Estado.

- Dedicar um espaço importante no livro a procurar as relações entre os clássicos do anarquismo e as propostas que hoje conhecemos como ecologia, feminismo e pacifismo.

- A relação com o pacifismo e o antimilitarismo é fluída; existe, ainda que com solavancos e problemas, no caso do feminismo; e é muito débil no da ecologia. Ainda que, com alguma pequena excepção, os clássicos do anarquismo tenham sido, no que diz respeito ao problema ingente dos limites do meio-ambiente e dos recursos, pensadores ancorados no século XIX, é certo que a sua recusa dos grandes complexos produtivos e das formas de organização do trabalho,

inevitavelmente opressivas, no seu tempo, juntamente com a defesa da organização a partir de baixo, prefiguraram frequentemente, pela sua parte, um mecanismo de defesa, quase biológico, frente à idealização do desenvolvimento das forças produtivas a que se entregaram Marx e os seus epígonos.

- Os críticos da democracia directa sublinham que é uma forma inadequada para encarar os problemas das sociedades complexas.

- E em parte têm razão. O que acontece é que a reivindicação da democracia e da acção directas não aparece sozinha. Faz-se acompanhar, em paralelo, pela defesa de uma reestruturação radical das nossas sociedades que reclama, face ao colapso, decrescer, desurbanizar, destecnologizar, descentralizar e descomplexizar. É preciso ter o dossier completo. Se a tarefa parece difícil, e é sem dúvida, não será demais recordar o que dizia com ironia um trecho duma canção anarquista francesa do século XIX: abolamos, sim, o capital, mas se o fizermos quem nos pagará o salário do sábado? Muitos dos problemas que hoje nos parecem insolúveis, talvez não sejam um obstáculo tão severo a partir do momento em que iniciemos a tarefa. (Tradução Portal Anarquista)

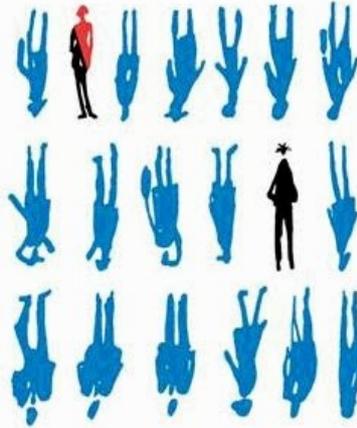
aqui: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=174584>

aqui também: [http://](http://periodicoellibertario.blogspot.pt/2013/09/entrevista-carlos-taibo-sobre-repensar.html#more)

periodicoellibertario.blogspot.pt/2013/09/entrevista-carlos-taibo-sobre-repensar.html#more

Carlos Taibo (facebook): <https://www.facebook.com/carlos.taiboarias>

Carlos Taibo
Repensar la anarquía
ACCIÓN DIRECTA. AUTOGESTIÓN. AUTONOMÍA



PARAFRASEANDO O ANTÓNIO BOTTO: FEDELHOS...



Segundo parece, ontem, nesse festival de asneiras que é o “Prós e Contras” da RTP, onde só vai apenas o que de mais sórdido e reaccionário a sociedade portuguesa produz – salvo, como se costuma dizer, raríssimas excepções –, apareceram “dois jovens empreendedores”, de jeitos, trejeitos e ideologia fascizante, a dizerem que iam começar a publicar um jornal chamado – imaginem – “A Batalha” e cujas raízes fazem remontar (vá-se lá saber porquê!) a 1789.

O Hugo Ferro no seu [excelente blogue](#) topou-os a olho nú. E descobriu-lhes a careca: **não passam duns idiotazinhos!**

“Não costumo ver aquele programa da televisão RTP, apresentado pela senhora Fátima Ferreira, em que descobrem sempre um juvenzinho empreendedor, que representa o “futuro da nação”. Mesmo não vendo o programa, acabo sempre saber o que se passou, através dos comentários de gente que vê a televisão toda, que vou lendo aqui e ali.

Parece que falaram de jornais e a comunicação social, ou algo do género. Mais do mesmo, com os mesmos comentadores de sempre. Nada que me fizesse perder tempo, não fora o facto de terem ido desencantar um rapazito em idade escolar que decidiu criar um jornal. Fiquei surpreendido pela audácia e decidi fazer uma pesquisa, para saber se se tratava de uma coisa séria ou de uma brincadeira infanto-juvenil.

Não muito confiante, iniciei a minha busca e tropecei, primeiro, numa [página](#) com um texto vazio em que se exaltam memórias do passado e, depois, num [vídeo](#), em que duas patéticas crias da decrepita aristocracia coimbrã apresentam o seu fantástico jornal: «A Batalha». Começam por fazer referência ao verdadeiro jornal anarco-sindicalista A Batalha, mas tudo o que dizem de seguida é uma tulha de barbaridades que os progenitores lhes foram impingindo, desde tenra idade, e que fazem rebolar nos tímpanos os pobres jornalistas e tipógrafos anarquistas que fizeram de A Batalha o segundo jornal mais importante do

país, nos tempos áureos das lutas operárias, com tiragens de 20 mil exemplares, competindo directamente com o Diário de Notícias e O Século.

Os idiotazinhos esqueceram-se de pesquisar ou ignoram, propositadamente, que [A Batalha](#) continua a ser publicada pelo Centro de Estudos Libertários, com uma periodicidade bimestral e ousam usar o mesmo nome, a favor de uma causa monárquica bacoca, financiados pelo dinheirinho dos seus reais papás.

Espero que tudo não passe de uma brincadeirinha de “meninos bem” em idade escolar e que não se revele ser uma manobra encapotada dos seus covardes paizinhos que, como sempre fizeram, continuam a atirar as crianças para a frente de batalha.

Se não for apenas uma provocação e estiverem mesmo decididos a avançar, sugiro que alterem o nome do jornaleco — ou lá o que é — para «A Bata» ou «A Batata», algo mais adequado às suas ideias e capacidades intelectuais”.

Saravá, companheiro, totalmente de acordo!

aqui: <http://escrevomal.wordpress.com/2014/01/21/a-batata/>

21/1/2014

Nas últimas semanas os trabalhadores portuários chilenos voltaram a bloquear os portos, impedindo a saída de barcos, sobretudo com carregamento de frutas e o transporte de cobre. O movimento tem sido sentido sobretudo nos portos de Mejillones (Antofagasta) e de San Antonio (Valparaíso), com apoio em diversas outras estruturas portuárias, em greve desde o dia 23 de Dezembro. Os trabalhadores reivindicam melhorias na sua situação laboral. A presidente da Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FECh), Melissa Sepúlveda, eleita há escassos meses à frente duma lista apoiada por várias tendências libertárias, esteve reunida com os trabalhadores portuários, a quem manifestou apoio e solidariedade. E aproveitou para responder ao patrão dos patrões chileno que acusou os anarquistas de estarem por detrás da greve dos trabalhadores portuários.



CHILE

PATRÕES ACUSAM ANARQUISTAS DE ESTAREM “A IMPULSIONAR” A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Presidente da FECh: “Ter medo do anarquismo não tem nenhum sentido”

A presidente da Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FECh), Melissa Sepúlveda, que foi eleita para esse cargo universitário integrando a lista “Luchar”, apoiada por vários colectivos de tendência anarquista, respondeu às declarações do presidente da Confederação da Produção e Comércio (CPC), Andrés Santa Cruz, que disse que os anarquistas estão a impulsionar as greves nos portos do país, assinalando que “os trabalhadores e as trabalhadoras podemos ter orientações políticas, assim como ele (Santa Cruz) as terá também”.

Sepúlveda disse que “utilizar o termo anarquista é uma estratégia que é usada desde há muito tempo, não somente com os trabalhadores portuários, mas agora também com as comunidades mapuches, e na realidade ter medo do anarquismo, que é uma corrente ideológica e que é uma fonte de pensamento, creio que não tem nenhum sentido. Aqui o único que está a ser dito é que no Chile não se podem diminuir os direitos dos trabalhadores”.

A dirigente estudantil sustentou que “a paralisação dos trabalhadores portuários em Mejillones é completamente legal

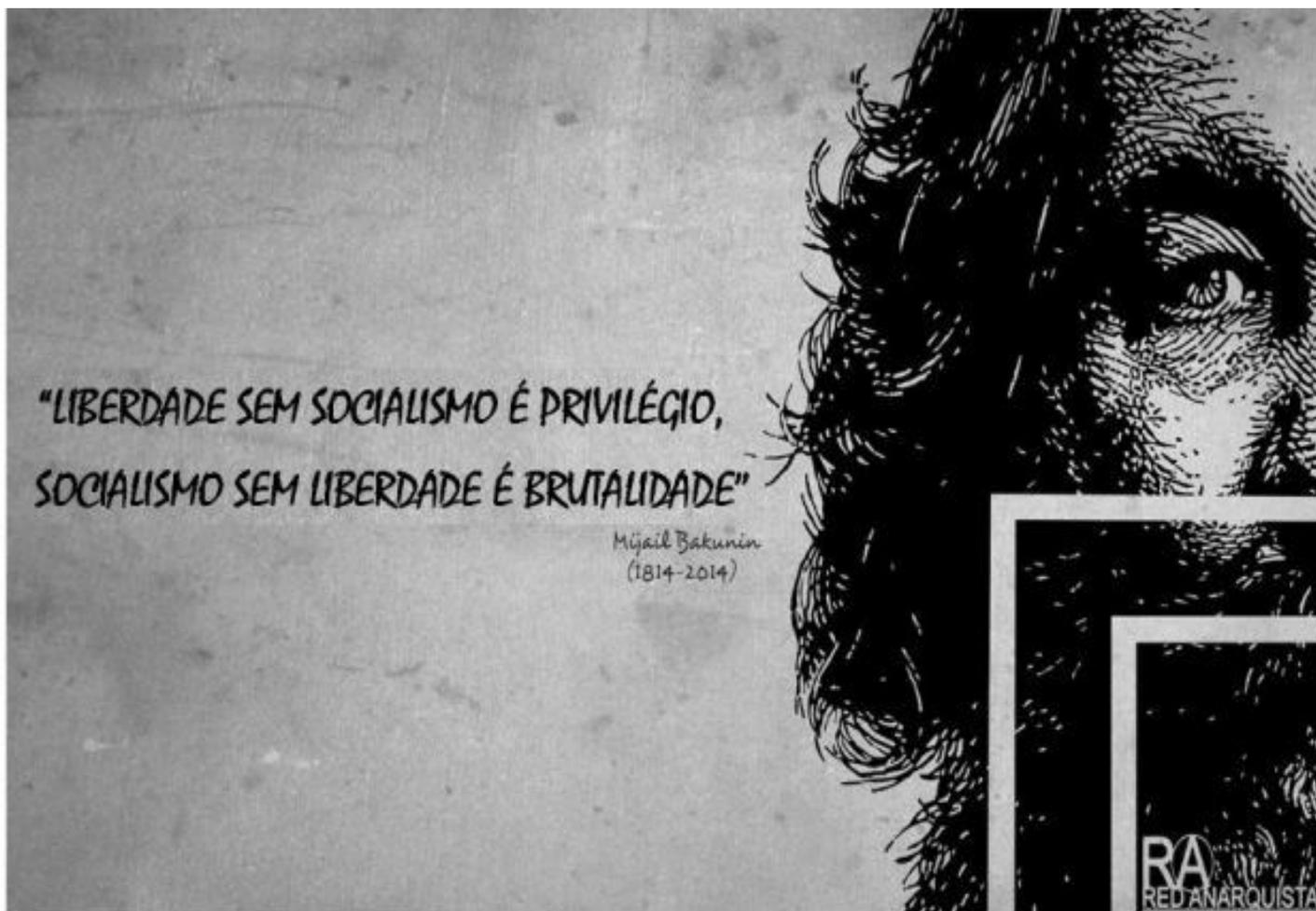


e o que pedem é que se os reconheça como sindicato para poderem negociar colectivamente. O sindicato tem tantos trabalhadores contratados pela empresa como trabalhadores eventuais. É uma acusação infundada. Creio que o que está a acontecer aqui é algo de grave na diminuição dos direitos dos trabalhadores, que é um problema que se está a manifestar desde há algum tempo e os trabalhadores portuários dão mostras de valentia e também de organização ao exigirem a revisão do Código Laboral chileno que impede a sindicalização e impossibilita a negociação colectiva”, disse Sepúlveda.

Acrescentou que “houve uma tentativa de silenciar, primeiro, a mobilização dos trabalhadores portuários e, por outro lado, caricaturar ou demonizar uma mobilização que é legítima e que exige condições mínimas para os trabalhadores chilenos”.

aqui: <http://noticias.terra.cl/nacional/politica/presidenta-fech-temer-al-anarquismo-no-tiene-ningun-sentido,d41f0c062a873410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

21/1/2014



2014: BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE BAKUNIN

A 30 de Maio de 2014 celebra-se o 200º aniversário do nascimento de Mijail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876), ilustre militante do movimento revolucionário europeu, filósofo e um dos teóricos do movimento anarquista internacional.

Desde a sua irrupção no círculo de filósofos de Stankevitch em 1830 e, mais tarde nas fileiras do movimento revolucionário europeu, que Bakunin chamou a atenção dos seus contemporâneos. Influenciou de maneira decisiva a história dos movimentos de libertação nacional e dos revolucionários e anarquistas russos e europeus dos séculos XIX e XX. As ideias libertárias de Bakunin, que escreveu uma crítica visionária do “socialismo de Estado” muito tempo antes do seu estabelecimento na URSS e nos países do Bloco de Leste, assim como a crítica bakuninista da religião, do patriotismo, do liberalismo, dos princípios de poder e hierarquia, prevaleceram como ideias actuais até à nossa época.

Na Rússia, Bakunin sofreu, durante anos, a censura e a difamação, primeiro por parte do czarismo e mais tarde do poder “comunista”. As suas obras não foram publicadas no seu país durante mais de 50 anos. As suas acções foram silenciadas ou apresentadas de maneira caricatural. Infelizmente, esta

tradição mantém até agora. Ao mesmo tempo, o número de investigações objectivas, na Rússia, sobre a sua vida continuam a ser insignificantes e as investigações estrangeiras sempre têm sido de difícil acesso em consequência dos obstáculos linguísticos e de informação. A personalidade apaixonada, mas contraditória, de Bakunin suscita frequentemente críticas baseadas no preconceito e subjectivas, é vítima de desinformação e de deformações ideológicas que herdamos duma tradição liberal, conservadora e também marxista.

aqui: <http://periodicoellibertario.blogspot.pt/2014/01/2014-bicentenario-del-nacimiento-de.html>

Mais sobre Bakunin: <http://arquivobakunin.blogspot.pt/>
conferência internacional sobre Bakunin: <http://bakunin2014.wordpress.com/category/portugues/>
colóquio sobre Bakunin na Polónia: <http://bakunin2014.wordpress.com/2013/11/16/colloque-bakounine-en-pologne/#more-93>

Blog sobre Bakunin (em francês): <http://atelierdecreationlibertaire.com/blogs/bakounine/>



UCRÂNIA

“A CLASSE OPERÁRIA, COMO CLASSE, NÃO PARTICIPA DE MODO ALGUM NESTES ACONTECIMENTOS”

Anarquista ucraniano dissipa mitos sobre os protestos na Ucrânia e alerta para a influência fascista

Em Kiev, na Ucrânia, [continuam os confrontos](#), habituais desde o final de Novembro, entre a polícia e os manifestantes. Em causa está o braço de ferro entre o Governo (que suspendeu a assinatura do Tratado de Livre Associação com a União Europeia) e a oposição que procura liderar os protestos, tentando daí tirar dividendos políticos. Nos últimos meses tem sido crescente o peso do partido fascista Svoboda que integra a coligação oposicionista. Para os anarquistas ucranianos, apesar de criticarem a actuação do governo, os trabalhadores estão fora deste jogo político entre os partidários de um maior relacionamento com a União Europeia e os que defendem uma maior integração com a economia russa. A entrevista que traduzimos e de que publicamos excertos foi dada por um companheiro anarco-sindicalista da [Organização Autónoma de Trabalhadores da Ucrânia](#) (um pequeno grupo que desenvolve a sua actividade em Kiev e em Harkov, a segunda cidade mais industrializada da Ucrânia), a uma rádio norte-americana. No entanto, a presença de militantes libertários nas ruas, em protesto contra as medidas autoritárias e repressivas do governo ucraniano, tem sido também uma constante.

[A Radio Asheville](#), com base no oeste da Carolina do Norte, emitiu recentemente uma fascinante entrevista com um anarco-sindicalista chamado Denys, da Organização Autónoma dos Trabalhadores da Ucrânia. Nesta entrevista Denys desmascara muitos dos mitos em torno dos protestos a favor da adesão à União Europeia que se estão a verificar no país e explica o que se está a passar nos bastidores e a propaganda que tem sido feita a propósito protestos.

Porque é que o Acordo de Livre Associação com a UE (que beneficiaria, sobretudo, os ultra-ricos oligarcas da Ucrânia) está a ser deliberadamente interpretado como uma verda-

deira integração? Os líderes ucranianos recusaram assiná-lo no último minuto. Entretanto, a Rússia está a tentar empurrar a Ucrânia para a sua união aduaneira, oferecendo a Kiev um acordo com a promessa de compra de milhões de euros de produtos ucranianos e um desconto de 30 por cento no Gás Natural russo.

Denys explica que, quando os protestos começaram, a classe política ucraniana foi apanhada de surpresa. Contudo, a oposição, uma coligação orientada sobretudo para a direita (sendo o partido fascista Svoboda o mais visível de todos eles) reagrupou-se rapidamente e transformou a rua na sua máquina

de relações públicas. A oposição planeou manifestações massivas, como o líder fascista do Svoboda declarou numa entrevista já em março de 2013. Ficou evidente que os líderes da oposição planearam derrubar o actual governo com o apoio financeiro e político da conservadora Angela Merkel, da Alemanha, dos líderes da UE de Bruxelas e com o apoio visível dos Estados Unidos, cujo embaixador, o conservador John McCain foi a estrela convidada do Euromaidan . (...)

É difícil dizer quem está em maior desespero – se o governo ou se a oposição, mas esta última já anunciou que se vai centrar nas próximas eleições presidenciais, previstas para daqui a 18 meses, embora não seja ainda muito claro o candidato que vai apoiar . (...)

(No entanto), a oposição usou os protestos de rua contra o governo para ganhar poder na Ucrânia. Os resultados têm sido muito proveitosos para o partido Svoboda. No dia 1 de janeiro, o Svoboda organizou uma marcha de mais de 15.000 nacionalistas para comemorar o aniversário do antigo colaboracionista nazi já falecido Stepan Bandera .(...)

Denys: É necessário distinguir entre os dois [Euromaidans](#). O primeiro ocorreu a 21 de novembro, participaram pessoas de classe média, que na sua maioria queriam a assinatura do acordo com a União Europeia. No entanto, hoje, dois meses depois, a maioria das pessoas que estão nas ruas estão preocupadas com questões bem mais práticas, como a brutalidade da polícia, que foi visível na noite de 1 de dezembro e, na generalidade, ninguém está satisfeito nem com o governo nem com o presidente. Assim, a integração europeia continua a ser uma questão mais vasta, mas está hoje numa espécie de segundo lugar. Quando se tratava de manifestações pró-governo as pessoas eram levadas pelo governo para Kiev, em autocarros, ao fim de semana. Estes protestos não foram honestos. Muitas pessoas que trabalham para o governo, como professores, médicos, e assim por diante, foram informados pelos chefes que teriam que participar. Era obrigatório para eles. Não diria que fosse um protesto real. Mas tomando em conta as pessoas que apoiam a união com a Rússia, a Bielorrússia e o Casaquistão, sim, há essa opinião e, tomando o país como um todo, está dividido mais ou menos em 50 por cento relativamente à integração na União Europeia ou na União Aduaneira (com a Rússia). O problema é que a segunda posição não está muito representada nos meios de comunicação de massa que se inclinam no outro sentido (pró-UE). E, geralmente, essas pessoas que apoiam a união aduaneira não têm o hábito de protestar. Elas vivem em cidades mais pequenas e, portanto, não estão tão representadas nos *media* como quem vive na capital. Os apoiantes da União Aduaneira têm também líderes políticos muito estúpidos. Por exemplo, a principal força política que organizou os protestos teve como principal ponto de propaganda anti-UE dizer que a União Europeia iria trazer o casamento entre pessoas do mesmo sexo e outras coisas fora da tradição que não seriam bem acolhidas pela população ucraniana. Até inventaram o termo “euroSodoma”, como em Sodoma e Gomorra. A outra força política que apoia a União Aduaneira é o Partido Comunista da Ucrânia, que há muitos anos não tem nada a ver com o comunismo, e cujo programa político e agenda podem ser descritos como um partido social-conservador normal. Se comparar com Marie Le Pen, não encontrará muitas diferenças.

Asheville Rádio FM: É, na visão desses grupos, uma espécie de regresso à era soviética e ao encontro de outros países do leste europeu?

Denys : Claro, especulam sobre isso, porque os laços entre as pessoas comuns ainda são muito fortes. Você sabe que muitas pessoas têm parentes na Rússia, para não mencionar coisas como a cultura de massas que é comum. Muitas pessoas vêm

os canais de televisão russos, e isso é muito habitual na vida de todos os dias das pessoas das regiões do centro, do leste e do sul. As pessoas na região do centro e do sul têm muitas coisas em comum com os russos, com o seu estilo de vida, e não sentem que essas semelhanças existam com os povos europeus. Mas, ao mesmo tempo, uma grande parte da população da Ucrânia vive actualmente no exterior, na União Europeia, especialmente em Espanha, Itália, Polónia, República Checa e Portugal. São pessoas principalmente das regiões ocidentais, mas não exclusivamente.

Radio Fm Asheville : Entre os partidários versus os detractores da inclusão na UE, posso ver uma divisão segundo normas sociais, tal como mencionou, os mais liberais talvez a inclinarem-se mais para o Ocidente, com as suas leis mais progressistas e com os casamentos entre pessoas do mesmo sexo e do outro lado, à direita, os mais conservadores, os mais inclinados para os ortodoxos – ainda que seja uma igreja ortodoxa diferente da igreja ortodoxa russa – e estou seguro de que, dependendo donde está ou em que indústria trabalha, você irá ter mais negócios, em geral, ou com o Oriente ou com o Ocidente. Você pensa que as duas posições se destinam, basicamente, a liberalizar a economia e a enfraquecer os direitos dos trabalhadores ucranianos, ou é uma espécie de falsa escolha para os trabalhadores da Ucrânia?

Denys : Antes do mais você referiu-se ao liberalismo social prevalecente entre os ucranianos pró-UE. Na realidade não concordo com isso. Há essa impressão porque os protestos pró-UE são dirigidos por pessoas com estudos, da classe média, que têm um tipo de agenda mais social-liberal. Mas, mesmo assim, é mais a direita cultural contra a direita cultural. Veja-se, por exemplo: regularmente as pessoas no Euromaidan rezam publicamente, todas juntas, todas juntas. Olhemos, então, o casamento de pessoas do mesmo sexo: os que defendem a integração na UE nunca o aceitarão. De facto, as questões sociais relativas aos direitos dos trabalhadores não estão, de todo, na agenda. A classe operária, como classe, não participa de modo algum nestes acontecimentos. Os trabalhadores tomam naturalmente partido, mas não estão organizados enquanto classe, em sindicatos, e, por isso, como tal, simplesmente não tomam parte nestes eventos. E têm boas razões para isso, porque ambos os lados apenas falam de questões culturais, políticas, que não têm qualquer ligação directa com as necessidades de um trabalhador normal. Os manifestantes que apoiam a UE têm a ideia, absolutamente falsa, da Europa como um paraíso onde tudo está bem, onde tudo está muito melhor do que na Ucrânia ou em qualquer outro lugar. É inútil falar-lhes dos protestos no seio da própria UE, dos programas de austeridade. Eles simplesmente não ouvem e dizem: “Ah, então para você seria juntarmo-nos à Rússia, não é?” Portanto, esta falsa escolha é bastante limitativa, e acho que o mesmo podia ser dito sobre o lado oposto. A agenda de esquerda, a agenda dos direitos dos trabalhadores, não está presente em qualquer destas praças onde as pessoas protestam. (...)

Radio Fm Asheville : **Encontrei o site de Dimitrov Kutchinsky, esse tipo é louco. Há ali também referências ao nacional – anarquismo.**

Denys : Você está familiarizado com esse conceito?

Radio Fm Asheville : **Sim, existem também alguns idiotas que afirmam ser isso aqui nos Estados Unidos. Em San Francisco, Nova York e Chicago. Eles têm algum peso na Ucrânia?**

Denys : Sim, na verdade têm. Porque, infelizmente, esta é uma tendência muito comum – fazer uma mistura com temas de esquerda, com a adopção duma narrativa anticapitalista. O ser-se anarquista está na moda, é muito elegante, *cool* e dá-lhes algumas vantagens imediatas, mas as pessoas misturam

isso com temas nacionais, que também estão muito na moda e são muito *cool* para os jovens, sobretudo para os adolescentes que não vêem qualquer problema em tentarem combinar essas coisas. E isso é especialmente engraçado aqui na Ucrânia, porque existe um grande mito à volta de **Makhno**. Hoje ele é parte integrante do mito nacional e é considerado um nacionalista, porque na verdade lutou contra os bolcheviques. Por isso, considera-se que ele pertence à Ucrânia, à Ucrânia independente, tem um papel nacional e assim por diante. Obviamente, isto é um total absurdo, mas essa mitologia é muito popular e contribuiu para a popularidade que aqui tem a síntese entre a esquerda-direita, a chamada terceira posição, como Terza Posizione, que é de facto a tradição fascista italiana.

Radio Fm Asheville : Sim, é o mesmo palavrado que eles usam nos Estados Unidos: “third positionists”. Existe também uma grande sobreposição entre o nacionalismo e a ecologia biocêntrica regional, de modo que parecem estar a invadir o Anarquismo Verde, tentando transformarem-se na corrente principal e antes da maior parte das pessoas se darem conta de quem eles são e o que fazem.

Denys : Compreendo, mas aqui na Ucrânia, para além dos temas da *New Age*, eles têm também muito fascínio pelos próprios fascistas, como Mussolini, por exemplo. Tentam, de alguma forma, misturá-lo com o anarquismo. Para além disso, você está a par da divisão no movimento anarquista russo que aconteceu recentemente?

Radio Fm Asheville : Não, realmente não.

Denys : Bem, houve uma grande divisão que se repete também na Ucrânia. É a divisão entre os anarquistas que defendem os direitos das minorias, a luta feminista, que prestam atenção às questões gerais da sociedade, aos direitos para as minorias étnicas e os macho-anarquistas que não gostam destas “p...s feministas.” Eles dizem: ‘ Nós somos tipos porreiros, fazemos muito desporto, somos verdadeiros anarquistas, não queremos nada a ver com essas bichas’ . Infelizmente, este macho-anarquismo também está aqui a ganhar muita popularidade nos últimos tempos. (...)

Asheville Rádio FM: Fale-nos sobre o grupo a que pertence, à sua organização.

Denys : O nosso grupo foi fundado há dois anos, e ainda não é muito grande. Mas diria que temos tido, de facto, algum crescimento quer em termos de qualidade, quer de quantidade, porque estamos hoje implantados em dois sítios, um em Kiev e outro em Harkov, que é a segunda maior cidade industrial da Ucrânia. Temos cerca de 20-25 pessoas em Kiev e talvez 15 pessoas em Harkov. Estes não são números astronómicos, mas são maiores do que já foram inicialmente, e acho que estamos a crescer. Nós não nos vemos como um grupo de propaganda política, mais como uma organização de classe. Guiamo-nos pelos princípios do sindicalismo revolucionário, embora o nosso grupo se esteja a tornar cada vez mais anarco-sindicalista. No início tivemos alguns trotskystas e alguns marxistas, mas agora acho que a maioria deles já se consideram anarquistas. Mas, infelizmente, ainda não temos qualquer organização nos locais de trabalho, já que de acordo com a legislação ucraniana, para ela existir é preciso haver pelo menos 3 pessoas em cada local de trabalho. Temos pessoas de diferentes áreas, muitas sem nenhum posto de trabalho fixo, como trabalhadores sazoniais ou trabalhadores da construção civil, etc.. Esse é o nosso maior problema e hoje funcionamos na realidade mais como um grupo de propaganda, embora queiramos ser uma verdadeira união de classe, como os IWW, esse é o modelo que preten-



demos.

Asheville Rádio FM: Para os ouvintes que não estão familiarizados com o anarco-sindicalismo, gostaria que nos dissesse de que se trata e como é que ele se compara e difere do sindicalismo revolucionário?

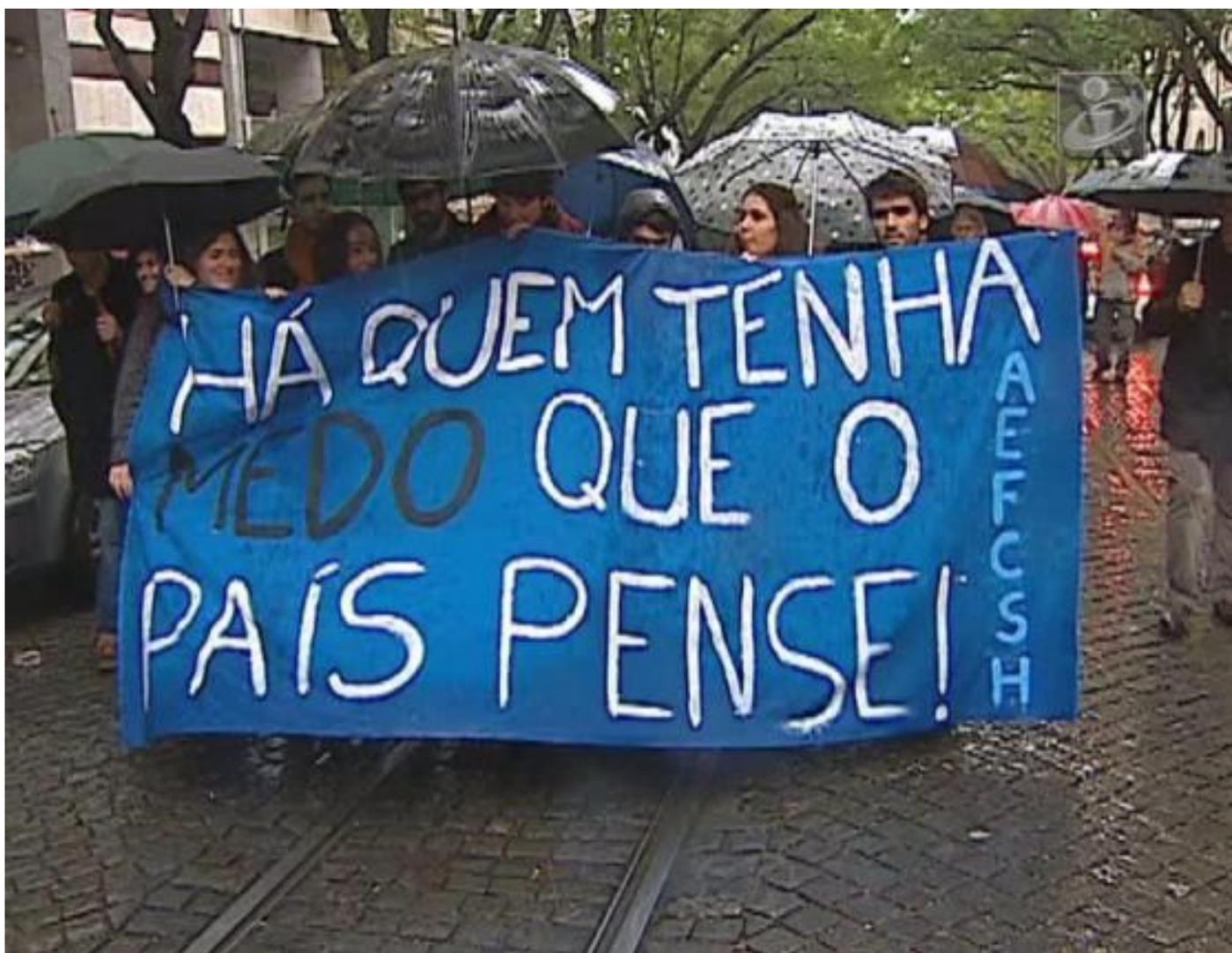
Denys : O sindicalismo, enquanto método, assenta na negação de partidos e da política parlamentar como instrumentos capazes de alcançarem qualquer objectivo político. A tónica principal é colocada sobre instrumentos de acção directa, como greves, manifestações, ocupações e assim por diante. O principal desafio do sindicalismo, de per si, é encontrar uma estratégia de ligação entre a luta política e económica e a luta dos sindicatos, das uniões. Assim, ao contrário do *trade-unionismo* ou do trabalhismo como na Grã-Bretanha, os sindicalistas acreditam que os sindicatos devem ter objectivos políticos em paralelo com os objectivos económicos. Devem lutar, por exemplo, por salários mais altos, mas não se devem esquecer que, em simultâneo, estão a lutar, eventualmente, pelo comunismo, pela queda do capitalismo. Na teoria sindicalista, chamamos a isso ginástica revolucionária .

Radio Fm Asheville : Nunca tinha ouvido essa frase antes.

Denys : A ginástica revolucionária é a luta de todos os dias por pequenas reformas, mas que ao mesmo tempo desenvolve os músculos da classe trabalhadora. Depois dessas lutas, os trabalhadores saem das melhor organizados e com o maior nível de consciência de classe. Durante as greves e manifestações, a classe trabalhadora consolida e treina-se para outras batalhas de classe e também para as batalhas políticas mais importantes e mais vitais que depois virão. O sindicalismo revolucionário pode unir praticamente qualquer anti-capitalista situado à esquerda, enquanto o anarco-sindicalismo implica que todos os membros do movimento partilhem uma visão anarquista. Pessoalmente, não considero que o anarco-sindicalismo seja contraditório com qualquer outra forma de anarquismo social. O anarco-sintetismo é uma escola de pensamento que combina o anarco-comunismo como ideal, o anarco-sindicalismo como método de se chegar a esse ideal e o anarco-individualismo como a base a partir da qual avalia as suas acções.

Versão curta e adaptada da entrevista que pode ser lida na íntegra aqui: <http://revolution-news.com/ukrainian-anarchist-dispels-myths-surrounding-euromaidan-protests-warns-of-fascist-influence/>

22/1/2014



A PROPÓSITO DAS REFORMAS EM CURSO:

PORQUE NO MEIO DESTA CRISE AFLITIVA OS CORTES NAS BOLSAS DE DOUTORAMENTO SÃO ASSUNTO DE INTERESSE PÚBLICO?

Texto de Paulo Guimarães/Universidade de Évora

A redução brutal no financiamento das bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, já esperada (mas não a esta escala!), abalou a comunidade académica e deixou-a justamente apreensiva relativamente ao futuro.

Uma visão superficial tenderá a ver nesta reacção um comportamento corporativo justificado. Se houver muito alarido, é natural que as pessoas se queixem, repetirá certamente alguém do governo diante das câmaras da televisão, como o fizeram durante e após as enormes manifestações cívicas contra as medidas governativas que lhes foram impostas. Afinal, no meio de tanto desemprego criado por esta crise da dívida (ou a pretexto dela), que têm os bolseiros e os “pós-doutorados” a mais do que os restantes funcionários públicos, empresários falidos e trabalhadores portugueses despedidos? Não têm o “direito” a sofrer com os cortes, como os outros?

Porém, se esgravatarmos um pouco mais, vemos emergir uma velha cisão na sociedade portuguesa sobre o papel das Ciências, das Artes, das Humanidades e das Tecnologias na criação de riqueza e no progresso social, em suma, da sua importância para um país que, até há bem pouco tempo, se encontrava imerso em pobreza e atraso. Curiosamente, isto acontece no dia em que dois futebolistas excepcionais são glorificados como heróis da pátria.

Um parêntese talvez (im)pertinente:

No século XIX, as nações orgulhavam-se dos seus cientistas, dos seus músicos e dos seus artistas como expoentes de civilização. Há dias, nas redes sociais, alguém em Espanha fez o reparo que aquele país se orgulhava dos seus clubes de futebol, que estão no topo da excelência performativa futebolística, mas que era indiferente ao facto de nenhuma das universidades espanholas se encontrarem entre as 200 melhores do mundo.

Na verdade, a cultura, a ciência e as artes não vistas como problema a não ser pelos seus profissionais e mais algumas “aves raras” que as usam por gratificação pessoal. Tendem a ser consideradas como despesa líquida no orçamento, apesar das medições econométricas realizadas correntemente para “os países mais ricos”, apesar destes países pensarem e medirem o retorno económico desse capital. O problema é tanto mais grave quando informa uma visão de/para Portugal que não partilhamos, governado por feitos profissionais de ricos e oligarcas, bem sustentados por um exército e força pública convenientemente guarnecidos, que lá acalmam a sua consciência com religiões de vários tipos e obras de caridade, distribuindo pelas paróquias tachos e benesses, sempre escassos, por via das suas igrejas-partido.

Neste caso, os cortes no financiamento destas bolsas são apenas mais um sintoma de inversão de um caminho que o país tardiamente começara a trilhar: o do investimento na educação, na ciência e nas artes, beneficiando do espaço económico e político em que se decidira integrar. Apresenta-se como mais um episódio do subfinanciamento do ensino superior e da investigação científica dos últimos anos. A par disso, e como pano de fundo, temos programas deprimentes de apoio social escolar que convidam os mais pobres cada vez mais à desistência do estudo. Outros cidadãos, com maior poder económico, são tentados a ir estudar para universidades estrangeiras bem cotadas nessa bolsa mundial da educação-negócio que são os rankings.

Estes sintomas claros ocorrem na altura em que o governo lidera um processo de reestruturação de um ensino superior em crise de crescimento. A este respeito, um artigo que saiu recentemente no Público* revela a excelência intelectual do debate público em Portugal protagonizado pela chamada “classe política” e pelos seus fazedores de opinião. Ficámos cientes de que “o ensino superior existe sobretudo para dar formação de qualidade aos estudantes, incentivar a inovação e dar à sociedade soluções para aumentar o seu desenvolvimento sustentável.”

No cenário que nos é oferecido antecipadamente, o seu autor propõe que repensemos a missão da Universidade sob esta fórmula cativante (permitam-me que use uma expressão tão cara à tecnocracia do anterior regime). E são opiniões fundadas nos resultados de um estudo encomendado que, segundo parece, vem corroborar em muitos aspectos os factos e as crenças de um jovem que conheço e que, por sinal, conduz uma empilhadora numa empresa industrial.

Eu acreditava (é um voto de fé) que a Universidade deveria ser um centro de criação/produção de conhecimento científico, artístico, humanístico e técnico e que, por isso mesmo, a sociedade a encarregava da missão de formar os seus cidadãos ao longo da vida, atribuindo-lhes a faculdade de atribuir títulos académicos. E que esses títulos acreditavam publicamente ao longo da vida as exigentes competências adquiridas na academia. Ora, essas competências têm sido postas em causa diretamente pelo governo (veja-se o caso recente dos professores mais jovens) e pelos empresários (por exemplo, na área da saúde privada parece que preferem contratar médicos e enfermeiros estrangeiros; na assistência social, usam raparigas brasileiras para cuidar de idosos; na área dos serviços financeiros, contratam informáticos “brasileiros”, etc., etc.) numa saudável lógica convenientemente (des)regulada. Leio nos estatutos da minha universidade: a “Universidade de Évora (...) é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integra na vida da sociedade”.

Em lado nenhum se diz que cabe às universidades criar

emprego. O bom senso diria que cabe à sociedade criar riqueza e ao poder político criar condições para que isso aconteça.

Ora, de acordo com a opinião daquele deputado do partido que se diz social-democrata, parece que “urge desenvolver reformas [no ensino superior] que aumentem a qualidade, a competitividade e a eficácia do sistema” tendo em conta o tecido empresarial português QUE EXISTE. É fácil perceber que, atendendo ao nível de sofisticação científica e técnica das competências que são exigidas pelos empregadores nas ofertas públicas de emprego que têm existido na região e no país, bem como ao nível das remunerações que são atribuídas, que o modelo virtuoso do triângulo “qualidade, a competitividade e a eficácia” será algo parecido com o antigo colégio do Padre Alcobia de Ferreira do Alentejo. Era uma venerável instituição em que os professores eram bastante flexíveis, e bem supria as carências de formação daquele município até à “engorda do Estado” realizada depois de 1974.

Sejamos claros: para que serve gastar rios de dinheiro a produzir mestres e licenciados, ainda por cima oriundos a maior parte oriundos da ralé, se depois “não sabem trabalhar” em “centros de atendimento telefónico”, como caixas de hipermercado, guias turísticos, serventes de café e de hotelaria (um ofício em vias de extinção), centros de massagens, etc. por 500 euros / mês? E para que serve aos nossos jovens investir na sua formação se os sinais que lhes dá o poder político não apontam para outros caminhos que não sejam esses... ou a emigração? E ainda por cima sem capacidade creditícia para recorrer ao generoso financiamento bancário para continuar a estudar?

Com a retórica adequada, com o bombardeamento insistente nos media, com as medidas governativas graduais adequadas, invocadas em nome de uma qualquer emergência nacional, estou convicto que lá chegaremos... No que respeita aos institutos instalados na província, basta descobrir as vocações das regiões (a do Alentejo era o trigo e a cortiça, não é verdade?) e promover o enquadramento adequado. E quem estiver mal nessa nova espécie de escola técnico-profissional do “ensino superior”, a ministrar “formação de qualidade aos estudantes”, irá sair (por via da reforma ou da “mobilidade”) ou adaptar-se certamente. Assim, depois de umas décadas a promover o “sucesso educativo” no ensino básico e secundário (e que já chegou à universidade!), os professores universitários irão promover a “formação de qualidade aos estudantes” (com a ciência e as artes caídas dos céus certamente, ou dos manuais ingleses vertidos na língua pátria, mais ou menos adaptados e explicadinhos pela sua autoria lusa), incentivando a inovação (reduzida assim ao engenho dos curiosos e analfabetos funcionais e à retórica que os portugueses sempre souberam usar para construir a sua própria realidade mítica) e dando “à sociedade soluções para aumentar o seu desenvolvimento sustentável” (por via da redução das “despesas” com as reformas, por falta de sustentação económica, e com as gorduras do Estado que todos sabemos onde estão).

É o que se está a fazer. Voilá!

(16.Jan.2014)

* http://www.publico.pt/sociedade/noticia/ensino-superior-jovens-desconfiam-e-empresas-nao-acreditam-1619618?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+PublicoRSS+%28Publico.pt%29
aqui: http://aideialivre.blogspot.pt/2014/01/a-proposito-das-reformas-em-curso_18.html

25/1/2014

UCRÂNIA

DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DE TRABALHADORES SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

Há uma semana (a 16 de Janeiro) o Parlamento ucraniano aprovou uma série de leis destinadas a limitar a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos a manifestarem-se. Um dos pontos aprovados foi a emenda ao Código Penal que proíbe o que chama de “extremismo”. Nesta emenda “incitar à discórdia social” é considerado “extremismo” (agui). Os confrontos de rua têm sido de extrema violência nos últimos dias, falando-se já numa dezena de mortos. A Organização Autónoma de Trabalhadores da Ucrânia, anarco-sindicalista, considera que está em marcha um processo ditatorial, que pretende limitar os direitos dos cidadãos e restringir o direito aos protestos.

As leis que foram aprovadas no dia 16 de janeiro mostram que a facção da classe dominante, que agora controla o governo, está pronta para instalar uma ditadura da burguesia reaccionária, segundo o modelo dos regimes latino-americanos da década de 1970. As “leis da ditadura” criminalizam qualquer protesto e limitam a liberdade de expressão; responsabilizam também o “extremismo”. Os porta-vozes parlamentares desta espécie de ditadores da burocracia corrupta e da burguesia monopolista são o Partido das Regiões e o chamado Partido “Comunista” da Ucrânia que desde há muito tempo se transformou numa força política ao serviço dos interesses do capital.

O sistema repressivo ucraniano apoia-se nos aparelhos policiais e gangues de rua constituídos por stormtroopers pró-governo. Às vezes, essas estruturas paramilitares são comandadas por polícias reformados. Os esquadrões da morte também estão em acção. De acordo com informações confirmadas, duas pessoas foram sequestradas de um hospital e torturadas. Um deles morreu numa floresta. As forças especiais localizam com precisão quem querem atingir entre os manifestantes, e não apenas com armas não letais. Uma das pessoas mortas, de acordo com uma foto do corpo, foi baleada no coração. Segundo todas as indicações ele terá sido vítima de um franco-atirador. Na manhã do dia 23, o número de mortos era já entre 5 e 7 pessoas. E não sabemos ainda a real dimensão da violência.

A ideologia do regime no poder é uma mistura de nacionalismo à Putin, teorias da conspiração e a convicção que, como elite, têm o direito de dirigirem a população ignorante. Os grupos de apoio à Berkut (a principal força policial anti-motim), nas redes sociais, estão cheios de artigos anti-semitas, que afirmam que os líderes da oposição são judeus e querem viciar as pessoas através da legalização de casamentos do mesmo sexo. Isso dificilmente difere da retórica de radicais direito ucranianos. O que em pouco difere da retórica dos radicais de direita ucranianos.

Ao longo dos últimos dias, não só a extrema-direita tem afrontado o governo, mas também pessoas com visões mais moderadas. E eles constituem a maioria dos manifestantes. Muitos deles são indiferentes ou têm uma predisposição negativa face ao nacionalismo. Muitos deles não apoiam a integração na UE. As pessoas saem para as ruas para protestar contra a violência policial. E uma parte significativa delas fá-lo sem entusiasmo ou mesmo com cepticismo relativamente aos confrontos na rua Grushevskogo (onde se têm dado os principais confrontos entre os manifestantes e a polícia NdT). Muitas vezes, ouve-se dizer que os radicais de direita são um “cavalo de Tróia” de Yanukovych e dos serviços especiais, destinados a desacreditar o protesto. Certamente haveria muito mais habi-



tantes de Kiev a participarem nos protestos se houvesse uma forma de tirar das ruas esses idiotas úteis para o governo. A principal das suas reivindicações é que lhes dêem empregos nos Serviços de Segurança da Ucrânia após a “revolução vitoriosa”.

É necessário que os anarquistas participem nas manifestações e nos piquetes em defesa dos direitos e liberdades usurpados pelas leis de 16 de Janeiro. Faz todo o sentido agir nos locais de trabalho ou de residência para ajudar a sabotar as decisões da ditadura. Não há muita razão para participarem nas acções realizadas na rua Grushevskogo, que já desde o início não faziam nenhum sentido. Essas acções servem apenas para dar ao governo imagens para a televisão e para melhor identificar os elementos radicais, localizando os seus telemóveis e filmando-os.

Quer no caso de vitória da oposição, quer no caso de vitória do governo, vamos ter que travar uma longa e dura guerra contra qualquer um desses regimes. Isto deve ser compreendido. Precisamos reunir forças para começar a determinar a nossa própria agenda libertária e proletária na política ucraniana.

Nem deuses, nem mestres! Nem nações, nem fronteiras!

Organização Autónoma de Trabalhadores da Ucrânia

23/1/2014

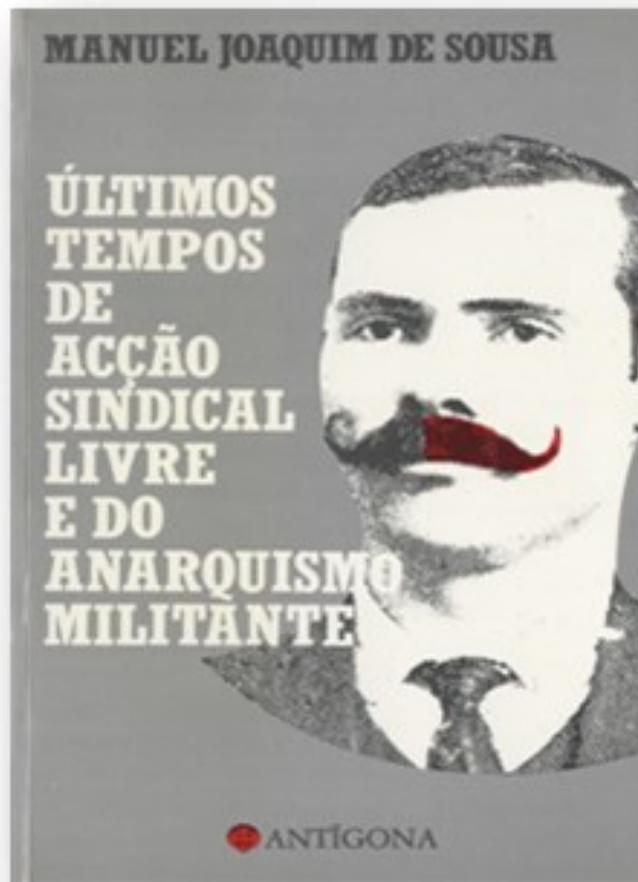
traduzido daqui: <http://avtonomia.net/2014/01/23/awu-statement-current-political-situation/>

tradução: Portal Anarquista
relacionado: <http://>

colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/01/22/ucrania-a-classe-operaria-como-classe-nao-participa-de-modo-algum-nestes-acontecimentos/

24/1/2014

A ACÇÃO DIRECTA É...



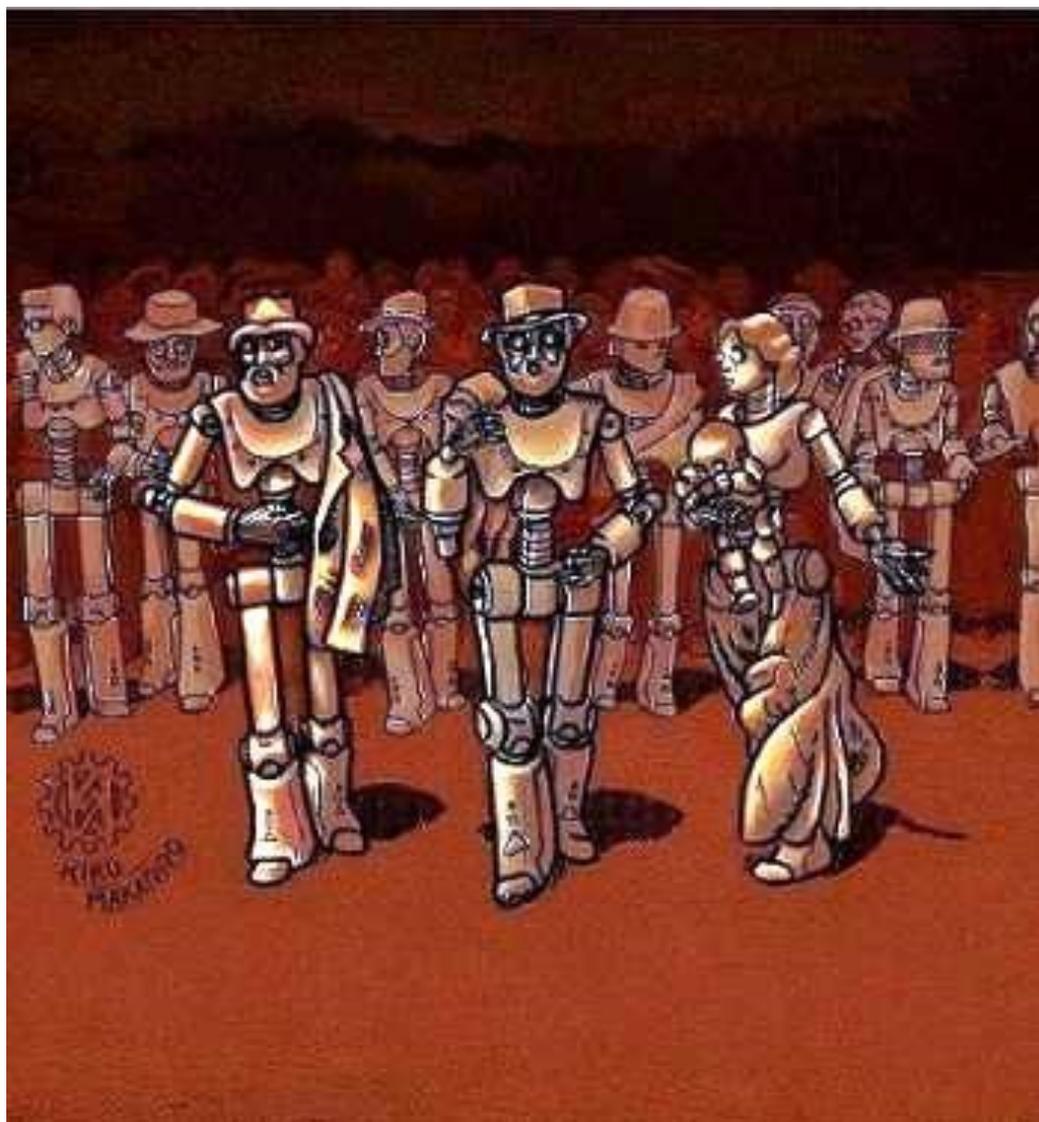
Manuel Joaquim de Sousa (1883-1944)

Antigo secretário-geral da CGT anarco-sindicalista

“A acção directa é não confiarmos no parlamentarismo nem nos homens que o defendem; é não esperar do Estado senão reformas ilusórias e deprimentes para os que produzem e sofrem; é não entregarmos as resoluções das nossas questões com o patronato a políticos que sempre nos ludibriam; é lutarmos aberta e directamente com aqueles que directamente nos escravizam; é confiarmos na força saída do nosso esforço; é lutar no campo económico-social cada vez com mais energia, de modo a que abreviemos a queda do patronato e do salariato que nos tem presos ao carro da escravidão capitalista; é, em suma, o meio de apressarmos, sem receio de cairmos em ciladas burguesas, o aniquilamento de toda a opressão e escravidão; e é, sobretudo, o revigoramento da energia perdida, que, colocando o trabalhador na plena posse das suas faculdades físicas, intelectuais e morais, o eleva e o integra no sentimento da sua personalidade.”

25/1/1014

*Salários
e lucros,
a sua evolução
durante
2012-2013.
Aumenta o fosso
entre capital e
trabalho sob a
justificação
da crise
económica.*



RELATÓRIO DA OIT: **AUMENTA O FOSSO ENTRE TRABALHO E CAPITAL**

S. Sánchez | Periódico CNT
Ilustración: Kiko Makarro

Em princípios de Dezembro foi publicado o estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) intitulado “Relatório Mundial sobre salários 2012/2013” que faz uma análise bastante ampla sobre as tendências dos últimos tempos em matéria salarial a nível mundial. Deste estudo podemos tirar uma série de conclusões úteis para meditar e analisarmos. A classe trabalhadora perdeu protagonismo nas últimas décadas – não apenas ao nível da remuneração salarial – e, por isso, teremos que ser capazes de organizar um discurso que combata com alternativas a situação actual, em que a tendência tem

sido para a perda de capacidade do mundo laboral em se organizar e ter capacidade de influência.

O relatório faz finca-pé – e nós como sindicalistas sabemos bem – no facto da “crise” estar a servir para acelerar ainda mais esta quebra das nossas condições de vida através da baixa de salários, piores condições de trabalho, despedimentos cada vez mais baratos e menores apoios sociais (desemprego e reforma) ou menos acessíveis para a maioria (na saúde, taxas nas consultas, nos exames e diminuição das comparticipações nos remédios). Como exemplo, assinala-se que nas chamadas economias desenvolvidas, no período 2006-2011, os salários reais caíram, devido à conjugação de dois factores: o congelamento de salários e o aumento de preços. Se tomarmos como referên-

cia um período mais amplo, de 2000 a 2011, vemos que a tendência varia muito entre continentes e países, uma vez que, por exemplo, no conjunto da Ásia se duplicou o salário médio mensal, e na China em particular triplicou, o que significa também um facto de vital importância a nível mundial, ou seja, significando o princípio do fim da mão-de-obra barata.

Uma primeira conclusão fica clara. Devido à chamada crise, a participação do trabalho na riqueza gerada está a decair a passo de gigante nos últimos anos, aumentando ainda mais o fosso entre capital e trabalho, à custa de piores condições laborais, a todos os níveis e em todos os países. Sabemos bem que essa tem sido uma guerra permanente e que as épocas de bonança e de crescimento o único que têm conseguido é mitigar, maquilhar e esconder as ambições capitalistas, que não diminuíram, enquanto que a combatividade, a unidade e a resposta da classe trabalhadora, em geral, têm sido muito tíbias. Esta tendência vai crescer, tal como mostra o estudo, pelo que temos que fazer compreender a quem cria e produz riqueza, que é a imensa maioria de trabalhadores e trabalhadoras, que não é apenas lógico nem razoável, mas também justo que o lucro se distribua de forma muito mais igualitária e equitativa.

O primeiro factor de desigualdade é essa repartição entre capital e trabalho, em benefício do primeiro, pois no período de 1999 a 2009, em 26 de 30 países da OCDE analisados a presença do factor trabalho decaiu, passando de 66% a 61%, incluindo na China, onde – como dissemos – a média dos salários triplicou. Fica claro que isto não aconteceu apenas nos últimos anos, mas é um processo continuado, como é fácil comprovar se atendermos a outros dados, tais como os aumentos de produtividade não terem sido acompanhados de aumentos proporcionais nos salários. Nos Estados Unidos, desde 1980, a produtividade não agrícola aumentou uns 90% por hora, mas a remuneração só aumentou 26,7%, enquanto que na Alemanha, no período 1990-2010 os salários reais mantiveram-se iguais, ainda que a produtividade tenha subido 22%. Segundo a OIT, desde 1999, em 36 dos países com as economias mais desenvolvidas o aumento da produtividade laboral foi duas vezes maior do que a média de aumentos salariais.

Outro facto que, como trabalhadores, nos deve fazer reflectir e que tem vindo a crescer nos últimos tempos, é a desigual distribuição destes salários no seio da classe trabalhadora, porque ainda que os trabalhadores mais qualificados tenham visto as suas remunerações aumentarem em média em 7%, os salários menos qualificados baixaram 12%, segundo um estudo realizado em 10 das economias desenvolvidas entre princípio da década de 1980 e 2005. Esta queda na participação do trabalho seria ainda maior se tirássemos 1% das pessoas que mais recebem, o que amplifica e dá uma ideia ainda mais clara dessa desigualdade.

Esta “debacle” nos salários, esta amplificação da desigualdade na distribuição da riqueza gerada (tanto entre trabalhadores e capitalistas, como entre trabalhadores mais e menos qualificados) e esta perda de direitos laborais teve origem em vários factores, para os quais podemos encontrar possíveis soluções.

Perspectivas, crítica e alternativas

O primeiro desses factores podemos encontrá-lo nas mudanças e avanços tecnológicos produzidos nas últimas décadas, que resultaram numa cada vez menor necessidade de mão-de-obra pouco qualificada, substituída pro maquinaria e tec-

nologia mais desenvolvida.

Como vimos, este estudo mostra que a produtividade aumentou enormemente nas últimas décadas, pelo que temos que aproveitar essa situação para trabalharmos menos horas, mas pondo mais gente a trabalhar. Os ganhos em produtividade devem-se repercutir num maior bem-estar e em benefícios para quem produz, ou seja, recompensar quem vive do seu trabalho. Entre as soluções possíveis, a jornada semanal de 30 horas, sem redução salarial, por exemplo, devia ser uma exigência e uma forma clara e concisa, directa e facilmente assimilável, para encontrar eco dentro da classe trabalhadora. Repartir o trabalho e repartir a riqueza é uma lema que deve acompanhar as nossas mensagens, já que a necessidade de mão-de-obra vai diminuindo à medida que a tecnologia avança e o denominado “desemprego tecnológico”, tão bem explicado no livro “O fim do trabalho”, de Jeremy Rifkin, tem sido uma constante ao longo da história. Ou temos uma sociedade em que uma minoria muito qualificada está bem remunerada e uma imensa maioria vive de trabalhos precários, da caridade e de prestações sociais ou nos encaminhamos para uma sociedade mais justa em que se aproveitem as aptidões de cada um e em que todos sejamos necessários.

Por outro lado, o fenómeno da globalização, da interdependência de um mercado que é mundial, global, faz com que exista uma maior concorrência entre países, que atua como moderadora de salários, já que todos competem para ver quem produz mais barato.

Neste caso, a globalização não é o problema, há simplesmente que procurar alargar as melhores condições laborais a todos os cantos do planeta e só dessa maneira a concorrência será real. Enquanto houver locais onde os mínimos direitos do trabalho não são respeitados e a solução dos governos seja precarizar para concorrer, este problema subsistirá.

Em terceiro lugar, o papel da classe trabalhadora decaiu e o poder de negociação dos sindicatos maioritários está em queda e, portanto, a sua capacidade de negociar quaisquer melhorias está em retrocesso.

Não é preciso fazer muitos comentários sobre este facto, ainda que nos pese. A força global da classe trabalhadora, a falta de consciência e compromisso facilitaram esta situação, portanto, para revertê-la temos que voltar a fazer com que participem neste processo os verdadeiros protagonistas da sua condição, isto é, os perdedores num mundo onde outros ganharam muito mais do que deviam. Por isso, e contra aquilo que muitos pensam, faz falta mais sindicalismo, tal como nós o entendemos.

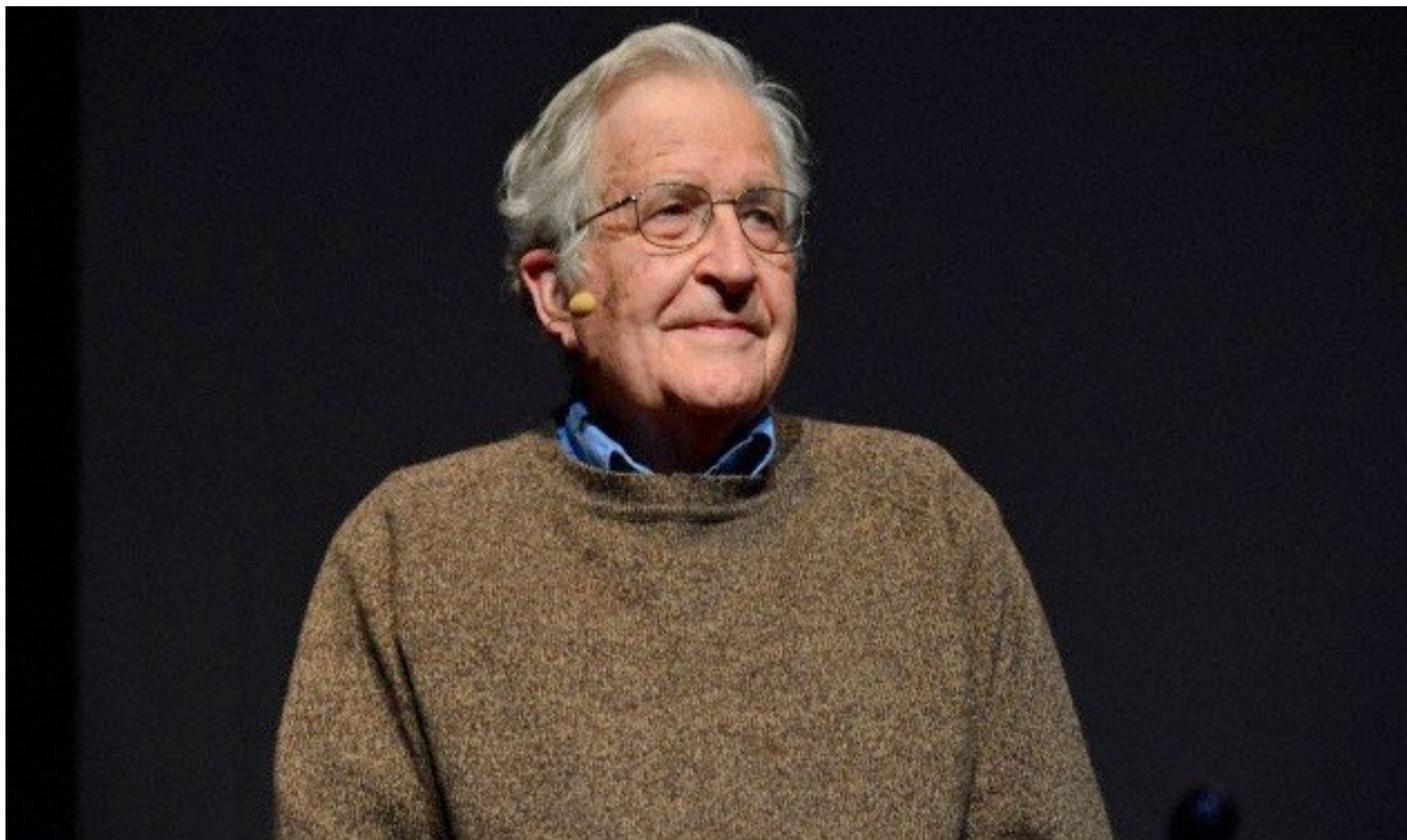
De nós depende fazer reverter esta situação, tendo claro que os que se opõem às nossas propostas fazem-no sobretudo em prejuízo próprio, mas há que fazer compreender ao conjunto da sociedade que já levamos muitos anos de perdas, de derrotas e agressões, pelo que está na hora de nos revoltarmos e exigirmos o que é justo.

aqui: Periódico CNT n° 407 – Janeiro 2014

(Traduzido com adaptações por Portal Anarquista)

Também recentemente o relatório da OXFAM sobre as desigualdades no mundo apontam no sentido dum grande aumento da concentração da riqueza nas mãos de uns poucos e em detrimento de muitos.

26/1/2014



CHOMSKY: AS DEMOCRACIAS EUROPEIAS CHEGARAM AO COLAPSO TOTAL

As democracias europeias chegaram ao colapso total, independentemente da cor política dos governos, porque as decisões são tomadas em Bruxelas, assinalou sábado o linguista, activista e analista político libertário Noam Chomsky.

Segundo afirmou, no Festival de Ciências celebrado no Auditório de Roma, em Itália, com a destruição das democracias na Europa caminhamos para as ditaduras.

A título de exemplo, disse que em Itália, a democracia deixou de existir desde que chegou ao governo o ex-comissário europeu Mario Monti em 2011. Esse político foi, segundo Chomsky, “designado pelos burocratas de Bruxelas e não pelos eleitores”, cita o portal de notícias italiano RAI News.

No entanto, assinalou, este é um fenómeno que está a

acontecer a nível global.

“Até o “Wall Street Journal” escreveu que a democracia nos Estados Unidos está à borda do colapso, pois qualquer governo, seja de direita ou de esquerda, segue a mesma política, decidida por grupos de banqueiros e de burocratas”, assegurou o também filósofo durante a sua intervenção.

“A política só serve para enriquecer os banqueiros”, afirmou Chomsky que descreveu o neoliberalismo como “um grande ataque contra a população mundial, o maior ataque ocorrido nos últimos 40 anos”.

aqui: <http://actualidad.rt.com/actualidad/view/118092-chomsky-democracia-colapso-total-europa>

27/1/2014

NA MORTE DE JOSÉ LUÍS FÉLIX: DOIS TESTEMUNHOS



José Luís Félix: até sempre companheiro!

Há pessoas que nos tocam, nos fazem crescer, o Zé Luís foi uma delas.

Conheci-o há 15 anos atrás, a propósito de uma manifestação anticapitalista em Lisboa. E depois num projeto de rejuvenescimento de uma antiga Biblioteca Operária, a B.O.E.S.G. em Lisboa.

O Zé Luís sonhava muito. Acordado. E conseguiu galvanizar muitas pessoas. Acreditava muito antes de se tornar um facto incontornável, no papel fundamental das cooperativas, nos sistemas trocais, no valor da cultura libertária. Nas escolas libertárias. Era acérrimo defensor do antimilitarismo, tinha um profundo repúdio por todo o tipo de prisões. Era contra as prisões. Importante para ele era também a análise do trabalho/capital. E de serem os dois lados da mesma moeda. Tinha um sentido de humor muito especial. Pouco vulgar por estas bandas: Por isso mesmo esse humor refletiu-se também nos 3 livros que escreveu. Também escreveu poemas e pintou em azulejo. Em constante movimento, ficou memorável para mim um festival libertário da primavera, em Lisboa, vários 1º de Maio libertários também em Lisboa, no quais participei com ele e dezenas de outras pessoas.. O Festival de Outono, também. Em todos eles o Zé Luís foi a sua alma, enchendo-nos com o seu entusiasmo. Era um pensador, com um sorriso nos lábios e um ar simples, a negação de um intelectual emproado. E era incómodo. Memorável para mim o debate sobre os israelitas e os palestinianos, a análise anarquista do conflito. E lembro-me dos festivais de cinema libertários, os debates, a imaginação surrealista e o sentido de humor sempre. Aquele enterro do deus dinheiro... e tenho um sorriso nos lábios, Zé Luís...

Companheiro, influenciaste decididamente a minha vida. Ajudaste-me a refletir, a questionar, a pôr em causa. A ser uma melhor amante da Liberdade.

Zé Luís nunca te consegui dizer isto: como dizer estas coisas? mas eu cresci Zé Luís e às vezes apetecia-me quase te gritar isso: eu cresci e tive ideias próprias e depois os nossos caminhos afastaram-se. Mas sempre com amizade.

Zé luís, obrigada! Até sempre companheiro.

E.C.

aqui: <http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/27485>

Morreu José Luís Félix

É com pesar que damos nota do falecimento de José Luís Félix. O José Luís colaborou connosco nos Debates “Democracia e Dívida” realizados em Algés (13 de Julho) e em Caxias (20 de Julho). A sua ausência deixa um grande vazio e será sentida intensamente por todos aqueles que com ele privaram ao longo de uma vida de intenso activismo.

O José Luís integrava a Tertúlia Liberdade, “um grupo de reflexão sobre questões de índole social que pretende levar à prática iniciativas de âmbito político e cultural baseadas nos princípios da auto-organização e do fomento da autonomia dos participantes”. O José Luís analisava desde há largos anos o tema da autogestão, defendendo que esta deveria ser “integral e generalizada”, e considerando que “a autonomia e a autogestão não devem ser meros instrumentos de socorro de uma organização social em fase de decomposição”. Para ele, “a autogestão não podia ser um simples complemento da lógica industrial, do produtivismo e do económico” e “só se tornará em algo mais do que gerir as formas técnicas já existentes, quando o trabalho for transformado numa actividade livre e criativa”, distinguindo claramente “coordenação e autoridade”, “organização e hierarquia”, “acordo livremente determinado e dominação.”

Na hora da despedida, e em sua homenagem, deixamos duas fotografias que mostram o José Luís intervindo no Debate Democracia e Dívida de Algés e apelamos a todos para que visitem e acarinhem o seu último projecto. Um abraço Zé, onde quer que estejas.

aqui: <http://democraciaedivida.wordpress.com/2014/01/27/morreu-jose-luis-felix/>

(foto: democracia e dívida)

27/1/2014

(AIT)

SOBRE OS ACONTECIMENTOS ACTUAIS NA UCRÂNIA



Na Ucrânia, neste momento, está a haver uma luta pelo poder. Nestes acontecimentos têm participado muitos elementos da classe operária, cujos interesses não estão protegidos nem pelo estado nem pelo capital, assim como aqueles cuja situação material é, em geral, dramática, na esperança de que haja uma mudança que assegure um futuro melhor.

Lutar, protestar, fazer greve são reacções normais e positivas contra um sistema injusto e opressivo. A nossa solidariedade está com os trabalhadores e contra todos aqueles que os exploram, governam e confundem, tomando o poder e o controlo das questões que realmente afectam as suas vidas. Não obstante, é difícil não nos darmos conta que estes protestos se resumem a uma luta de poder entre diferentes grupos da burguesia, governantes e aspirantes a governantes, que não vão trazer qualquer benefício às pessoas, mas apenas mudar o nome das camarilhas que governam com o único objectivo de dirigir as vantagens de estar no governo para novos bolsos.

Denunciamos rotundamente a repressão e a violência utilizadas, mas fica claro que não podemos apoiar nenhum dos principais interesses de poder. Estamos igualmente contra o regime repressivo de Yanukovich e contra as principais tendências da “oposição”, que vão desde os euro-entusiastas, que acreditam inocentemente nos mitos neo-liberais, até aos naci-

onalistas e inclusive grupos fascistóides.

Os governos da União Europeia, apresentados como um tipo de “solução” por parte de alguns ucranianos, podem ser tão repressivos como o de Yanukovich e, como sabem os trabalhadores desses países, não é nada que dê garantias dum nível de vida melhor. Muitas das suas realidade são exactamente o contrário.

O que faz falta é um movimento que combata, ao mesmo tempo, as duas causas principais da miséria e da repressão: o estado e o capital. Fazemos um apelo a todos os trabalhadores e organizações libertárias da Ucrânia para que não se deixem utilizar como peões nem como idiotas úteis pelas principais facções, que convoquem assembleias de massas e criem palavras de ordem e objectivos alternativos para as suas lutas.

Viva a luta até à revolução social libertária!

Secretariado da Associação Internacional de Trabalhadores

Varsóvia, 26 de Janeiro de 2014.

aqui: <http://www.iwa-ait.org/es/content/sobre-los-eventos-actuales-en-ucraina>

27/1/2014



Marinaleda (Andaluzia): um dos projectos autogestionários apoiado pelo José Luis Felix e pela “Tertúlia Liberdade”

JOSÉ LUÍS FÉLIX (F. LISBOA, 25. JAN. 2014):

MAIS UM TESTEMUNHO

José Luis Félix partiu inesperadamente, deixando um vazio difícil de preencher junto daqueles que com ele privaram mais de perto. Para sempre ficará na nossa memória o lutador convicto por uma sociedade mais justa, livre entre iguais, organizada de baixo para cima, assente em princípios federativos, na democracia directa e numa ética que respeita integralmente a pessoa humana. Via o Homem como um todo e a Liberdade como imperdável muito embora, no seu estadió actual, o visse alienado numa sociedade desigual, devorado pelo trabalho sem sentido em que esgota a sua existência, reduzindo os seus tempos livres à sua função de consumidor. A sua formação de economista, longe de o afastar de utopias, cimentava nele a convicção do embuste escravocrata da vulgata do economês liberal. Descria do actual sistema partidocrático bem como nas esquerdas bem intencionadas que gastam a sua energia na política partidária e numa retórica inconsequente. Encarava este quotidiano, quase insuportável, com um humor próprio dos que se veem sempre entre as minorias mais fragilizadas mas, talvez por isso, mais lucidas na visão do mundo que constroem. Marcou-o na juventude a sua experiência no SAAL (<http://saal-memorias.blogspot.pt/>) e a sua passagem pelo MES, a “esquerda alegre” do pós-25 de Abril, começando a aproximar -se dos ideais libertários no período da “crise das

ideologias”.

No seu percurso de militante social, recordo as suas actividades de animação da BOESG, e a fundação da Tertulia Liberdade que sempre viu como um espaço de heterodoxia, de debate e de animação socio-cultural. Sonhava com uma outra esquerda, com a possibilidade de desenvolver outras praticas e sociabilidades, economias e vivencias alternativas. Servia-lhe como referência imediata dessa possibilidade alternativa a experiência resiliente de Marinaleda, protagonizada pelo Sindicato dos Operários e Camponeses da Andaluzia desde 1977 (<http://www.marinaleda.com/sindicato.htm>).

Nesse percurso colaborei com algumas das suas iniciativas e varias vezes me visitou em Setúbal desafiando-me para reflexões e debates, sempre com novos projectos em mente. Admi-rei a sua forma de estar na vida, crítico sempre activo, na militância pelos seus ideais, tão utópicos quanto necessários.

PG

aqui: <https://www.facebook.com/notes/projecto-mosca/jos%C3%A9-luis-felix-f-lisboa-25-jan-2014/648390775203435>

28/1/2014

SER GOVERNADO É...



Pierre-Joseph Proudhon (1809 -1865)

«Oh, personalidade humana! Como é possível que durante sessenta séculos tenhas vivido miseravelmente nesta abjecção! Dizes-te santa e sagrada, e não passas da prostituta, infatigável, gratuita, dos teus lacaios, dos teus monges e dos teus soldados de velha guarda. Sabe-lo e sofres com isso!

Ser governado é ser guardado à vista, inspeccionado, espiado, dirigido, legislado, regulamentado, arrumado, doutrinado, pregado, controlado, estimado, apreciado, censurado, mandado, por seres que não têm nem o título, nem a ciência, nem a virtude.

Ser governado é ser, a cada operação, a cada transacção, a cada movimento, notado, registado, recenseado, tarifado, selado, medido, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, impedido, reformado, reeducado, corrigido. É, com o pretexto de utilidade pública, e em nome do interesse geral, ser pedido em empréstimo, exercitado, espoliado, explorado, monopolizado, abalado, pressionado, mistificado, roubado; depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, injuriado, vexado, encurralado, maltratado, batido, desarmado, garrotado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído e, ainda por cima, jogado, escarnecido, ultrajado, desonrado.

Eis o governo, eis a sua justiça, eis a sua moral! E dizer que há entre nós democratas que pretendem que o governo tem coisas boas; socialistas que apoiam, em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, esta ignomínia; proletários que se candidatam à presidência da República! Hipocrisia!...»

Pierre-Joseph Proudhon (tradução de Júlio Carrapato)



MEMÓRIA LIBERTÁRIA

A HISTÓRIA DO «A» ANARQUISTA

O «A» anarquista: nascido em Paris e potenciado em Milão, milhares de mãos criaram-no nas ruas de todo o mundo.

Tomás IBÁÑEZ

Passaram já muito anos desde que Michel Foucault nos fez ver a quanta facilidade que temos em acreditar que muitas das coisas que configuram hoje a nossa sensibilidade, ou seja, os conceitos, as crenças, as vivências, os símbolos, etc., que nos são mais familiares, existem praticamente desde sempre e, mais ainda, não podiam ter deixado de existir... uma vez que, simplesmente... existem. Contudo, apesar dos esforços de Foucault, continuamos a cair no mesmo erro com incorrigível frequência, e o caso do «A» é um bom exemplo.

De facto, o vínculo através do qual o «A» simboliza hoje o anarquismo é tão intenso e está tão profundamente sedimentado no imaginário político contemporâneo que quase adquiriu um carácter de naturalidade. O anarquismo e o «A» evocam-se mutuamente com tal naturalidade, e de maneira tão universal, que parecem ter nascido com origem no mesmo processo e

terem caminhado juntos desde então. Mas, sabemos bem que isto não é assim, e que, como disse Foucault a propósito do homem, trata-se de uma invenção bem recente, só que no caso do «A» é tão recente que a memória individual ainda consegue recordar com facilidade como é que aconteceu.

Na verdade não estava nas minhas intenções falar deste assunto, mas como já se publicaram vários textos sobre a história do «A», e como o meu nome veio à baila nalguns deles, pensei que, mais tarde ou mais cedo, teria que dizer alguma coisa e assim porque não dizê-lo precisamente num mês de Abril, já que foi nesse mês que se criou o «A».

Mas, entendamo-nos, ninguém pode colocar uma data e dizer que foi aqui a primeira vez que se desenhou um círculo em torno dum A. Sem dúvida que milhares de crianças fizeram-no, aprendendo a brincar com as letras e pode ser que algum criador de gado tenha marcado as suas cabeças com um «A»,

porque essa era uma inicial do seu apelido. Do que se trata aqui é, precisamente, da construção de um símbolo, não da originalidade de um desenho e, para ser mais precisos, da construção totalmente deliberada de um símbolo que pudesse servir como sinal de identidade especificamente anarquista e isto, sim, tem uma data precisa, um determinado lugar e umas circunstâncias bem concretas.

Tão pouco foi uma ideia brilhante surgida de repente e porque sim, a partir da imaginação de uma mente individual, mas foi o produto de circunstâncias bem definidas, fruto de um contexto particular e o resultado de um determinado processo. Portanto, convém relatar com um detalhe suficiente estas condicionantes se queremos perceber o como, o quando e o porquê daquilo que aqui nos ocupa.

Por isso, sigamos adiante com a história vivida do nascimento do «A», ainda que isso nos obrigue a recuar o olhar e a retrocedermos umas quatro décadas.

De Marselha, onde militava no grupo dos Jovens Libertários (Jeunes Libertaires), mudei-me para Paris em Setembro de 1963, para me matricular na Universidade da Sorbonne. Quando cheguei à capital gaulesa integrei-me num grupo local dos Jeunes Libertaires, assim como num dos grupos da Federação Anarquista e comecei a colaborar, mais intensamente do que fazia em Marselha, com a Federação Ibérica de Juventudes Libertárias (FIJL), que acabava de ser ilegalizada em França.

Uma das coisas que me surpreendeu de imediato foi a extraordinária fragmentação do movimento anarquista parisiense e o pronunciado sectarismo que existia no seu seio. Na verdade, ainda que o movimento fosse bastante reduzido numericamente estava dividido num mosaico de organizações e grupos isolados uns dos outros, quando não directamente em confronto entre si, imerso naquilo que, mais tarde e ironicamente, chamaríamos de “guerra de capelinhas”. Esta particularidade parisiense tornava-se ainda mais evidente para um recém-chegado da “província” já que, fora de Paris, era costume um qualquer grupo libertário difundir, com toda a naturalidade, a imprensa e as revistas editadas pelas diferentes correntes anarquistas. Frente a esta fragmentação e a este ostracismo, a minha reacção foi, por um lado, filiar-me e militar simultaneamente numa pluralidade de grupos libertários e, por outro lado, impulsionar a criação de espaços de confluência e de colaboração entre os jovens anarquistas radicados nos distintos grupos acratas.

Como, ao chegar a Paris, um dos meus projectos consistia em desenvolver actividade libertária no seio da universidade, comecei a procurar estudantes anarquistas, mas para minha surpresa, só consegui por-me em contacto com «outro» estu-

dante, «o outro estudante anarquista», como diziam ironicamente os nossos amigos trotskistas. Esse companheiro fazia parte do grupo que editava a revista “Noir et Rouge” e com ele decidimos criar em Outubro de 1963 a Ligação dos Estudantes Anarquistas (LEA). Essa agrupação, esquelética nos seus inícios, iria crescer paulatinamente até desempenhar, poucos anos mais tarde, um papel significativo na emergência do Maio de 68, através da constituição do Movimento de 22 de Março na Universidade de Nanterre. Mas essa é outra história e o único que é preciso realçar aqui é que a LEA foi aglutinando a pouco e pouco jovens que pertenciam a distintos grupos, propiciando que se fossem esfumando divergências graças ao labor conjunto que desenvolvíamos no meio universitário.

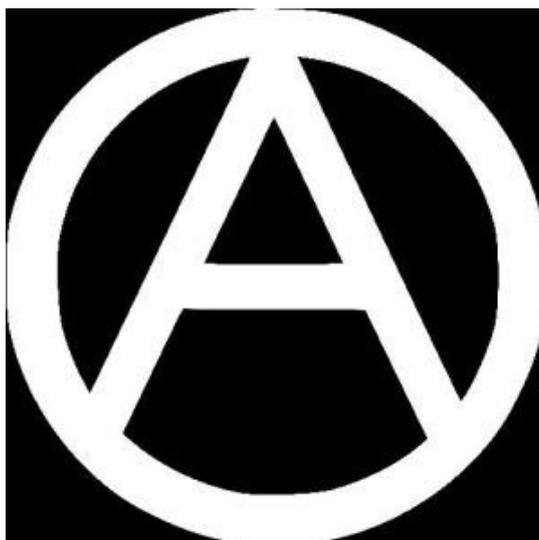
Nesse mesmo mês de Outubro de 1963, com alguns poucos companheiros, lançámos o Comité de Ligação dos Jovens Anarquistas (CLJA), cuja finalidade explícita consistia em pôr em contacto e impulsionar actividades conjuntas dos jovens anarquistas que militavam nos distintos grupos e organizações da região parisiense.

O êxito desta iniciativa foi apelativo. Na assembleia de Dezembro de 1963 juntaram-se cerca de 40 jovens, representando praticamente todo o arco do anarquismo parisiense. Ainda que algumas

assembleias tenham sido bastante menos concorridas, noutras ultrapassaram-se os sessenta participantes, o que considerando os efectivos numéricos do anarquismo em Paris nessa época, era mais do que uma esperança. A direcção de contacto do CLJA era M. Marc. 24 rue Ste. Marthe, o local da Federação Local da CNT-E de Paris, exactamente a mesma que para Action Liberaire, o jornal elaborado conjuntamente pela ilegalizada FIJL, que o financiava, e pelo CLJA.

Na sua curta vida (o CLJA extinguir-se-á de facto em 1968) esta instância de coordenação dos jovens anarquistas desenvolveu uma intensa actividade ajudando a quebrar a incomunicação e o ostracismo que existiam entre os grupos anarquistas. Depois do êxito alcançado em Paris, o CLJA procurou estender o seu raio de acção a todo o território francês, e não tardou em galvanizar-se, em conjunto com a FIJL e com os jovens libertários de Milão, na criação de um espaço que permitisse aglutinar a juventude anarquista a nível europeu, assumindo a organização do Primeiro Encontro Europeu de Jovens Anarquistas, que se realizou em Paris, nos dias 16 e 17 de Abril de 1966 e que contou com a participação de jovens provenientes de sete países.

A forte dinâmica iniciada em Outubro de 1963 para aglutinar as diferentes componentes do arco anarquista parisiense, através da criação de espaços de confluência, tais como a LEA e o CLJA, pretendia fazer aflorar o que partilhavam e o



que tinham em comum as distintas variantes do movimento anarquista, por cima de diferença que, por vezes, eram substanciais, mas em muitos casos apenas tinham a ver com personalismos ou conflitos antigos que, com o passar do tempo, se tinham enquistado.

Foi essa mesma dinâmica que abriu directamente as portas a uma sugestão que fiz no seio do grupo de Jovens Libertários de Paris, em finais de 1963 ou princípios de 1964.

A ideia era simples e tratava de se encontrar um sinal distintivo, um logotipo se se quisesse, que todos os grupos anarquistas pudessem usar nas suas manifestações de propaganda, de maneira a que, sem alterar a identidade e a especificidade de cada grupo, fosse uma referência comum, susceptível de multiplicar, ainda que fosse apenas pela simples repetição de um mesmo estímulo visual, o impacto da propaganda anarquista. As exigências eram que esse símbolo fosse simples e rápido de pintar nas paredes e que não estivesse associado a nenhuma organização ou grupo em concreto.

A sugestão foi bem acolhida e depois de lhe dedicarmos bastantes horas de discussão no exíguo apartamento de Clignancourt, onde nos reuníamos habitualmente, ocorreu-nos a ideia de um A dentro dum círculo. René Darras, um companheiro do grupo, conhecedor de desenho gráfico, encarregou-se do desenho, e eu redigi grande parte do texto que se explicavam os objectivos da nossa proposta e publicámo-lo na primeira página do número 48 (Abril de 1964), do Boletim dos Jovens Libertários, com o título: Porquê A?, na qual o desenho do «A» ocupava toda o primeiro plano.

A apresentação dizia literalmente o seguinte:

“Porquê esta sigla que propomos ao conjunto do movimento anarquista...? Guiaram-nos duas motivações principais: primeiro, facilitar e tornar mais eficazes as actividades práticas de inscrição nas paredes... e em segundo lugar assegurar uma maior presença do movimento anarquista... mediante um elemento comum que acompanhe todas as expressões do anarquismo nas suas manifestações públicas... Trata-se para nós de escolher um símbolo suficientemente geral para poder ser adoptado por todos os anarquistas... Associando constantemente [...este símbolo...] à palavra anarquista acabará por evocar, só por si, a ideia do anarquismo na cabeça das pessoas.”

Isto foi exactamente o que aconteceu, mas ainda tivemos que esperar alguns anos para que o efeito que queríamos se concretizasse.

Com efeito, durante as semanas seguintes levámos a nossa proposta aos distintos fóruns do movimento juvenil libertário, especialmente ao CLJA. A sugestão não foi recusada, mas tão pouco conseguiu despertar algum entusiasmo especial, provavelmente porque a proposta provinha de um grupo em concreto e não da própria assembleia do CLJA. Pelo que, durante algum tempo, o pequeno grupo parisiense dos Jovens Libertários foi



praticamente o único que utilizou o «A», o que, verdade seja dita, não lhe conferia uma grande visibilidade.

Poucos meses mais tarde, Salvador Gurucharri tomou a iniciativa de fazer que figurasse no título de um dos meus artigos («Perspectivas Anarquistas»), publicado no *Action Liberaire* (número 4, dezembro de 1964), o logotipo que tínhamos lançado, mas sem reproduzir, desta vez, nem o seu significado, nem os objectivos que se pretendiam. O facto de que a FIJL e o CLJA difundiam massivamente *Action Liberaire* poderia ter propiciado a difusão do símbolo, mas não foi isto que sucedeu, provavelmente porque desligada do seu contexto argumentativo o «A» ficava, para os leitores, como uma simples originalidade tipográfica.

Não foi senão a partir do Primeiro Encontro Europeu de Jovens Anarquistas, em Abril de 1966, quando os jovens anarquistas do grupo de Milão retomaram por sua conta a proposta e começaram a utilizar sistematicamente o «A» em toda a sua propaganda, dando-lhe, desta vez sim, o impulso que lhe faltava para se generalizar.

O resto fã-lo-iam as milhares de mãos anónimas que literalmente se apropriaram, e felizmente, da autoria do «A» e que foram transformando em realidade o que o nosso texto de Abril de 1964 só colocava como um objectivo. O «A» nunca teria conseguido adquirir o significado que hoje tem se tivesse ficado associado a um grupo em particular. Mas, sobretudo, fica claro, ou pelo menos assim o espero que, pela sua origem, a história do «A» inscreve-se muito directamente na vontade de pôr fim aos sectarismos e aos dogmatismos que afligem endemicamente o movimento anarquista. E é muito precisamente esta vertente do «A» que me parece importante fazer ressaltar através destas linhas.

Publicado em Polémica, n.º 85, julho 2005

29/1/2014

JOSÉ LUÍS FÉLIX:

UM OUTRO TESTEMUNHO

Ele era assim

O José Luís era um homem bom que trazia no coração um mundo novo. Um sonhador da utopia que criava pontes entre as pessoas. Era incrível a sua capacidade de sonhar um projecto, de lhe dar força e de o pôr a voar como incrível era também a sua capacidade em juntar pessoas, em promover contactos e pô-las a fraternizar. Tolerante, sem abdicar dos seus princípios, procurava sempre a melhor forma de ultrapassar os conflitos. Sem ostracizar, sem marginalizar, sem excomungar mas antes amenizando com a sua sabedoria as divergências quando surgiam, os males entendidos. Fui testemunha disso. Ouvi muitas histórias ao José Luís. A história da sua prisão no Governo Civil quando do assalto à sede do CDS no Verão quente de 1975. E como ao contrário de outros dirigentes do extinto MES se recusou a ser levado em ombros quando da sua libertação. A participação que teve no projecto SAAL e o trabalho que desenvolveu junto dos moradores das barracas em 1975 marcaram-no para sempre. Julgo não me enganar se disser, que a sua profunda crença na auto-organização como mecanismo libertador nasceu dessa experiência.

Passei horas à conversa com ele. Era um contador de histórias dotado de uma notável memória e de uma perspicácia a toda a prova. E do sentido de humor tão peculiar que colocava nelas. As suas descrições do ambiente universitário em Loivana onde fez a sua especialização em Desenvolvimento Local e Regional, dos costumes dos belgas, da praia de Knok prendiam a atenção de qualquer um. E nelas vinha sempre um apontamento, uma nota solidária com os excluídos, com os mais pobres. Também falava nas suas histórias da abjeção, que sentia pelos capitalistas e financeiros. Ele que era um economista explicou-me porque foi incapaz de trabalhar com eles. Porque a economia em que acreditava era a Economia Solidária e Social, de cooperativas, da auto-organização e da entreatajuda e apoio mutuo.

Além de contar histórias o José Luís escreveu-as também. Publicou ficção e sei que estava a trabalhar numa nova novela. Escreveu teatro, encenou e participou enquanto actor num grupo já extinto. Fez trabalhos em azulejo, entrou no domínio da poesia. Escreveu muito. E ia publicando por aí, sempre fora do circuito comercial. Também sobre economia, sobre política, sobre a realidade do nosso tempo. Mas do que ele mais gostava, julgo eu, era de estar com as pessoas e de debater ideias olhos nos olhos. Ouvi-o em muitos debates, testemunhei o entusiasmo que punha nessas conversas fossem elas com meia dúzia de pessoas na rua ou em auditórios cheios. Só com a palavra, de megafone em punho ou diante de um microfone. Conheci a sua paixão pela Rádio. Lembro-me de quando con-

versámos com mais dois companheiros ao microfone numa emissão da Radio Real no Bairro Alto.

Acompanhei-o por duas vezes à Andaluzia, estive com ele em Marinaleda, El Coronil, Somonte e Sevilha. A experiência do SOC/SAT (Sindicato dos Trabalhadores da Andaluzia) enquanto nova forma de fazer sindicalismo fascinava-o. E sei do quanto se empenhou em divulgar entre nós essa experiência e em criar redes que permitissem uma articulação com algum do movimento sindical mais alternativo aqui em Portugal. Porque o José Luís tinha um gosto especial por ligar gentes, projectos e iniciativas que contribuíssem para lutar contra exploração capitalista e fazia isto de uma forma genuína e desinteressada. Acreditava que a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores.

Convivi de muito perto com o José Luís nos últimos sete anos na Tertúlia Liberdade e à volta dela. Recordo a sua capacidade de levar em frente com sucesso projectos em que às vezes, eu mais céptico, não conseguia acreditar. E alguns saldaram-se por êxitos extraordinários como foi a Festa de Comemoração dos 200 anos de Abolição da Escravatura na qual participaram dezenas de artistas e centenas de pessoas nos dois dias em que se desenrolou em Lisboa a Cimeira União Europeia-Africa. De tudo se fez um pouco na Tertúlia. Ciclos de cinema, debates, conversas, publicações, participações em festivais, acções solidárias, exposições, feiras, lançamento de panfletos, emissões de rádio. E tudo o que se fez tinha como grande impulsor este nosso amigo que agora partiu.

O José Luís deu-me a conhecer muita gente. Aprendi muita coisa com ele. Era um companheiro de todas as semanas mesmo quando os meus afazeres profissionais me começaram a impedir de participar nas reuniões semanais da Tertúlia. Lembro-me do entusiasmo com que falava de uma cooperativa que estava a ajudar a organizar, da necessidade de assinalar condecoradamente o bicentenário do nascimento de Bakunine e dos 150 anos da AIT. Do Festival da Primavera que começava a sonhar e de uma exposição a organizar brevemente. Fui testemunha da alegria que sentiu nas últimas horas da sua vida. À roda dos amigos, depois de um debate muito participado sobre os 150 anos da AIT.

Nunca disse ao José Luís quanto o admirava. Acho que ele não gostaria que lho dissesse. Digo-o agora a vocês. O meu mundo ficou mais pobre com a sua partida.

JA

aqui: <http://pt.indymedia.org/conteudo/destacada/27499#comment-32165>

29/1/2014



SOLIDARIEDADE

ANARQUISTAS BRASILEIROS APOIAM GREVE DOS RODOVIÁRIOS DE PORTO ALEGRE

Apesar de declarada ilegal pelo Tribunal de Trabalho, a [greve dos trabalhadores rodoviários](#) de Porto Alegre, no Brasil, entrou hoje no seu quarto dia, afectando mais de um milhão de pessoas. É um protesto que se junta a outros do movimento passe livre, por transportes de qualidade e sem custos para quem trabalha. A [Federação Anarquista Gaúcha](#) solidariza-se com esta greve, que é mais um sinal de que o protesto popular se vai manter durante este novo ano.

NOTA CONJUNTA DO BLOCO DE LUTA E DO COMANDO DE GREVE DOS RODOVIÁRIOS

O BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO e o COMANDO DE GREVE DOS RODOVIÁRIOS estão juntos na luta por um novo modelo de transporte na cidade. Desde o início de 2013, o Bloco vem construindo uma aliança com os rodoviários, e agora, na primeira grande greve de 2014, reforçamos nossa unidade.

– Por aumento de salário, redução da jornada e melhores condições de trabalho sem reajuste da passagem: que os 14% de aumento reivindicado pelos rodoviários saiam do lucro abusivo dos empresários. Ao contrário do que diz a grande mídia e o prefeito, que tentam incitar a população contra os rodoviários, NÃO HÁ CONFLITO DE INTERESSE ENTRE O BLOCO DE LUTA E OS TRABALHADORES. O lucro das empresas possibilita a concessão de aumento aos trabalhadores sem aumento da tarifa aos usuários.

– Por um transporte 100% público: para transformar o modelo de transporte na cidade é preciso lutar para tirá-lo da mão dos empresários. A lógica empresarial é contrária ao interesse coletivo.

Todos nós, usuários do transporte coletivo, somos afetados de alguma forma pela greve. Sabemos que essa situação só existe por culpa dos patrões e do governo. O apoio da população é fundamental para que essas transformações aconteçam.

Inclusive, os rodoviários propuseram rodar com a roleta liberada durante a greve!

Enquanto bilhões de reais são gastos para a realização de megaeventos, faltam recursos para o transporte público e outros serviços básicos.

Greve não é crime, é direito. O ano de 2014 começou com forte repressão policial às mobilizações sociais em todo país – em São Paulo um jovem foi baleado e segue em estado grave, em Joinville dois membros do Movimento Passe Livre foram presos arbitrariamente, e aqui em Porto Alegre 7 foram detidos no último ato do Bloco. Não aceitamos nenhum tipo de repressão e criminalização às lutas sociais.

POR UM TRANSPORTE EFICIENTE E ACESSÍVEL, PARTICIPE DESTA LUTA!

PROTESTO NÃO É CRIME!

QUE OS RICOS PAGUEM A CONTA!

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2014,

Bloco de Luta Pelo Transporte Público e Comando de Greve dos Rodoviários

aqui: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=659202877475629&id=488875294508389&stream_ref=10

30/1/2014

AFEM2014:

UMA CONFERÊNCIA ANARCO-FEMINISTA EM LONDRES...



... No domingo, 19 de Outubro de 2014

Quem somos?

Somos um grupo de anarco-feministas de diferentes géneros, origens e histórias, que se juntaram para organizar um encontro anarco-feminista. Queremos que este encontro sirva para transformar as nossas próprias experiências e para nos ajudar a derrubar as instituições e as ideias que nos oprimem.

O que é a AFem2014 ?

Esperamos que a AFem2014 seja a primeira duma série de conferências anarco-feministas internacionais. Há muito tempo que a necessidade de tais encontros é patente no seio das organizações anarquistas. As tentativas de nos impedirem de agir, de ridicularizar as nossas ideias, de nos atacarem fisicamente ou insultarem fizeram com que aumentasse a nossa indignação contra a masculinização do nosso movimento. Nós não estamos representada/o/s em igual número e muitas vezes não somos levada/o/s a sério. Embora no papel sejamos toda/o/s iguais, às vezes sentimos formas de opressão mesmo dentro dos nossos grupos ou organizações. Existem barreiras para a nossa participação política plena que permanecem intactas. Isto significa que o nosso movimento anarquista não é verda-

deiramente “anarquista”. Não vamos tolerar esta situação por mais tempo. Queremos transformar o nosso movimento.

Além disso, no conjunto da sociedade, as chamadas vitórias do feminismo socialdemocrata não nos levaram à igualdade. É este o caso, seja em termos jurídicos, económicos, sociais e políticos, seja nas relações interpessoais. Os reformistas de maior fama e os partidos da esquerda autoritária não fazem grande coisa por nós. Ainda que desejemos uma conferência feminista que tenha no seu centro o anarquismo social e de combate contra a exploração de classe, sabemos que o capitalismo não é o nosso único inimigo: nós somos confrontada/o/s e dividida/o/s por muitas formas de opressão diferentes, que se sobrepõem e cruzam de maneira complexa. O racismo, a discriminação contra os deficientes, a trans*fobia, o preconceito da idade, bem como as formas de opressão ligadas à pertença cultural, são formas habituais de opressão, mas existem outras. Elas podem-nos atingir tão fortemente quanto a exploração económica e por vezes de maneira mais imediata.

O anarco-feminismo não é apenas uma resposta ao anarquismo e ao feminismo. É uma crítica anti-autoritária e anti-opressiva da Kyriarchia capitalista e uma arma que podemos usar no nosso dia-a-dia. Queremos explorar as ligações entre



as várias formas de opressão, desenvolver os aspectos teóricos, aprender com a/o/s outra/o/s e alcançar resultados práticos.

A quem está aberta a conferência?

Esta conferência não é aberta aos homens cisgender (homens que estão confortáveis com o género que lhes foi assinalado no momento do nascimento), mas é dirigida a pessoas de todos os géneros e de nenhum. Espera, de forma activa, incluir as pessoas trans*, genderqueer, genderfluid e não binárias e mulheres cisgenres. Não faremos juízos de valor acerca da forma como cada pessoa se apresenta, mas não hesitaremos em responder a comportamentos e atitudes trans* fóbicos, cissexistas ou binários.

Como será a conferência?

Propomos que sejam estabelecidos eixos temáticos, com apresentação de conclusões no final da conferência que possam depois ser desenvolvidas. Convidamos todas as pessoas a iniciarem reuniões e novos eixos de abordagem, focados na actividade e na análise anarco-feminista.

Estes eixos devem incluir os que têm sido organizadas por pessoas de cor, trans*, genderqueer, não-binários e genderfluid, trabalhadora/e/s do sexo, pessoas com deficiência ou com problemas de saúde mental. Estamos empenhados em fazer o que pudermos para incluir pessoas diferentes na organização, de modo a que essas áreas sejam apoiadas e recebam, através do projecto geral, recursos com prioridade. A conferência terá também uma política de espaço seguro, que é explícita e que será implementada, a fim de permitir a participação plena e livre de todas as pessoas.

Junte-se a nós

A conferência começou por ser uma iniciativa de anarco-feministas no seio da Federação Anarquista da Grã-Bretanha (FA) e o grupo organizador inclui já representantes da Internacional das Federações Anarquistas (IFA) e das federações nela filiadas, da Federação Anarco-sindicalista (AIT) e de um número crescente de anarco-feministas não alinhada/o/s e autónoma/o/s. Há muito a fazer e nós convidamos toda/o/s a juntarem-se a nós para realizarmos esta iniciativa, seja contribuindo com ideias ou conceitos, seja fazendo parte da organização.

Por favor, diga-nos se está de acordo com este texto e se quer juntar-se à organização, enquanto indivíduo ou delegada/o de um grupo, referindo se quer participar ou ajudar a organizar um eixo específico.

Por favor, faça circular este texto o mais amplamente possível através dos seus grupos de proximidade, organizações e redes sociais, incentivando-a/o/s a juntarem-se à lista de apoiantes e participantes.

Ajude-nos a encontrar os recursos financeiros necessários para organizar este encontro. Quanto mais meios tivermos, mais a conferência será acessível a toda/o/s e internacional.

Com a esperança de trabalhar consigo em breve ...

A/o/s Organizadoras/es da AFEM

Janeiro 2014

Contact : afem@afed.org.uk
aqui: <http://www.i-f-a.org/index.php/pt-BR/afirmacao/447-organising-for-afem2014-an-anarcha-feminist-conference-in-london>



Gonçalves Correia com a família mais próxima: em cima, Etelvina (filha), Ana de Jesus (esposa) e Liberdade Celeste (filha); em baixo, Luz Natércia (filha), Gonçalves Correia com o filho Victor Hugo e Emílio (filho).

MEMÓRIA LIBERTÁRIA

LEMBRANÇAS AVULSAS DE GONÇALVES CORREIA (1886–1967) E DO SEU FILHO FERRER

LUÍS AMARO (*)

[António] Gonçalves Correia... Evoco este homem generoso, sonhador impenitente, romântico, retórico talvez (no melhor dos sentidos), e de apostólicas barbas, verbo fácil — e ressuscito uma fase do tempo que vivi em Beja, para onde sonhos infantis me levaram no fim de Abril de 36, poucos dias antes de completar treze anos... , vai já para incríveis oitenta.

Conheci primeiro o filho, Ferrer Fernandes Correia, de nome nitidamente inspirado no do célebre anarquista espanhol Francisco Ferrer (1859-1904). Poucos anos mais velho do que eu, e ao tempo o estudante liceal que não fui, Ferrer estreara-se nas letras, à volta de 37-38, no Diário do Alentejo bejense, com um artigo condenando o linguajar calão. Por sinal que ao longo da vida decerto me influenciaria tal artigo, tolhendo-me de utilizar, quantas vezes, essa poderosa arma defensiva da

humana e camoniana «estranha condição pesada e dura».

Na Biblioteca Municipal, a cargo dum senhor amigo, Carlos Canelas, e a Biblioteca ocupando, nessa época, a par do Museu Regional, uma ala do lendário Convento da Conceição, o Ferrer consultava — e deles seria leitor único... — poeirentos cartapácios franceses de filosofia esotérica, que lá jaziam com outros de carácter religioso provindos de conventuais espólios, quem sabe até se do tempo, alguns, da problemática Freira cuja janela existia perto.

Aí, na Biblioteca Municipal, firmámos boa amizade, eu já com quinze ou dezasseis anos. Cheguei a conhecer a mãe e a irmã do Ferrer, certa vez que ele me levou a sua casa. A mãe compartilhava ideias libertárias, fora professora primária numa aldeia do Baixo Alentejo, e a juvenil irmã viria a morrer tuberculosa, vítima talvez de alimentação precária. Ambos, Ferrer e irmã, eram filhos naturais. O pai morava numa vivenda em

zona lateral da cidade, com numerosa prole de que só vislumbrei na rua outro rapaz, irmão de Ferrer.

Creio que foi ele, Ferrer, quem me apresentou a Gonçalves Correia. Figura singular e respeitada, era caixeiro-viajante, ou de consignações vivia, e como tal contactara em Aljustrel meu pai e o meu irmão mais velho, clientes seus em artigos de correaria, dos dignos ofícios em Beja “cursados” por ambos. Numa das nossas conversas na cidade, o senhor Gonçalves Correia chegou a confessar-me – oh, ingénuo ser! – que não se importaria de me dar a mão da filha, que eu aliás só avistara na casa materna.

Ainda na Biblioteca Municipal, que abria ao serão, surgiram, uma noite, o romancista Manuel Ribeiro (1878-1941) e o contista Julião Quintinha (1885-1968), que, tendo vivido outrora em Beja, eram amigos de juventude do militante anarquista. Este, informado do acontecimento, acorreu a saudar, alvoroçado, as estimabilíssimas celebridades locais que eles também eram e cuja presença igualmente empolgou os meus verdes anos. No momento, ouvi a Manuel Ribeiro, baixando mais a já branda voz, um aparte do género «que figura de romance!», ou «que tipo extraordinário!», de iniludível afecto.

Na verdade, essa «figura de romance» suscitara até o interesse de Raul Brandão, num livro que deixou inédito e o ensaísta Túlio Ramires Ferro (1922-2009?) admiravelmente editou em 84: Os Operários (Lisboa, Biblioteca Nacional); e a mesma personagem – Gonçalves Correia – inspiraria, vegetariana e tudo, um romance de Mário Domingues (1890-1977), outro companheiro anarquista no jornal A Batalha dos anos 20. Intitulado Uma Luz na Escuridão (Lisboa, Agência Editorial Brasileira) e datado de 38, cheguei a lê-lo em Beja, mas não tornei a compulsá-lo. Teve crítica de Adolfo Casais Monteiro na revista lisboeta Humanidade (n.º 47, 29-I-38), da qual fui em Beja correspondente (!), e recensão também de João Gaspar Simões no Diário de Lisboa (17-II-38); a de Casais motivou até malferida réplica do criticado.

Tempos volvidos, e de Beja me transferindo a Estremoz – na demanda, sempre, do meu sonho! –, consigo emprego em Lisboa, na Livraria Portugália, graças a Mestre Agostinho da Silva, nos começos de Setembro de 41. E deparo com Ferrer, em pleno Largo a par da estação do Rossio, nas imediações (Praça de D. João da Câmara, 4 – 2.º, E.) da casa de Carlos Queiroz (1907-47), à qual, em 34, Fernando Pessoa subira para, à porta, dar ao amigo a sua Mensagem ainda fresca de impressão[1].

O pobre Ferrer transplantara-se à capital, filosofante escritorário numa Caixa de Previdência. Vivia com a mãe, na Rua do Diário de Notícias, ao Bairro Alto, e, ciente de eu não ter ainda poiso certo, logo se prestou a albergar-me nessa noite. Mas, nessa e em futuras noites de velhas casas lisboetas de camas infestadas, conseguiria o moço descansar?

Um dia, em Lisboa, de mim sabendo, o senhor Gonçalves Correia procurou-me na Livraria, onde também de outra vez me apareceu outro escritor bejense, Pedro Muralha (1878-1946), o do Álbum Alentejano, pai, sidonista, do Sidónio Muralha (1920-82) que, autor dum Beco lírico e neo-realista que encantou gregos e troianos, viria a ser meu amigo, muito dilecto de outro comum, Alexandre Cabral (1917-96). Gonçalves Correia, alma de poeta, valera-se, para custeio do regresso à terra, de quem mal ganhava para as sopas e que numa névoa recorda hoje tê-lo acompanhado à estação do Cais do Sodré.

Quanto ao Ferrer, casara com Irene, filha dum senhor Agatão dono do quiosque então existente no referido Largo da Conceição. Domiciliado eu em Queluz, onde casei por meados de 59, aqui encontro Irene a chefiar o posto do Correio e morando ao lado com o filho, de Ferrer. Constou-me na altura que o marido enlouquecera e sobrevivia em Beja a inomináveis circunstâncias, ferozmente recluso e só entreatrindo a porta de casa para receber alimento.

Um final gritantemente injusto, mais do que cruel, a exceder a ficção, se possível. Para a memória do Ferrer e do pai, nobres idealistas e mártires, a minha compadecida e revoltada saudade.

Massamá, 18-1-2014[2].

[1] – Especialmente aos ilustres e queridos pessoanos José Blanco e Fernando J. B. Martinho, tenho o gosto de revelar (?) as “fontes” de que me sirvo: Carlos Queiroz, «Poesia», crónica, in Acção, A. I, n.º 5, Lisboa, 22-V-41, p. 5; José Gomes Ferreira, A Memória das Palavras ou O Gosto de Falar de Mim, Lisboa, Portugália Editora, 1965, p. 174; Manuela de Azevedo, Cartas a João de Barros, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. [1971], p. 267; Manuela Parreira da Silva, «Queiroz (Carlos)», in Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português, (coord. F. Cabral Martins), Lisboa, Ed. Caminho, 2008, p. 701.

[2] AGRADECIMENTO a José Carlos dos Santos pela digitalização do texto.

(*) Sobre Luís Amaro, poeta e homem de letras, natural de Aljustrel

nota: este texto será publicado, em papel, na próxima edição da Revista “A Ideia”. Um agradecimento especial ao A. Cândido Franco pela sua disponibilização para publicação aqui.

31/1/2014

TEXTOS



PARA DOWNLOAD GRATUITO AQUI:

[HTTP://COLECTIVOLIBERTARIOEVORA.WORDPRESS.COM/](http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/)

80 anos
do 18 de Janeiro de 1934